

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO**

**MARILICE BOTELHO MARTINS OLIVEIRA**

**A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO  
ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
AIMONE SOARES CARRICONDE**

**Jaguarão  
2025**

**MARILICE BOTELHO MARTINS OLIVEIRA**

**A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO  
ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
AIMONE SOARES CARRICONDE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Maria Gritti.

**Jaguarão  
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B048i Botelho Martins Oliveira, Marilice

A implementação das políticas públicas de inclusão digital  
no ensino profissionalizante do Instituto Estadual de Educação  
Aimone Soares Carriconde / Marilice Botelho Martins Oliveira.  
187 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2025.

"Orientação: Silvana Maria Gritti".

1. A implementação das Políticas Públicas de Inclusão  
digital. 2. Inclusão Digital no Ensino Profissionalizante. 3.  
Políticas Públicas de Inclusão digital. I. Título.

**MARILICE BOTELHO MARTINS**

**A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ENSINO  
PROFISSIONALIZANTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES  
CARRICONDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação defendida e aprovada em: 22, agosto de 2025.

Banca examinadora:

---

Profª. Dra. Silvana Maria Gritti

Orientador  
(UNIPAMPA)

---

Profª. Dra. Ana Cristina da Silva Rodrigues

(UNIPAMPA)

---

Profª. Dra. Luciane Albernaz de Araújo Freitas

(IFSUL)



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 10/10/2025, às 20:51, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Luciane Albernaz de Araujo Freitas, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVANA MARIA GRITTI, Professor Permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação**, em 15/10/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1853413** e o código CRC **4AFE594A**.

---

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, professora Silvana, por acreditar nesta proposta de pesquisa, por me motivar e parabenizar em inúmeros momentos, por ler cada vírgula da minha pesquisa, obrigada pela paciência e carinho em cada palavra escrita e palavras ditas nas orientações, tiveram fundamental importância pra mim.

Às minhas colegas de mestrado, pois juntas construímos uma família sendo rede de apoio nos momentos difíceis, pelas palavras de conforto e carinho quando o cansaço me abatia.

Às minhas colegas da escola que participaram da pesquisa, mesmo muitas vezes sem tempo, pararam para me responder e ajudar. Meu agradecimento especial à diretora e às vice-diretoras pelo apoio e motivação desde o início.

Às minhas mães e ao meu marido e filhos que me apoiaram em todos os momentos e não me deixaram desistir.

## RESUMO

A pesquisa investigou como o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde implementa as políticas públicas da inclusão digital no ensino técnico profissionalizante, resultando em produto final nomeado de Projeto Político Administrativo Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação, que descreve alguns itens e capítulos baseados no Regimento Escolar Parcial Educação Profissional e Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas garantindo que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico tendo como cenário o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde. Os objetivos específicos foram: analisar a implementação das políticas públicas de inclusão digital no IEEASC, identificar os desafios para inclusão digital dos alunos do ensino profissionalizante técnico, identificar as políticas públicas na inclusão digital e diagnosticar a efetivação das políticas públicas de inclusão digital na escola. Os conceitos que embasam a pesquisa são gestão escolar, inclusão digital, políticas públicas e Pedagogia Tradicional Liberal versus Pedagogia Crítica. A pesquisa-ação foi a metodologia adotada, tendo como objetivo alcançar realizações, ações efetivas e transformações no campo social. Através de uma abordagem de natureza qualitativa, a coleta de dados foi realizada utilizando diferentes instrumentos e recursos como: a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, círculos dialógicos com equipe diretiva, professores e alunos, sendo todos registrados no diário de bordo e gravação de áudio". A escolha dessa abordagem se justifica pela intenção de transformar a realidade do ambiente estudado, além de promover a participação coletiva dos envolvidos na pesquisa. O produto intitulado "Projeto Político Administrativo Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação" foi elaborado com a intenção de que o estudo esteja centrado na importância da comunidade escolar e equipe pedagógica terem acesso rápido a um documento organizador e regulador que reúne informações sobre o Regimento Escolar Parcial Educação Profissional e Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação. A pesquisa evidenciou que a gestão escolar desempenha um papel estratégico na efetivação das políticas públicas, ao garantir que a inclusão digital

atende de maneira significativa às exigências do ensino técnico profissionalizante. No contexto do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, observou-se que a articulação entre os recursos disponíveis, as práticas pedagógicas adotadas e as diretrizes educacionais têm favorecido a consolidação de uma formação técnica alinhada às necessidades contemporâneas, contribuindo para a democratização do acesso às tecnologias e para a melhoria da qualidade do ensino. Não obstante, conclui-se que a atuação da gestão escolar constitui um elemento fundamental para a efetivação das políticas educacionais de inclusão digital, ao promover ações de capacitação profissional e busca de recursos para o fortalecimento da infraestrutura dos laboratórios de informática.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica; Gestão Escolar; Políticas Públicas de Inclusão Digital.

## RESUMEN

La investigación investigó cómo el Instituto Estatal de Educación Aimone Soares Carriconde implementa las políticas públicas de inclusión digital en la educación técnico-profesional, dando como resultado un producto final denominado Proyecto Político Administrativo Pedagógico del Curso Técnico en Informática, Eje Tecnológico - Información y Comunicación, que describe algunos ítems y capítulos basados en el Reglamento Escolar Parcial de Educación Profesional y el Proyecto Pedagógico del Curso Técnico en Informática, Eje Tecnológico - Información y Comunicación. El objetivo general de esta investigación fue comprender cómo la gestión escolar puede contribuir a la ejecución de las políticas públicas, asegurando que la inclusión digital responda a las demandas de la educación técnico-profesional, teniendo como escenario el Instituto Estatal de Educación Aimone Soares Carriconde. Los objetivos específicos fueron: analizar la implementación de las políticas públicas de inclusión digital en el IEEASC, identificar los desafíos para la inclusión digital de los estudiantes de la educación técnico-profesional, identificar las políticas públicas relacionadas con la inclusión digital y diagnosticar la efectividad de dichas políticas en la escuela. Los conceptos que sustentan la investigación son gestión escolar, inclusión digital, políticas públicas y Pedagogía Tradicional Liberal versus Pedagogía Crítica. Se adoptó la metodología de investigación-acción, con el objetivo de alcanzar logros, acciones efectivas y transformaciones en el ámbito social. A través de un enfoque de naturaleza cualitativa, la recolección de datos se realizó utilizando diferentes instrumentos y recursos, tales como: la aplicación de cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas, círculos dialógicos con el equipo directivo, docentes y estudiantes, todos registrados en un diario de campo y grabaciones de audio. La elección de este enfoque se justifica por la intención de transformar la realidad del entorno estudiado, además de promover la participación colectiva de los involucrados en la investigación. El producto titulado “Proyecto Político Administrativo Pedagógico del Curso Técnico en Informática, Eje Tecnológico - Información y Comunicación” fue elaborado con la intención de que el estudio se centrara en la importancia de que la comunidad escolar y el equipo pedagógico tengan acceso rápido a un documento organizador y regulador que reúna información sobre el Reglamento Escolar Parcial de Educación Profesional y el Proyecto Pedagógico del Curso Técnico en Informática, Eje Tecnológico -

Información y Comunicación. La investigación evidenció que la gestión escolar desempeña un papel estratégico en la implementación de las políticas públicas, al garantizar que la inclusión digital responda de manera significativa a las exigencias de la educación técnico-profesional. En el contexto del Instituto Estatal de Educación Aimone Soares Carriconde, se observó que la articulación entre los recursos disponibles, las prácticas pedagógicas adoptadas y las directrices educativas ha favorecido la consolidación de una formación técnica alineada a las necesidades contemporáneas, contribuyendo a la democratización del acceso a las tecnologías y a la mejora de la calidad educativa. No obstante, se concluye que la actuación de la gestión escolar constituye un elemento fundamental para la implementación de las políticas educativas de inclusión digital, al promover acciones de capacitación profesional y la búsqueda de recursos para fortalecer la infraestructura de los laboratorios de informática.

**Palabras clave:** Educación profesional y tecnológica, Gestión Escolar, Políticas Públicas de Inclusión Digital.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Localização Geográfica do Município de Arroio Grande/RS .....	23
Figura 2- Entrada Principal do Município de Arroio Grande/RS.....	23
Figura 3- Fachada do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde ..	25
Figura 4-Chromebooks e armário de carregamento .....	33
Figura 5 - Laboratório de informática.....	33
Figura 6- Netbooks em desuso.....	62
Figura 7- Gênero dos participantes .....	83
Figura 8- Função exercida na escola.....	84
Figura 9- Regime de trabalho nesta escola.....	84
Figura 10- Vínculo .....	85
Figura 11- Gênero dos participantes.....	87
Figura 12- Registro dos participantes no 1º Encontro da Intervenção Pedagógica ...	95
Figura 13- Registro dos participantes no 1º Encontro da Intervenção Pedagógica ...	96
Figura 14- Registro dos participantes no 2º Encontro da Intervenção Pedagógica .	100
Figura 15- Registro dos participantes no 3º Encontro da Intervenção Pedagógica .	101
Figura 16- Registro dos participantes no 3º Encontro da Intervenção Pedagógica .	101
Figura 17- Quais dispositivos você utiliza para estudar?.....	116
Figura 18- A quanto tempo você faz uso do computador? .....	117
Figura 19- A quanto tempo você utiliza a internet? .....	118
Figura 20- Você conhece os aplicativos abaixo:.....	119
Figura 21- Qual dispositivo utiliza para trabalho?.....	121
Figura 22- Você utiliza internet?.....	122
Figura 23- Em sua formação inicial você estudou sobre o uso da tecnologia digital na educação? .....	122
Figura 24- Além do letramento digital, você foi em busca de outros cursos de formação?.....	123
Figura 25- Quais ferramentas tecnológicas de ensino abaixo você já fez uso? .....	124
Figura 26- Capa E-book .....	130

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Condições Físicas, Técnicas e Materiais da Escola .....	25
Quadro 2- Quadro geral do Corpo Docente e Servidores .....	26
Quadro 3- Matrículas no ensino fundamental – Ano de Referência 2024 .....	26
Quadro 4- Matrículas no ensino médio – Ano Referência 2024 .....	27
Quadro 5- Matrículas Ensino Profissionalizante Técnico .....	31
Quadro 6- Formação do corpo docente dos professores e equipe pedagógica do Curso de Informática .....	33
Quadro 7- Possibilidades de Aplicação da Análise de Conteúdo Segundo Bardin..	104
Quadro 8- Construindo as categorias de análise através das unidades de registro	106
Quadro 9– Análise documental das leis que abrangem a inclusão digital .....	126
Quadro 10– Relação dos estudos selecionados.....	157
Quadro 11- Trabalhos selecionados .....	165

## LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado  
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem  
AVAMEC - Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação e Cultura  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CRE - Coordenadoria Regional de Educação  
COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento  
COMUDE - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência  
EAD - Educação a Distância  
EB - Educação Básica  
EF - Ensino Fundamental  
EM - Ensino Médio  
EPT - Educação Profissional e Técnica  
IEEASC - Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde  
MCE - Ministério da Educação e Cultura  
PC's - Computador de Mesa  
PCT - Plano dos Cursos Técnicos  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PPP- Projeto Político Pedagógico  
RGS - Rio Grande do Sul  
RS - Estado do Rio Grande do Sul  
SUEPRO - Superintendência da Educação Profissional  
TCLE - Termo de Consentimento livre e esclarecido  
TI - Técnico em Informática  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
UCA - Um computador por Aluno  
UCPel - Universidade Católica de Pelotas  
UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	16
<b>1.1 Trajetória da Pesquisadora na Área da Educação .....</b>	<b>17</b>
2 CONSTRUÇÃO DO CAMINHO INVESTIGATIVO .....	21
<b>2.1 Contexto da Pesquisa-Ação.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Constituição do Curso Técnico em Informática .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 A Proposta Pedagógica da Escola .....</b>	<b>37</b>
<b>2.4 Pedagogia Tradicional Liberal versus Pedagogia Crítica.....</b>	<b>45</b>
3 CONCEITOS CENTRAIS.....	47
<b>3.1 Gestão Escolar .....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 Inclusão Digital.....</b>	<b>50</b>
<b>3.3 Políticas Públicas .....</b>	<b>56</b>
4 Revisão Sistemática de Literatura .....	70
5 CAMINHOS DA PESQUISA .....	81

<b>5.1 Caracterização dos Participantes.....</b>	<b>82</b>
<b>5.1.1 Envolvidos na Pesquisa: Professores e Equipe Gestora.....</b>	<b>82</b>
<b>5.1.2 Envolvidos na Pesquisa: Alunos .....</b>	<b>86</b>
<b>5.2 Abordagem Metodológica .....</b>	<b>88</b>
<b>5.3 Intervenção .....</b>	<b>91</b>
<b>5.3.1 Ambiente de Intervenção do Projeto de Pesquisa .....</b>	<b>93</b>
<b>5.3.2 A Contribuição da Gestão na Apresentação da Proposta de Intervenção</b>	<b>93</b>
<b>5.3.3 O Que Dizem os Documentos da Escola sobre a Educação Profissional (EP)? .....</b>	<b>96</b>
<b>5.3.4 Construção do Capítulo da Educação Profissional Técnica no Projeto Político Pedagógico .....</b>	<b>100</b>
<b>5.3.5 Educação Profissional Técnica e o Projeto Político Pedagógico: a escrita .....</b>	<b>102</b>
<b>5.4 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados .....</b>	<b>102</b>
<b>5.5 Elaboração das Categorias .....</b>	<b>107</b>
<b>6 O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS DA ESCOLA? .....</b>	<b>126</b>
<b>7 PRODUTO FINAL .....</b>	<b>129</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>143</b>

<b>ANEXO A-Solicitação de autorização para a realização da pesquisa .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO B – Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE).....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO C - Questionário de conhecimento de equipe pedagógica e professores .....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO D - Questionário de conhecimento de Alunos .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO E - Criação da Categoria de Análise 1.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO F - Criação da Categoria de Análise 2.....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO G - Quadro Síntese 1 .....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO H - Quadro Síntese 2 .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO I - Produto Final .....</b>	<b>169</b>

## INTRODUÇÃO

No presente estudo, discutimos como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas garantindo que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico, tendo como cenário o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.

A discussão foi realizada por meio de Círculos dialógicos a respeito das leis e programas explorando o tema tecnologia e os sujeitos desta pesquisa foram: professores, alunos e equipe diretiva pedagógica do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde. A partir dessa análise, buscaremos compreender como o IEEASC implementa as políticas públicas na inclusão digital no ensino técnico profissionalizante e formular um plano de ação que apoie a gestão escolar na inclusão digital através de ações e monitoramento do uso das ferramentas digitais que a escola tem a oferecer aos alunos do curso técnico em informática. O desdobramento do trabalho, considerando as discussões, reflexões e o caminho da pesquisa, está organizado em capítulos, da seguinte forma: em um primeiro momento, “Trajetória da pesquisadora na área da educação”, como esta relação se produziu a partir das minhas inquietações enquanto professora-pesquisadora de informática e toda a problemática que a envolve, além da conjuntura em que este trabalho começou a tomar forma, seu objeto de estudo baseado na discussão de conceitos que são: gestão escolar e políticas públicas de inclusão digital.

No Capítulo “Construção do Caminho Investigativo”, relato um pouco do contexto da pesquisa-ação, constituição do curso técnico em informática nele descrevo o objetivo geral de minha pesquisa, que é compreender como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas garantindo que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico, tendo como cenário o IEEASC.

Os objetivos específicos foram: analisar a implementação das políticas públicas de inclusão digital no IEEASC; identificar os desafios para inclusão digital dos alunos do ensino profissionalizante técnico; identificar as políticas públicas na inclusão digital; diagnosticar a efetivação das políticas públicas de inclusão digital na escola.

Também neste capítulo apresento a Proposta Pedagógica da Escola e uma análise reflexiva da Pedagogia Tradicional Liberal versus Pedagogia Crítica.

No capítulo seguinte, intitulado “Conceitos Centrais”, é abordada uma discussão sobre os conceitos relacionados ao projeto de pesquisa, sendo esses: Gestão Escolar, Inclusão Digital, Políticas Públicas.

O capítulo Políticas Educacionais e Inclusão trata da revisão sistemática tendo como partida a implementação das políticas públicas de inclusão digital no ensino profissionalizante do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.

Na sequência apresento o capítulo sobre a Revisão Sistemática de Literatura que nos auxiliou a compreender a temática específica.

No capítulo “Caminhos da pesquisa”, relatamos a Caracterização dos Participantes, a Abordagem Metodológica, a Intervenção, o Ambiente de Intervenção do Projeto de Pesquisa, na sequência apresentamos a análise de conteúdo dos documentos que compuseram os círculos dialógicos de política que foram os temas de nossos encontros síncronos e assíncronos, “A contribuição da gestão na apresentação da proposta de intervenção”, “O Que Dizem os Documentos da Escola sobre a Educação Profissional (EP)?”, “A construção do capítulo da educação profissional técnica no Projeto político pedagógico”, “Educação profissional técnica e o projeto político pedagógico a escrita”; Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados e a Elaboração de Categorias.

O Capítulo “O Que Revelam os Documentos da Escola?”, apresenta a análise de conteúdo dos documentos que auxiliam e regulamentam o Ensino Profissionalizante Técnico.

O capítulo “Produto Final” apresenta o produto desenvolvido a partir da pesquisa-ação “Capítulo sobre o Curso Técnico de Informática”, que será incluído no PPP Geral da Escola. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre o processo de pesquisa que resulta nesta dissertação.

## **1.1 Trajetória da Pesquisadora na Área da Educação**

Minha trajetória na área da educação começa com um sonho, o de realizar um curso superior. Sou natural de Arroio Grande, mudei para a cidade de Jaguarão aos 13 anos de idade, concluindo o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Jaguarão e meu Ensino Médio e Técnico em Contabilidade na Rede Estadual de Jaguarão, este, realizado à noite, me possibilitou trabalhar durante o dia como Secretária da Associação dos Funcionário Municipais de Jaguarão. Meu sonho era uma graduação,

mas a cidade mais próxima com uma Universidade era Pelotas e como dependia do trabalho para auxiliar em minhas despesas se tornou inviável naquele momento. Em dezembro de 1997, formei-me em Técnica em Contabilidade e constituiu-se em Jaguarão uma extensão da Universidade Católica de Pelotas. Fiquei bem entusiasmada, a primeira turma que iriam ofertar era de Contabilidade e Custos, mas sendo esta particular surgiu outro obstáculo financeiro: meu salário não comportava a mensalidade. Pensei em realizar o magistério que era ofertado na Escola Estadual Espírito Santo, em Jaguarão, mas este era diurno - inviabilizando meu desejo, pois necessitava trabalhar. Fui em busca, na minha cidade natal, pensando em uma possível mudança, pois queria continuar meus estudos. Realizei minha inscrição, ao mesmo tempo em que recebia uma oferta de trabalho em uma Farmácia de Jaguarão, desistindo então dos estudos e seguindo apenas o trabalho no comércio local, como atendente. No decorrer do tempo, mais precisamente após dois anos, surgiu um novo curso, também particular: Uma extensão da UCPel em Tecnologia em Processamento de Dados, no turno da noite. Agora, incentivada pelos proprietários da Farmácia Machado, onde trabalhava como atendente com uma jornada de trabalho diário de 10 horas, ao saberem do meu sonho me agraciaram com um incentivo e redução de carga horária para conseguir estudar.

Então, em fevereiro de 1999, comecei minha caminhada acadêmica como Tecnóloga em Processamento de Dados. No último ano da graduação, obtive a oportunidade de realizar um estágio na Promotoria de Justiça de Jaguarão, onde consegui oportunidade de realizar a prática com os sistemas e aplicativos do Sistema Judiciário, onde ocupava a função de secretária direta do promotor. Porém, meu olhar já se encaminhava ao fazer e saber pedagógico, pois se aproximava o encerramento da graduação, e, para sua conclusão, necessitava desenvolver um *software*. Foi quando surgiu a ideia de um *software* de Jogos Pedagógicos que seria desenvolvido para uma escola de educação infantil. Então, procurei a Escola Particular Branca de Neve e os Sete Anões, situada na cidade de Jaguarão, para apresentar meu projeto de conclusão do curso que tinha como objetivo um *software* que relatasse a história da cidade, explorando vários elementos como: origem, histórico, localização, infraestrutura, principais eventos e pontos turísticos do município, utilizando dos meios digitais e com interação do educando da pré-escola com faixa etária entre 4 e 6 anos de idade, convidando-a então para fazer parte do meu trabalho como campo de pesquisa-ação.

Em janeiro de 2002, concluí meu primeiro sonho, finalmente graduada. Fui, posteriormente, em busca da licenciatura, e como não havia o curso em Jaguarão - sendo a mesma ofertada na cidade vizinha de Pelotas, na Universidade Católica - foi necessária uma reorganização em minha rotina para conseguir realizar o deslocamento e cursar a licenciatura. Foi necessário reunir forças e foi preciso da ajuda de amigos e familiares, pois minha licenciatura era aos finais de semana. Com isso, trabalhava durante a semana como escriturária no Banco do Brasil, por uma firma terceirizada, e nos finais de semana, utilizava de ônibus e muitas vezes carona para meu deslocamento, o que me fazia depender de parentes para meu alojamento, pois as despesas eram grandes, como alimentação, deslocamento e o curso particular. Tudo, posso dizer - tudo mesmo - valeu a pena! Conheci pessoas maravilhosas; o ambiente da Universidade; caminhar pelos corredores; ir à biblioteca. Tudo me encantava e me fazia sentir bem e feliz. Estava no lugar certo, na hora certa e realizada como mulher, estudante e trabalhadora.

A habilitação pedagógica na área de informática possibilitou meu primeiro contato com a sala de aula, onde realizei meu estágio no Colégio Estadual Carlos Alberto Ribas - Escola de 1º e 2º graus, com o Curso Técnico de Contabilidade, na disciplina de Mecanografia. Em fevereiro de 2004, realizei mais este sonho, agora licenciada na área de informática. Como professoras, somos eternas aprendizes e estamos sempre em busca de aperfeiçoamento, nos desafiando.

Entre idas e vindas, sendo filha de Arroio Grande, resido em Jaguarão desde 1993. Em setembro de 2011, fui chamada para a Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul como professora dos Cursos Técnicos em Informática e Cursos Técnicos em Administração no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, em minha cidade natal Arroio Grande/RS, localizada a 48 km de Jaguarão/RS. O curso, realizado de forma presencial, acontece no período noturno, com uma organização curricular em componentes semestrais que tem duração de um ano e meio.

Em setembro de 2011, recebi o convite para realizar uma pós graduação em orientação pedagógica, o curso era realizado na cidade de Arroio Grande, sob coordenação de uma professora da cidade, era ofertado pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis. Essa pós me oportunizou um estágio, com grande aprendizado, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Caetano, junto com

o sexto ano do ensino fundamental. Agora então orientadora educacional, em março de 2013.

Após alguns anos e algumas experiências, hoje conto com algumas formações como: Técnica em Contabilidade, Tecnóloga em Processamento de Dados, Licenciatura Plena na Área de Informática e Orientadora Educacional. Porém, senti a necessidade de realizar outra graduação, agora de Pedagogia, dando início no ano de 2017, no Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, polo Arroio Grande/RS, passando por vários estágios, com a conclusão em dezembro de 2020. Em fevereiro de 2022, surgiu a primeira oportunidade com as séries iniciais na Rede Municipal de Arroio Grande/RS, no turno da tarde.

Dando continuidade à minha trajetória profissional e pedagógica percebi a necessidade de continuar buscando respostas às minhas indagações sobre o processo educacional através do Mestrado Profissional em Educação, no qual realizei uma tentativa na cidade de Pelotas em uma cadeira como aluna especial, mas recebi a notícia de estar grávida e pelas idas e vindas por bem resolvemos esperar. Foi então, para minha alegria, que em agosto de 2012, a primeira turma de ingressantes do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEduc/Unipampa, adentra o campus de Jaguarão e se inicia um novo ciclo de oportunidades. Comecei a realizar minhas tentativas para ingresso e, por fim, a minha vez chegou, ingressei no curso de Mestrado Profissional em Educação, na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Campus Jaguarão, Linha de Pesquisa 2 - Política e Gestão da Educação, no mês de agosto de 2023.

Hoje, lecionando a 14 anos no IEEASC, comecei a indagar várias questões sobre gestão escolar e políticas públicas de inclusão digital, pois durante esses anos pude observar o sucateamento do laboratório que por vezes inviabilizavam a utilização do mesmo, causando desestímulo dos alunos e a evasão escolar. Espero que, de alguma forma, minha pesquisa gere bons frutos para os Cursos Técnicos. Acredito em uma educação gratuita e de qualidade, que possa ter igualdade de oportunidades a todos. Vejo na educação uma forma de emancipação dos sujeitos, e é por esta busca que inicio minha caminhada de aperfeiçoamento no Mestrado Profissional em Educação. Tenho a certeza que é apenas o início da minha trajetória profissional que sempre busca ir além.

A escolha deste tema como objeto de estudo veio da inquietude e reflexão desta autora ao vivenciar, há mais de quatorze anos, no ensino técnico e,

especialmente, ao ministrar, as disciplinas de introdução ao processamento de dados, linguagem de programação e sistemas aplicativos no Curso Técnico de Informática. Previamente, procurei esboçar a problemática da pesquisa e, na sequência, os caminhos da pesquisa para a construção deste trabalho e seus achados. Como professora, eu experiencio diversas situações em que questiono a relação e a implementação das políticas públicas de inclusão digital no âmbito escolar, bem como programas e leis que descrevem uma realidade bem diferente da vivenciada na escola, onde nos deparamos com laboratórios sucateados, sem técnico para manutenção, conexão fraca, resultando em evasão escolar.

Acredito que vivemos na era digital, com alunos de uma nova geração que buscam rapidez, agilidade, interação virtual e respostas imediatas. A escola, por sua vez, é geralmente o primeiro espaço onde esses alunos têm contato com a tecnologia. Por isso, consideramos essencial analisar como as políticas públicas de inclusão digital são implementadas no Ensino Técnico Profissionalizante.

Vislumbrei no mestrado a oportunidade de auxiliar na construção de um ensino Técnico Profissionalizante, que faça sentido na vida dos alunos e da comunidade na qual estão inseridos, que de fato, proporcione melhorias na qualidade de vida deste aluno, sendo este o elemento impulsionador do trabalho da pesquisa-ação. Portanto, a pesquisa desenvolve uma concepção/construção acerca da inclusão digital, para que esta venha a somar na vida profissional dos alunos, por meio do uso das ferramentas digitais a serem trabalhados no Curso Técnico de Informática. Nesse sentido, torna-se extremamente relevante o trabalho investigativo e de reflexão juntamente com a comunidade escolar, no intuito de conhecer e compreender as políticas públicas que orientam o Ensino Técnico Profissionalizante na área das tecnologias, fundamentada na inclusão digital dos alunos.

## **2 CONSTRUÇÃO DO CAMINHO INVESTIGATIVO**

A Construção do Caminho Investigativo desta pesquisa foi delineada a partir de uma abordagem qualitativa, ancorada nos princípios da pesquisa-ação, por compreender que o processo investigativo se constitui em diálogo permanente entre teoria e prática, e em articulação com os sujeitos implicados no contexto escolar. Diante da complexidade dos fenômenos educacionais, optou-se por um caminho metodológico que valorizasse a escuta, a participação e a transformação coletiva.

A coleta de dados foi realizada utilizando diferentes instrumentos e recursos como: a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, círculos dialógicos com equipe diretiva, professores e alunos, sendo todos registrados no diário de bordo e gravação de áudio.

Os questionários permitiram um primeiro mapeamento das percepções, práticas e desafios relacionados à inclusão digital no ambiente escolar, especialmente no que se refere à gestão escolar e a execução das políticas públicas de tecnologia educacional.

Em uma segunda etapa, foram promovidos círculos dialógicos com base nos referenciais legais e programáticos que estruturam as políticas públicas de inclusão digital. Esses encontros, inspirados na metodologia freiriana do diálogo, possibilitaram a escuta ativa, a construção coletiva de sentidos e a problematização crítica das práticas e discursos em torno da gestão escolar e da apropriação das tecnologias no cotidiano educacional.

A Construção do Caminho Investigativo revelou-se coerente com os objetivos da pesquisa ao permitir não apenas o levantamento de dados, mas também a mobilização dos sujeitos para a reflexão e a ação transformadora. Durante o processo, ajustes metodológicos foram necessários como a readequação dos encontros, as temáticas nos círculos, sempre respeitando a escuta do campo e a dinâmica própria das interações.

A análise dos dados, por sua vez, foi realizada por meio das respostas dos questionários, pelos registros das discussões nos círculos dialógicos e pela análise dos documentos da escola. A articulação entre esses instrumentos e documentos permitiu identificar contradições, consensos e desafios que permeiam a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão digital nas escolas.

Em síntese, a construção do caminho investigativo empreendido reafirma a potência da pesquisa-ação como estratégia para produzir conhecimento e, ao mesmo tempo, fomentar processos formativos e de transformação no interior da escola.

No capítulo a seguir, será apresentado o contexto da pesquisa-ação, Constituição do Curso Técnico em Informática e a Proposta Pedagógica da Escola.

## **2.1 Contexto da Pesquisa-Ação**

Conforme o Projeto Político Pedagógico, o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde está localizado na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião da Lagoa Mirim, Município de Arroio Grande, na Rua Leonel Fagundes, nº 63. A área do Município é de 2.544,8 Km<sup>2</sup> e sua população é de aproximadamente 19.156 habitantes. Encontra-se a 353 Km da capital, e tem a base de sua economia no setor primário (monocultura do arroz e pecuária), além de estar em expansão no setor terciário.

A cidade de Arroio Grande é conhecida como cidade simpatia (figura 1).

Figura 1-Localização Geográfica do Município de Arroio Grande/RS



Fonte: <https://www.weather-forecast.com/locationmaps/Arroio-Grande.10.gif> Acesso em: 26 jul. 2024

Figura 2- Entrada Principal do Município de Arroio Grande/RS



Fonte: Arquivo pessoal da Autora (2024).

Nossa Escola está situada na zona urbana, centro da cidade, na Rua Leonel Fagundes, nº 63, como descreve o Projeto Político Pedagógico tendo como origem:

- A Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aimone Soares Carriconde é formada pelo Ginásio Estadual de Arroio Grande e pela Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição, que obteve autorização para o funcionamento das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau, através da Portaria nº 3.166, de 22 de fevereiro de 1979, unificados pela Portaria nº 11.499, de 28 de fevereiro de 1980, publicada no Diário Oficial de 06 de março de 1980.
- O Ginásio Estadual de Arroio Grande foi criado como Ginásio Municipal, por Lei nº 149, de 12 de junho de 1953, autorizado a funcionar pela Portaria nº 341, de 19 de abril de 1954, da Diretoria do Ensino Secundário, tendo sido encampado pelo Governo do Estado por Decreto nº 1.284, de 13 de abril de 1959.
- A Escola Estadual de 2º Grau Nossa Senhora da Conceição foi criada pelo Decreto nº 23.392, de 23 de outubro de 1974, publicado no Diário Oficial de 23 de outubro de 1974, autorizada a funcionar pela Portaria nº 4.612, de 09 de maio de 1975, com base nos Pareceres nº 229/75 do Conselho Estadual de Educação e nº 98/75 da Equipe de Legislação de Ensino, Est. e Aprovação de Regimentos Escolares e denominada pelo Decreto nº 28.737, de 10 de maio de 1979, publicada no Diário Oficial de 10 de maio de 1979.
- Pela Portaria nº 00117 de 2000 a Escola passou a designar-se Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.
- Parecer de Autorização - Técnico em Gestão Administrativa - Área Gestão Conselho Estadual de Educação 489 30/04/02.
- Parecer de Autorização - Técnico em Informática Conselho Estadual de Educação 1.038 11/09/02.
- Parecer de Autorização – Curso Normal e Curso Normal Aproveitamento de Estudos Conselho Estadual de Educação 365 24/05/06.

O Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, conforme redação acima, teve seu início com o funcionamento das quatro primeiras séries do ensino de 1º Grau. Posteriormente, passou a ofertar o ginásio da 1º a 8º série, e, mais a frente, o segundo grau e a educação infantil. Em abril de 2002 é autorizado o primeiro Curso Técnico em Gestão Administrativa, que após atualização do plano (2018) passou a chamar-se Técnico em Administração. Em setembro de 2002, foi

autorizado o funcionamento do Curso Técnico em Informática, e, em maio de 2006, foi autorizado o Curso Normal conhecido como Magistério, hoje já extinto.

Figura 3- Fachada do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde



Fonte: Arquivo pessoal da Autora (2024).

O prédio da escola é dividido estruturalmente em dois blocos. No Bloco I funcionam o ensino fundamental Anos Finais (de 6º ao 9º ano), ensino médio, Técnico em Administração e Técnico em Informática. No Bloco II, o ensino fundamental Anos Iniciais (de 1º ao 5º ano) e ensino médio.

Quanto às suas condições físicas, a Escola necessita de reparos nos Blocos I e II: é necessária a reforma dos pisos, pois apresentam situação de risco para os alunos e professores; reforma elétrica e hidráulica; reformas nos hidrossanitários; reformas das quadras esportivas e pátio da escola - todas com demandas encaminhadas à Coordenadoria Regional de Educação, sediada em Pelotas.

Quadro 1- Condições Físicas, Técnicas e Materiais da Escola

<b>Dependências da Escola</b>	<b>Bloco I</b>	<b>Bloco II</b>
Arquivo	01	-
Audiovisual/Auditório	02	01
Hidrossanitário dos professores	01	01
Hidrossanitário	03	03

Biblioteca	01	01
Cozinha	01	01
Depósito	03	-
Laboratório de Ciências e Informática	03	-
Porão	01	-
Refeitório	01	-
Sala da Coord. Pedagógica	01	01
Sala da Direção	01	-
Sala de Aula	11	08
Sala de Ed. Física e Ed. Artística	01	-
Sala de AAE	01	-
Sala dos professores	02	01
Secretaria	01	-
<b>Total de ambientes</b>	<b>35</b>	<b>17</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Escola.

Quadro 2- Quadro geral do Corpo Docente e Servidores

<b>Setores</b>	<b>Quantidade de profissionais</b>
Direção	4
Secretaria	2
Assistente financeiro	1
Coordenação Pedagógica	2
Monitoria/Atendimento Educacional Especializado	5
Alimentação/Limpeza e Manutenção	8
Professores de Classe	46
Professores no Curso Técnico	07

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Escola.

Quadro 3- Matrículas no ensino fundamental – Ano de Referência 2024

<b>Ano</b>	<b>Tarde</b>	
	Alunos	Turmas
1º Ano	10	1

2º Ano	9	1
3º Ano	16	1
4º Ano	10	1
5º Ano	20	1
6º Ano	23	1
7º Ano	17	1
8º Ano	14	1
9º Ano	19	1
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>9</b>

Fonte: ISE - Informatização da Secretaria da Educação (procergs.com.br). Acesso em: 6 mai. 2024.

Observa-se no Quadro 3 que a escola possui apenas nove turmas de ensino fundamental, sendo uma para cada ano, contendo o respectivo número de alunos matriculados no ano de 2024, totalizando cento e trinta e oito estudantes na faixa etária de 6 anos a 15 anos.

Já no ensino médio a distribuição de alunos é a seguinte:

Quadro 4- Matrículas no ensino médio – Ano Referência 2024

Ano	Manhã		Noite		Total	
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas
1º Ano	162	6	34	1	175	6
2º Ano	80	4	45	2	144	6
3º Ano	65	3	44	2	86	7
<b>Total</b>	<b>307</b>	<b>13</b>	<b>123</b>	<b>5</b>	<b>430</b>	<b>18</b>

Fonte: ISE - Informatização da Secretaria da Educação (procergs.com.br). Acesso em: 6 mai. 2024.

O quadro acima apresenta dados sobre o número de jovens matriculados no ensino médio, nos turnos da manhã e da noite, uma vez que no período da tarde funciona apenas o ensino fundamental. É possível observar que o turno da manhã possui o maior número de alunos distribuídos em treze turmas de ensino médio representando aproximadamente 71,40% do total de 430 alunos matriculados, e à noite há uma representatividade de 28,6%.

Deste universo de matrículas em 2024, há oito alunos com necessidades especiais, sendo um com autismo - matriculado no ensino fundamental; matriculados

no ensino médio há um com autismo, dois com Síndrome Down, um com deficiência intelectual e transtorno bipolar, bem como nenhum no Ensino Médio Técnico Subsequente, sendo todos com atendimento em turno inverso na sala de Atendimento Educacional Especializado, conforme informações obtidas da Orientação Educacional do educandário.

## 2.2 Constituição do Curso Técnico em Informática

O Curso Técnico em Informática foi criado em 11 de setembro de 2002. A partir da necessidade da comunidade escolar, o IEEASC apresenta o projeto do Curso Técnico em Informática, em que define as metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais por área, bem como as necessidades do mercado de trabalho e os suportes básicos para o exercício da cidadania. A escola busca atender a demanda social instalada e a capacidade de resposta institucional dando corpo às formas de desenvolvimento do Curso, harmonizadas com as expectativas da comunidade atendida.

Segundo o Plano de Curso Técnico em Informática (2018, p. 5) a conjugação desses fatores fez com que a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) organizasse um movimento pela criação de um Curso Técnico em Informática na Escola.

Kuenzer (1997, p.91,92) defende:

...a ampliação de ensino técnico não como adestramento, atrelado às necessidades do mercado de trabalho, mas como *locus* de aquisição, de maneira articulada, de conteúdos voltados para uma sólida formação geral e para uma formação específica que lhe permita participar das relações sociais enquanto cidadão trabalhador.

A proposta de Kuenzer (1997) de ampliar o ensino técnico como formação integrada, voltada ao "cidadão trabalhador", problematiza a histórica submissão da educação profissional às exigências imediatas do mercado de trabalho. No entanto, persiste o desafio de conciliar uma formação crítica e cidadã com a pressão por currículos adaptados às demandas produtivas. Em contextos marcados por desigualdade e precarização, corre-se o risco da ideia de "cidadão trabalhador" ser reduzida à mera qualificação para o emprego, esvaziando seu potencial emancipador.

Tanto a organização quanto o desenvolvimento do Curso, estão embasados no

Regimento Escolar, tendo em vista a natureza e as características da proposta pedagógica da Escola, que é a formação de profissionais conscientes de seu papel, enquanto cidadãos críticos e competentes.

Conforme o Plano de Curso Técnico em Informática (2018, p. 5),

a presença da Informática em todos os campos da vida moderna é hoje constante e uma realidade. Essa realidade traz consigo a necessidade de que os conhecimentos e a operacionalização da Informática sejam oferecidos à comunidade satisfazendo os anseios do mercado de trabalho desse município.

As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, com competências para atuar em empresas que se utilizam das novas tecnologias da informação, equipamentos e instalações complexas, requerendo a identificação de novos perfis profissionais.

A Constituição Federal e a LDB, documentos legais, são pontes de referência na formulação de planos e ações administrativas e pedagógicas na criação do Curso Técnico em Informática da Escola, sendo que a Constituição Federal destaca a Educação Profissional como um direito de cidadania, e, no Parágrafo único do artigo 39 da LDB, define que “o aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o trabalho em geral contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional”.

Estes princípios legais regulam práticas e procedimentos e apontam para metas que impulsionam para efetivação dos direitos de cidadania e dos compromissos sociais e políticos com a Educação Profissional de Nível Médio.

Atendendo às orientações da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO órgão que promove a educação profissional regionalizada do Estado, e orienta algumas parcerias que mobilizam diferentes sujeitos sociais, políticos e econômicos da comunidade, de modo a ficar claro que o curso interessa à sociedade e ao mercado de trabalho, onde a comunidade local e regional deve estar envolvida no debate com a Coordenadoria Regional de Educação, o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência - COMUDE, os sindicatos, associações patronais e de trabalhadores da Região, Prefeituras e suas associações regionais, Câmaras de Vereadores, Associação Comercial e Industrial ou similar, Cooperativas locais e regionais,

Universidades ou campus local, Conselhos Profissionais e outras Instituições que julgar conveniente.

Após atender as orientações solicitadas pela SUEPRO em 11 de setembro de 2002, o Conselho Estadual de Educação através do parecer de autorização nº 1.038 autoriza a abertura e funcionamento do Curso Técnico em Informática na modalidade subsequente e em 2024 a Deliberação nº 681 - fl. 3 inclui a modalidade concomitante.

A organização curricular do Curso Técnico em Informática, modalidade subsequente, está redigida no Plano de Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação, que se dará da seguinte forma: baseado em princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a articulação entre a área do conhecimento e os aspectos da vida cidadã.

Após a leitura da organização curricular, começou a busca do significado de cada princípio elencado no plano do Curso Técnico em Informática. Como fonte complementar, foi utilizado o Dicionário de Paulo Freire que nos traz com riqueza o que é ética:

É a partir da ética universal do ser que devemos pensar todas as relações dos humanos entre si e destes com a natureza e com a vida. Enquanto espaço de formação humana, a educação é essencialmente um processo de conquista e desenvolvimento da dimensão ética. A razão última de ser do processo educativo é possibilitar a emancipação pela mediação de uma reflexão crítica sem perder a vinculação com o ético. A educação jamais pode prescindir da formação ética. (TROMBETTA; TROMBETTA, 2008, pg. 213).

Como elencado em nosso parágrafo anterior, estamos em busca dos princípios, agora iremos descrever o princípio estético sob a luz de Paulo Freire, Redin nos descreve que:

Longe de pensar em uma ação alienada ou alienante, a perspectiva freiriana concebe a estética como um espaço de liberdade de escolha, de intervenção crítica e consciente de homens e mulheres no mundo, ações calcadas na capacidade de valoração, de intervenção, de decisão e rompimento de tudo o que não favorece a humanização (REDIN, 2008, p. 211).

Agora, iremos descrever nosso último princípio, o político sob a luz de Paulo Freire, descrito no Dicionário por Costa:

(...) educação é um ato político, porque está a serviço de uns e não de outros. Nossa opção, portanto, pela educação progressista, reconhece-a como não neutra, encharcada de autoridade e compromisso com as classes populares, no reconhecimento do nosso lugar histórico onde nos situamos e buscamos ser mais (COSTA, 2008, p. 393).

Dessa forma, ao compreender os princípios ético, estético e político que fundamentam o Plano do Curso Técnico em Informática, percebemos que sua organização curricular ultrapassa a mera transmissão de conteúdos técnicos. Trata-se de uma proposta que busca formar profissionais críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social, capazes de aliar competência técnica à responsabilidade cidadã. Inspirados pelas reflexões freiriananas, esses princípios apontam para uma educação que valoriza a ética nas relações, a estética como exercício da liberdade e da humanização, e o político como compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O curso Técnico em Informática, modalidade subsequente, ofertará seu currículo em três etapas, assim distribuídas: 399 horas na primeira etapa, 415 na segunda etapa e 399 na terceira etapa, constituindo um total de 1213 horas e respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, em que estão expressas as competências, habilidades, conhecimentos, valores e bases curriculares. Para ingresso no Curso Técnico Subsequente, o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio além de submeter-se a processo de seleção, cujas normas, prazos, programas, critérios de classificação e desempate, condições para matrícula e demais informações necessárias são publicadas em edital.

Em 2024 a Deliberação nº 681 - fl. 3 altera o currículo do Curso Técnico em Informática, modalidade subsequente e inclui a modalidade concomitante, agora organizado em três Módulos, assim distribuídos: 400 horas no Módulo I, 400 no Módulo II e 400 no Módulo III, constituindo um total de 1200 horas. Prevê qualificação profissional com certificações intermediárias, no curso técnico, considerando ocupações previstas na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): MÓDULO I 400 h: Assistente de Operação de Redes de Computadores; MÓDULO II 400 h: Assistente de Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais; MÓDULO III 400h: Suporte Técnico, para ser matriculado nesta modalidade o aluno deverá estar matriculado no 3º (terceiro) Ano do Ensino Médio para ingressar no Curso Técnico de Informática.

Quadro 5- Matrículas Ensino Profissionalizante Técnico

<b>Educação Profissional – Período Letivo: 2024</b>		
<b>Ano</b>	<b>Noite</b>	
	Alunos	Turmas

2º Ano	12	2
3º Ano	14	2

Fonte: ISE - Informatização da Secretaria da Educação (procergs.com.br). Acesso em: 06 mai. 2024.

Os alunos da Educação Técnica Profissional Subsequente na maioria provêm do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), outros são jovens que buscam retornar seus estudos para qualificar, aperfeiçoar e especializar seus conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para o exercício profissional na área de informática, qualificando assim seu currículo com uma formação técnica.

O Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação, é ofertado com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação - MEC. O curso não prevê estágio para sua conclusão, não sendo este obrigatório, mas é importante ressaltar que a Lei Nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024, institui a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul e altera a Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Educação Profissional, além de criar a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS, dando outras providências, dispendo no artigo 8º a importância do estágio para experiência e qualificação profissional, alertando para que o estágio não prejudique a matrícula, a frequência regular do estudante e o desenvolvimento da aprendizagem.

Os cursos de informática e de administração possuem duas turmas de cada segmento. Como recurso tecnológico, a escola oferece um laboratório fixo com 24 PC's (computador de mesa) e uma TV *Smart*, também utilizada como monitor pelo professor. O laboratório fixo possui internet própria, além de 120 *chromebooks* - seus armários de carregamento e armazenamento ficam na biblioteca, local onde temos também disponível uma TV *smart*. Na sala de áudio e vídeo, também utilizada para apresentação dos trabalhos do curso, com agendamento prévio, temos *datashow* e *notebook*; os alunos do ensino fundamental e médio utilizam os computadores e *chromebooks* disponíveis na escola, estes com agendamento prévio para utilização. Contamos ainda com internet para a utilização nas salas de aulas, que por vezes fica sobrecarregada, resultando em lentidão.

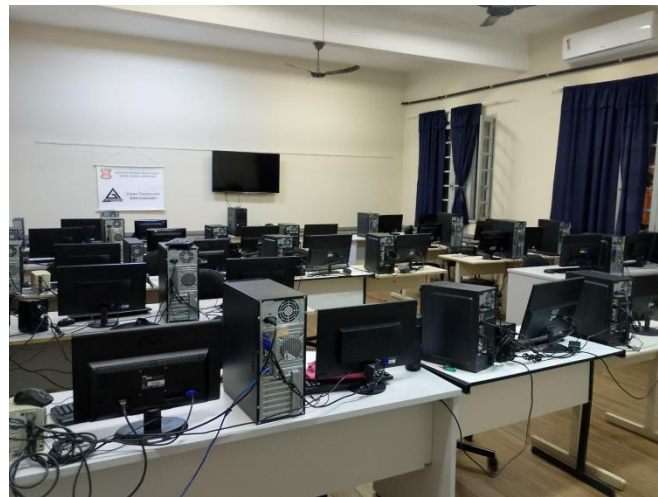
Os *netbooks* estão em desuso, não sendo mais utilizados. A escola não possui técnico para o suporte tecnológico, tendo de ser realizada a manutenção pela própria escola que terceiriza o serviço.

Figura 4-Chromebooks e armário de carregamento



Fonte: Arquivo pessoal da Autora (2024).

Figura 5 - Laboratório de informática



Fonte: Arquivo pessoal da Autora (2024).

Quadro 6- Formação do corpo docente dos professores e equipe pedagógica do Curso de Informática

P1	Bacharel em Administração e Licenciatura em Geografia em curso
----	--

P2	Ciências Contábeis e Formação Pedagógica Docentes
P3	Tec. em Proc. de Dados e Formação Pedagógica Docentes
P4	Téc. em Administração e Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
P5	Técnico em contabilidade, Curso de direito, especialização em auditoria e perícia contábil
P6	Tecnóloga em Processamento de Dados Licenciatura Plena em Informática Pedagoga Orientadora Educacional Mestranda em Educação
P7	Pedagoga Supervisão Escolar
P8	Licenciatura em Matemática Especialista Met. do Ensino da Matemática Mestra em Educação
P9	Pedagoga Orientadora Educacional Especialista em AEE

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Escola.

Após algumas leituras e a vivência de algumas situações na escola, onde atuo como docente há 14 anos, e agora como pesquisadora, fica o questionamento: como

o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde implementa as políticas públicas na inclusão digital no ensino técnico profissionalizante?

Pensando nisso, o presente projeto de pesquisa teve como objetivo geral:

- Compreender como a gestão escolar contribui na execução das políticas públicas, garantindo que a inclusão digital atenda à demanda do ensino profissionalizante técnico tendo como cenário o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.

Objetivos específicos:

- Analisar a implementação das políticas públicas de inclusão digital no IEEASC;
- Identificar os desafios para inclusão digital dos alunos do ensino profissionalizante técnico;
- Identificar as políticas públicas na inclusão digital;
- Diagnosticar a efetivação das políticas públicas de inclusão digital na escola.

Minhas experiências me remetem à reflexão sobre inclusão digital e as políticas públicas que são elaboradas para apoiar aluno e professor, mas infelizmente as mesmas muitas vezes não saem do papel. Ficando o aluno no aguardo de um ensino de qualidade, que venha ao encontro de sua cultura e realidade, utilizando os recursos tecnológicos que a escola tem a oferecer, muitos sentem-se excluídos digitalmente por não possuírem computador, celular e internet em suas residências ou não possuírem acesso no ambiente escolar.

Nos deparamos com diversas leis e programas de governo que descrevem uma realidade distante do contexto vivenciado pela escola. Tais políticas, muitas vezes defasadas, esbarram em discentes excluídos digitalmente, que não possuem acesso à internet ou apresentam dificuldades de utilização das ferramentas tecnológicas. Nesse cenário, encontram-se os chamados analfabetos digitais, definidos por Mello (2016, p. 9) como aqueles que não dispõem de acesso à rede ou não conseguem operar seus recursos, interpretar suas codificações e usufruir das possibilidades que ela oferece.

Para o funcionamento do curso de Técnico em Informática no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, alguns requisitos precisavam ser atendidos, como biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado, laboratório de informática com *hardwares* e programas específicos, *softwares* e internet, laboratório de montagem e reparação de computadores e periféricos, para possibilitar atender à demanda do Curso Técnico em Informática que tem por finalidade formar e capacitar

profissionais na área de informática, analistas e desenvolvedores de *softwares*, estes, portanto, são os recursos mínimos que a escola deverá disponibilizar.

Segundo Mello (2016, p. 9):

A implementação de laboratórios de informática, dentro dos contextos escolares, vem a favorecer o direito à igualdade de oportunidades, visando o exercício da cidadania, além de resgatar os excluídos em plena era da informática digital, através dos programas e políticas públicas.

É preciso repensar todas essas políticas para que a comunidade escolar, professores e alunos usufruam de todos os benefícios ofertados a eles.

Segundo afirma Oliveira, Borges, Lima (2021, p.2),

As escolas estão defasadas e não possuem equipamentos suficientes e atuais para toda a comunidade escolar. Nela, os próprios professores se preocupam, pois acreditam estarem despreparados para lidar com a nova geração digital, visto que as antigas habilidades não despertam mais a atenção dos alunos.

É na instituição escolar que todo o processo de inclusão digital passa a ser direcionado proporcionando um ensino de ferramentas úteis para o aprimoramento profissional, o objetivo é formar e desenvolver aspectos culturais, sociais e cognitivos. Sendo de suma importância os professores e a equipe diretiva pedagógica estarem engajados para que esse processo de mediação do conhecimento digital aconteça.

Segundo Oliveira; Borges; Lima (2021, p.7),

A escola passa a ter um papel fundamental na mediação deste aprendizado, pois será por meio dela que muitos terão o seu primeiro contato com o mundo virtual. As instituições de ensino como mediadora deste aprendizado, devem equipar-se com laboratórios de informática e ofertar aos seus docentes cursos de capacitação, para utilização dos hardwares e softwares que serão trabalhados com os discentes.

A tecnologia está presente em nosso cotidiano, seja no ambiente escolar ou familiar, a escola desempenha um papel crucial na introdução dos alunos ao mundo virtual, ressaltando assim a importância de preparar as escolas e os professores. Porém, é preciso lembrar que, para muitos dos alunos, será seu primeiro contato com o mundo tecnológico.

A compreensão do processo de constituição do curso técnico permite visualizar não apenas sua estrutura e intencionalidades, mas também os desafios enfrentados na sua consolidação. Esse olhar histórico e organizacional abre caminho para a

análise da proposta pedagógica da escola, que busca articular tais princípios às demandas atuais da formação profissional e ao compromisso com a inclusão digital e social dos estudantes.

### **2.3 A Proposta Pedagógica da Escola**

A escola registra o seu Regimento Escolar (2017, p.4) que desenvolverá sua prática pautada na Pedagogia Crítica, que amplia as possibilidades de formação do indivíduo como cidadão. Esse processo busca favorecer a sua capacidade de perceber, compreender e intervir na dinâmica da realidade e nas relações sociais, reconhecendo-se como sujeito político e produtivo, consciente de suas capacidades e saberes, e preparado para estabelecer relações colaborativas com as pessoas e com o mundo.

Conforme o Regimento Escolar (2017) “A filosofia de nossa escola tem como princípios básicos a Democratização da gestão; Democratização do saber; Valorização profissional; Qualidade social.

Os princípios acima são colocados de forma ampla e não objetiva, sem a escola se colocar sobre a forma de cada um, apenas mencionando que estes objetivam-se a uma proposta educacional pautada na inovação, na redescoberta de saberes e na transformação da prática pedagógica, fundamentada em um planejamento crítico, reflexivo e participativo.

O Projeto Político Pedagógico (2016) nos responde no capítulo a “Filosofia da Escola que queremos”:

Acreditando no acesso, na permanência e, sobretudo, no sucesso do aluno, a Escola precisa estar comprometida na construção da qualidade do processo político-pedagógico buscando a formação de cidadãos, homens e mulheres críticos capazes de contribuir na edificação de uma sociedade democrática, com vigor democrático; com valores humanistas de solidariedade, justiça social e honestidade, responsabilidade e respeito às diferenças, individuais no seu pensar e coletivos na busca de transformações.

O Regimento Escolar (2017, p. 5) traz em sua redação o seu conceito sobre políticas públicas para a Educação:

A formulação de Políticas Públicas para a Educação, com o objetivo de oferecer uma educação com acesso e com qualidade social para todos, significa fazer a opção pela inclusão social, e se concretiza na medida em que são propostas e se desenvolvem radicalizando a democracia em todas as suas instâncias.

A prática social e o trabalho como princípio educativo promovem o compromisso de construir projetos de vida, individuais e coletivos, de sujeitos que se apropriam da construção do conhecimento e desencadeiam as necessárias transformações da natureza e da sociedade, contribuindo para o resgate do processo de humanização baseado na ética, na justiça social e na fraternidade.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (2016, p.14):

a organização do sistema escolar é elaborada pela Direção e Coordenação Pedagógica a partir dos interesses e necessidades da comunidade escolar, e após ser aprovado pelo Conselho Escolar, norteia as ações da escola, alicerçado nos fins da educação, respeitando as disposições legais, a Gestão Democrática do Ensino, a Reestruturação Curricular e a realidade da comunidade.

Além deste, o Regimento Escolar descreve como organização do sistema escolar o Plano Global que é um roteiro do trabalho a ser desenvolvido no período letivo, através de projetos concretos nas áreas administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com as políticas públicas. Sendo elaborado anualmente, em consonância com o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

A Escola elabora, sob a coordenação do Diretor, o Plano Global da Escola nas áreas administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com as políticas públicas.

O Calendário Escolar conforme o Regimento Escolar (2017, p. 14):

é elaborado em consonância com as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e atende as determinações pedagógico-administrativas da mantenedora, de acordo com o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Estudo, adequados à realidade regional e local. É construído coletivamente, analisado e discutido pela Comunidade Escolar, aprovado em assembleia dos diferentes segmentos da comunidade, pelo Conselho Escolar e homologado pela mantenedora.

Todas as alterações no Calendário Escolar, devem ser determinadas e fundamentadas em motivos relevantes, e serem aprovadas pelo Conselho Escolar, além de comunicadas em tempo hábil à Coordenadoria Regional de Educação para as providências cabíveis.

A escola realiza anualmente o seu diagnóstico e a avaliação de todas as dimensões e indicadores elencados no sistema institucional, a fim de subsidiar a elaboração e/ou readequação do Plano de Gestão. A avaliação do plano envolve

todos os segmentos da Comunidade Escolar, através de reuniões e questionários (Regimento Escolar, 2017).

Assim, o Plano Global e a Avaliação Institucional se articulam de maneira indissociável, pois enquanto o primeiro orienta as ações pedagógicas, administrativas e financeiras em consonância com o Projeto Político Pedagógico e as políticas públicas, a segunda garante o acompanhamento crítico desse processo. A avaliação, realizada de forma participativa e contínua, possibilita identificar avanços, desafios e necessidades de readequação, fortalecendo a gestão democrática. Dessa forma, o movimento entre planejar, executar e avaliar constitui um ciclo que não apenas organiza o trabalho escolar, mas também favorece a reflexão coletiva, o aprimoramento das práticas e a construção de uma escola mais coerente com sua realidade e com seus objetivos formativos.

O Regimento Escolar (2017) fomenta os princípios de convivência que se originam as normas escolares, as quais, submetidas a constante avaliação, devem refletir a dinâmica e a realidade vivenciada no contexto da escola.

Os princípios de convivência são os pilares que orientam as relações entre os diferentes segmentos, entendidos como forma de organização da vida na escola. São estabelecidos em conjunto com a comunidade escolar, dentro do processo pedagógico, com a participação, avaliação e deliberação do Conselho Escolar e constitui peça integrante do Regimento Escolar.

Este processo coletivo de discussão, possibilita a construção com a participação dos segmentos da comunidade, desde o espaço da sala de aula ao todo da Escola, num exercício permanente de democracia participativa, considerando valores éticos, o diálogo, a justiça, a solidariedade, a igualdade, a fraternidade e a cidadania.

Ao realizar a leitura do Regimento Escolar (2017), foi observado que não consta a metodologia de ensino dos Cursos Técnicos ofertados pela escola em sua redação. O Curso é mencionado apenas na página nº 2 (dois) como Curso oferecido pelo estabelecimento de ensino, pois o mesmo possui seu próprio regimento, redigido como Regimento Cursos Técnicos (2001) onde requisitos de acesso, metodologia, avaliação, certificação, planos de estudo.

No Projeto Político-Pedagógico (2016), na página 5, ao apresentar a caracterização da escola, são descritas as portarias que autorizam a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Contudo, não há menção à portaria

de autorização dos cursos técnicos ofertados pelo IEEASC. O curso técnico aparece apenas na página 7, no subitem Níveis e modalidades de ensino oferecidos, onde constam as formações em Administração e Informática. Já na página 20, são apresentados alguns objetivos e metas para 2016, incluindo os Cursos Técnicos.

Ao observar que o presente projeto se encontra desatualizado, identifica-se a necessidade de uma redação mais aprofundada e específica para os Cursos Técnicos. Embora exista um Plano do Curso, elaborado em 2018 e incorporado ao Regimento do Curso, este já se encontra defasado. Conforme estabelece a Resolução nº 0320/2012, Art. 5º, § 2º, do Estado do Rio Grande do Sul, esse documento deve ser revisado e atualizado a cada cinco anos, o que reforça a urgência dessa adequação.

Nesse sentido, é importante considerar o próprio diagnóstico trazido pelo Projeto Político-Pedagógico (2016), ao apontar que “a comunidade arroio-grandense apresenta carência de desenvolvimento devido ao fato de possuir apenas algumas indústrias de beneficiamento de arroz”. Tal realidade evidencia a necessidade de uma proposta pedagógica atualizada e alinhada às demandas locais, capaz de contribuir para a formação técnica dos estudantes e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento social e econômico da região.

Por tanto consideramos importante destacar que o município hoje (2024), não possui mais indústria de beneficiamento de arroz e todo o arroz produzido é enviado para fora de Arroio Grande. Em contrapartida, o município está no 9º lugar da produção do estado e entre os 10 maiores produtores de Arroz no Estado do Rio Grande do Sul, conforme pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (2022). Diante deste cenário, a importância econômica do arroz no estado é bastante notável, a cultura gera emprego, além da produção de soja e outras culturas de inverno e pecuária, observamos que a justificativa de carência de desenvolvimento não se justifica e que nos dias atuais existe outros segmentos, além de contar também com um amplo comércio local e redes de lojas, farmácias, postos de gasolina que abriram suas franquias na cidade, selecionando profissionais capacitados para administrar e manusear os recursos tecnológicos. Diante deste cenário, consideramos o Curso Técnico do Aimone como uma oportunidade de conhecimento e qualificação proporcionando aos alunos habilidades como Técnicos em Informática.

O curso proporciona um diferencial no currículo, proporcionando a formação e qualificação de um profissional / trabalhador, conhecedor de diferentes ferramentas

tecnológicas, sendo estas presente em diferentes segmentos e sendo poucos os que sabem utilizá-las em profundidade, proporcionando um leque de oportunidades.

A contemporaneidade exige dos indivíduos uma formação cada vez mais abrangente e flexível. No percurso formativo e na busca por uma carreira profissional, a obtenção de um certificado já não assegura, necessariamente, a inserção ou permanência na área de formação. Tal cenário revela a instabilidade das trajetórias profissionais e a necessidade de constante adaptação às múltiplas exigências do contexto atual. Nos deparamos com a globalização do capitalismo, que responde à uma reestruturação econômica em escala planetária.

Torres (2005, p.118) nos explica que:

o capitalismo contemporâneo não é homogêneo, que existem pelo menos quatro níveis de mercado: um responde ao capitalismo monopolista, outra ao capitalismo não monopolista, o terceiro respondendo ao setor público e por fim o mercado informal.

Perante este cenário, testemunhamos grandes transformações nos campos da tecnologia, ciência e formas de comunicação, ao passo em que enfrentamos um aumento do desemprego, diversificação das especializações, redução das oportunidades de emprego estável e crescimento do trabalho autônomo e temporário. Esse cenário tem impulsionado um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, acompanhado por uma requalificação do trabalho assalariado e diminuição do emprego formal.

Segundo Manfredi (2002, p. 50):

Ao mesmo tempo que convivemos com grandes transformações no campo da tecnologia, da ciência, das formas de comunicação, convivemos também com o aumento do desemprego, da diversificação das especializações, com a redução das oportunidades de emprego estável, com o aumento do emprego por conta própria, temporário, enfim, um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, associado a um movimento de ressignificação da importância da educação e da escola, associado a um movimento de redução do emprego formal e de requalificação do trabalho assalariado.

Essas mudanças refletem a necessidade de uma educação que vá além do conhecimento tradicional, preparando os indivíduos para uma vida de aprendizado contínuo e adaptabilidade em um mundo em constante transformação.

Freire (2013, p.143), nos chama atenção para a reificação que é o automatismo das tarefas, prejudicando a autonomia e autoconsciência da mesma:

E que, somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador, eles se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está, pois, na realização deste mundo. Desta maneira, se seu estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total, em insegurança, em ameaça permanente, enquanto seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se. O trabalho não livre deixa de ser um que fazer realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua “reificação”.

O trabalho é uma atividade social fundamental que não apenas sustenta a economia, mas também garante a vida, o sustento e a preservação da cultura. Além de proporcionar os meios necessários para a sobrevivência, o trabalho contribui para a identidade cultural e social das comunidades, promovendo a construção de conhecimentos, tradições e valores. Dessa forma, o trabalho é essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

Como afirma Guareschi (2024, p.137),

a sociedade é obra dos seres humanos reunidos e são eles que devem decidir que tipo de sociedade se quer, por isso o pensar crítico sobre que sociedade queremos é tarefa básica da educação, cuja a ação básica não é para formar técnicos que executem tarefas, mas formar cidadãos conscientes e críticos com capacidade também de mudança.

Como nos descreve o parecer nº16/99 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, à destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões, mediadas por novas tecnologias da informação. A estrutura rígida de ocupações altera-se. Equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passam a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais.

Segundo Gritti (2007, p.44) “sendo a escola uma instituição social, logicamente, não está imune às marcas e relações da sociedade na qual e para a qual produz”; mas não se concebe atualmente que a educação profissional seja um simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-

se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas.

Isso nos remete a Gritti (2007, p.40) que afirma que:

A educação profissional de nível técnico no Brasil tem deixado evidente a relação entre a demanda produtiva e social e a implementação de reformas e medidas por parte dos governos, com o objetivo de oferecer respostas adequadas às exigências do mercado.

Mas a educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (2016, p.3)

Dentro desse processo de participação como instrumento de democratização do Estado, numa nova forma de organização do trabalho na Escola, o IEEASC é fundamentado na Concepção Dialética do Conhecimento e concretizado na Constituinte Escolar, a partir dos seguintes pressupostos: educação como direito; participação popular; dialogicidade; radicalização da democracia; utopia.

Com base nas discussões sobre a proposta pedagógica da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, realizadas através da Constituinte Escolar um amplo movimento iniciado em abril de 1999 em todo o Estado, considerado o "principal instrumento para a construção da democracia participativa" a Constituinte se apresenta como um espaço concreto da SEDUC, onde educadores, funcionários e movimentos sociais populares podem participar ativamente na definição das diretrizes e rumos da educação.

Para Schmitz (2007, p.17),

Constituinte Escolar/RS apresentou-se como um amplo movimento desencadeado em abril de 1999 pelo governo do estado do Rio Grande do Sul (RS). Seu objetivo era promover a construção da democracia participativa. O movimento foi conduzido pela Secretaria de Educação (SE/RS), que abriu espaços para a participação, na construção da escola pública estadual, das comunidades escolares (professores, pais, alunos e funcionários), de movimentos sociais populares, de instituições de ensino superior e instituições do poder público.

No entanto, esse processo não ocorre mais atualmente da mesma forma. A Constituinte Escolar foi um movimento pontual, vinculado àquele período histórico, que resultou em documentos orientadores e contribuiu para a consolidação dos

Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas gaúchas. Atualmente, o que se mantém é a atualização periódica do PPP em cada instituição, processo que deve contar com a participação da comunidade escolar, mas sem o caráter amplo e estadual da Constituinte de 1999.

Diante disso, o Instituto optou por reorganizar seu trabalho por meio da elaboração de um Projeto Pedagógico, com o propósito de assegurar uma atuação coerente e participativa de toda a comunidade escolar. O objetivo é construir, de forma coletiva, uma Escola Cidadã fundamentada nos princípios de justiça social, solidariedade, honestidade, responsabilidade e respeito às diferenças.

#### Conforme Projeto Político Pedagógico (2016),

A Escola está estruturada numa concepção tradicional, alicerçada na Pedagogia Liberal, numa forma de organização do trabalho que reflete a organização social e econômica vigente e com resistências externas (sistema econômico-político-social) e internas (currículo fragmentado, avaliação classificatória, professores leigos, relações de poder hierarquizadas, evasão, reprovação e reprodução das desigualdades sociais). Apesar destes fatores, através de um trabalho coletivo, com compromisso de educadores e com a participação da comunidade escolar, a Escola busca desenvolver práticas político-pedagógicas, através de temas geradores e projetos, possibilitando a interdisciplinaridade, respeito às diferenças, contrapondo-se à divisão social do trabalho, uma nova forma de organização do trabalho na Escola.

Apesar de ainda apresentar traços de uma estrutura tradicional baseada na Pedagogia Liberal, com reflexos das desigualdades sociais e limitações internas, a escola vem buscando superar esses desafios. Por meio do compromisso dos educadores, da participação ativa da comunidade escolar e da adoção de práticas político-pedagógicas inovadoras, tem-se construído uma nova organização do trabalho escolar. Essa transformação valoriza a interdisciplinaridade, o respeito às diferenças e a promoção de uma educação mais democrática e inclusiva, em contraposição à lógica excludente da divisão social do trabalho.

Em sua redação o Projeto Político Pedagógico (2016, p.8) “descreve que sua concepção é voltada para a qualidade social, compromisso com a construção da Escola Cidadã”, onde a escola desenvolve projetos e atividades educativo-culturais em várias áreas e temáticas, tais como: banda escolar, aulas de apoio pedagógico, combate e prevenção do uso de drogas, educação ambiental, adolescência, possibilitando, assim, formas cooperativas de planejamento dos programas com a comunidade escolar.

A metodologia que a Escola busca construir é fundamentada numa perspectiva transformadora, em que existe a unidade entre a escola e a vida, alicerçada nas dimensões humano-técnico-político-social, criando, através das relações dialógicas, possibilidades para produção e construção do conhecimento.

## **2.4 Pedagogia Tradicional Liberal versus Pedagogia Crítica**

O projeto político pedagógico da escola traz em sua redação que a Escola está estruturada numa concepção tradicional, alicerçada na Pedagogia Liberal. A partir disso, procuramos saber mais sobre a tendência liberal tradicional, e foi possível constatar que nesta tendência a escola tem o papel de atuar de uma forma que venha a preparar o aluno de forma intelectual e moral para assumir sua posição na sociedade.

Conforme Libâneo (2006, p.23),

O compromisso da escola é com a cultura, os problemas sociais pertencem à sociedade. O caminho cultural em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino mais profissionalizante.

A pedagogia tradicional é como uma estrada já pavimentada: ela oferece um caminho claro, direto e estruturado para ensinar e aprender. Nesse modelo, o professor é visto como a figura central do processo educativo, o "guia" que detém o conhecimento e o transmite aos alunos, que são receptores desse saber.

Há um foco maior na disciplina, na memorização e na transmissão de conteúdos bem estabelecidos, muitas vezes sem questionar as bases ou as aplicações desses saberes. Ela funciona bem em contextos onde a padronização e a organização são essenciais, mas pode se tornar limitada ao não explorar a criatividade ou a participação ativa dos alunos.

Ao questionar a direção sobre tendência mencionada no PPP, ela relata que este foi o modelo do ano 2016 - que vem pronto da 5ª CRE - não sendo possível mexer na estrutura.

Em contradição, o Regimento de 2017 relata que Escola constrói sua prática baseada numa Pedagogia crítica, em que a tendência do papel da escola é a difusão

de conteúdos, sendo está a tarefa primordial, com conteúdos vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais.

Como nos explica Libâneo (2006, p. 27),

a pedagogia crítica é uma abordagem educacional que vai além da simples transmissão de conhecimentos; ela busca despertar uma consciência crítica nos alunos, convidando-os a questionar, refletir e agir sobre o mundo ao seu redor.

A pedagogia crítica entende a educação como um processo político, no qual a escola não apenas forma indivíduos, mas transforma sociedades. Ao invés de tratar os estudantes como receptores passivos, a pedagogia crítica os vê como sujeitos ativos no processo de aprendizado. É como se cada aula fosse uma oportunidade para explorar não apenas "o que" sabemos, mas "porque" sabemos, "quem" decide isso e "como" podemos transformar essa realidade.

A pedagogia crítica se preocupa com a justiça social e com a equidade, ajudando os alunos a enxergarem as desigualdades que existem e os encorajando a lutar por mudanças. É uma educação que não busca apenas formar profissionais, mas cidadãos críticos, capazes de pensar e agir de maneira ética e transformadora.

Ela também valoriza as experiências e os contextos dos alunos, conectando o aprendizado à vida real. Afinal, não se trata apenas de aprender fórmulas ou datas, mas de entender como tudo isso se relaciona com as nossas vidas e como podemos usar esse conhecimento para construir um mundo mais justo.

A pedagogia tradicional liberal e a pedagogia crítica apresentam diferenças significativas em seus fundamentos, objetivos e métodos. A pedagogia tradicional liberal fundamenta-se em valores clássicos, com ênfase na transmissão do conhecimento acumulado ao longo da história, e enxerga a educação como um meio de preparar o indivíduo para se adaptar à sociedade existente. Sendo assim as aulas utilizam práticas expositivas, como aulas magistrais, com foco em disciplinas estanques e avaliação padronizada.

Segundo Libâneo (2006, p.24),

A aprendizagem, assim, é receptiva e mecânica, para o que se recorre frequentemente à coação. A retenção do material ensinado é garantida pela repetição de exercícios sistemáticos e a recapitulação da matéria. A transferência da aprendizagem depende do treino; é indispensável a retenção, a fim de que o aluno possa responder às situações novas de forma semelhante às respostas dadas em situações novas de forma semelhante às respostas dadas às situações anteriores.

Na pedagogia tradicional liberal, o estudante é visto como um receptor passivo do conhecimento, e a aprendizagem baseia-se em memorização e repetição. No que diz respeito ao papel do professor, ele é a figura central no processo de ensino, sendo o transmissor do conhecimento e exercendo autoridade sobre os alunos. A relação com os estudantes é vertical, com o docente ditando o ritmo e o conteúdo. A pedagogia tradicional liberal busca formar indivíduos cultos e preparados para desempenhar papéis dentro da sociedade existente, valorizando a ordem e a continuidade social.

Por outro lado, a pedagogia crítica, inspirada por pensadores como Paulo Freire, tem como base a transformação social, considerando a educação um ato político e libertador que questiona as estruturas de poder. Enquanto a pedagogia tradicional adota uma visão universalista e neutra do conhecimento, a pedagogia crítica reconhece o saber como situado, moldado por contextos históricos, culturais e sociais.

Segundo Guareschi (2024, p.137),

A sociedade é uma obra dos seres humanos reunidos e são eles que devem decidir que tipo de sociedade se quer; por isso o pensar crítico sobre que sociedade queremos é tarefa básica de educação, cuja ação básica não é para formar técnicos que executem tarefas, mas formar cidadãos, conscientes e críticos com capacidade também de mudança.

Na pedagogia crítica, o professor assume o papel de mediador e facilitador, promovendo uma relação horizontal e dialogada, onde tanto professor quanto alunos aprendem juntos, o aluno atua como protagonista do processo educativo, incentivando a reflexão crítica, a participação ativa e o desenvolvimento da autonomia. A pedagogia crítica, portanto, adota métodos dialógicos e participativos, privilegiando projetos interdisciplinares, a problematização e a contextualização dos conteúdos. A pedagogia crítica almeja a transformação social e a emancipação dos indivíduos, promovendo uma consciência crítica que permita questionar e transformar injustiças sociais.

### **3 CONCEITOS CENTRAIS**

Neste capítulo, apresentaremos os conceitos gerais, basilares para o desenvolvimento do nosso trabalho e fundamentais para nossa análise.

### 3.1 Gestão Escolar

É na escola que a gestão das políticas públicas acontece, auxiliando os professores e alunos na mediação do aprendizado e no uso seguro do mundo digital. A inclusão das tecnologias de informação surgem como meio de alfabetização digital em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior. Os professores necessitam de todo o apoio para avaliar suas práticas e, assim, estarem preparados e capacitados para a aplicação dessa importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis e promovendo a inclusão digital de todos os alunos. Segundo afirma Costa,

[...] É necessário que todos os envolvidos na educação: professores/educadores, supervisores e coordenadores, estejam comprometidos e capacitados para lidar com as tecnologias. E as tecnologias precisam estar dispostas num ambiente favorável, com uma infraestrutura adequada, precisam estar atualizadas em condições favoráveis de uso e pessoal qualificado. (COSTA, 2015, p.2).

A qualificação específica em tecnologias foi ofertada apenas na implantação do programa durante o programa Um Computador por Aluno – UCA. Além disso, no início da pandemia do COVID-19, os professores receberam os chromebooks e uma formação para utilizar as ferramentas do Google sala de aula. Hoje no IEEASC, realiza-se jornadas pedagógicas com salas temáticas que melhor se alinham à sua realidade escolar e auxiliem no planejamento, sendo que as demais salas temáticas ficam gravadas no Canal da Seduc para serem assistidas no momento escolhido pelos professores.

Quando refletimos na concepção da gestão democrática de uma escola pública estadual, pensamos na democratização do acesso, do conhecimento e da gestão, sendo este um processo por meio do qual decisões e planejamento são tomados, encaminhamentos são realizados, ações são executadas, acompanhadas, fiscalizadas e avaliadas coletivamente, isto é, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Segundo Paro (2017, p.22),

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina,

obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo.

Podemos afirmar que gestão escolar é a maneira pela qual as instituições de educação são coordenadas e organizadas, tendo em vista as possibilidades de melhor conduzir os processos educativos. Logo, a gestão escolar precisa aderir à democratização de suas funções e atribuições, visto a necessidade de garantir a ação conjunta e dialógica para a vivência da sua filosofia frente ao cenário social, econômico e político em que nos encontramos.

De acordo com Paro,

(...) administrar uma escola pública não se reduz à aplicação de uns tantos métodos e técnicas, importados, muitas vezes, de empresas que nada têm a ver com objetivos educacionais. A administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo. Se administrar é usar racionalmente os recursos para a realização de fins determinados, administrar a escola exige a permanente impregnação de seus fins pedagógicos na forma de alcançá-los (PARO, 2000, p. 7).

A gestão escolar tem um papel importantíssimo perante a comunidade escolar, zelando pelo bem estar e ensino de seus alunos para poder garantir seus direitos com as políticas públicas que, conforme o regimento escolar, tem por objetivo oferecer uma educação com acesso e com qualidade social para todos, que significa fazer a opção pela inclusão social, e se concretiza na medida em que suas propostas se desenvolvem expandindo a democracia em todas as suas instâncias.

Conforme Silva (2009, p.10),

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

### 3.2 Inclusão Digital

Desde que um ser humano surgiu na natureza com a capacidade de raciocinar, a necessidade e a vontade de comunicar-se com os seus semelhantes existiu. As gravuras nas cavernas foram as primeiras tentativas. Depois vieram os hieróglifos gravados em peças planas de pedra. Outros, diretamente nas paredes de granito dos templos religiosos ou dos mausoléus (Boyer, 2019).

Da necessidade de controlar os rebanhos, pastores gregos e egípcios inventaram um processo de contagem primitivo que se baseava na equivalência. Cada animal era equivalente a uma pedrinha que juntas representavam a soma. Assim, se houvesse uma pedrinha a mais, era notada a falta de um animal, duas pedrinhas, dois animais e assim por diante (Silva; Silva, 2021, p.4), era o início do primitivo processamento de dados do homem.

Atualmente, os computadores ganharam espaço auxiliando o homem no processamento de dados, estes estão presentes não só nas escolas como em empresas e também em nossas residências. O nome que damos ao conjunto que compõem o ser humano é o corpo humano. No computador, o nome dado é *hardware* (do inglês: duro, sólido).

O computador necessita receber vários conjuntos de instruções lógicas, que lhe permitirão executar certos serviços. Somente com estas instruções a máquina poderá comunicar-se com o seu operador. A estes conjuntos de instruções, elaborados por programadores, damos o nome de *software* (do inglês: macio, suave, flexível) ou programa.

A globalização nos possibilitou estarmos interconectados ao mundo digital para melhor entendê-lo, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. Segundo Santos (2001, p.26) as técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente. Mas nada seria possível sem a internet das coisas (a princípio isso parecia impossível, já que são coisas que transferem dados e se comunicam entre si), mas ela se popularizou, os desenvolvedores da área trabalharam dia e noite para criar um protocolo de comunicação que suprisse algumas necessidades do mercado. As duas principais necessidades do mercado eram o baixo

consumo de energia e o longo alcance de conectividade.

Segundo Santos (2001, p.23),

No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.

Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema, uma contextualização, uma sintaxe necessária para aprimorarmos o conhecimento sobre determinado assunto e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso, as técnicas auxiliam no entendimento e conhecimento sobre o tema possibilitando-nos o conhecimento da história.

Conforme Santos (2001, p.25),

Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico.

Ao surgir uma nova família de técnicas, como nos explica Santos (2001, p.12) as outras não desaparecem, técnicas se dão como famílias. Nunca, na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas. A internet é um dos exemplos que podemos trazer aqui, de um sistema que interconecta o mundo. Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Alguns fatores nos auxiliam a entender melhor, como nos descreve Santos:

Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. (Santos, 2001, p.24)

Como exemplo, podemos descrever o que denominamos de sistema de computador qualquer conjunto de máquinas empregado no processamento eletrônico de dados. Os primeiros sistemas tinham o funcionamento baseado em princípios mecânicos, os quais evoluíram até os sistemas atuais baseados em princípios eletrônicos. Assim, esse conjunto de técnicas entre *hardware* e *software* e suas evoluções proporcionam estarmos interconectados em tempo real. Conforme Santos (2001, p.13), a técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Podemos visualizar mais claramente através de suas gerações como nos descreve Caribé (1996):

- **1ª Geração**

Os sistemas de primeira geração tinham os circuitos a válvulas e seus tempos de operação internam-se em milissegundos.

- **2ª Geração**

Os sistemas de segunda geração tinham os circuitos internos transistorizados e seus tempos de operação internam-se em microssegundos, o que lhe deu uma grande redução de tamanho, preço e aumento de velocidade (8 KBytes de memória).

- **3ª Geração**

Os sistemas de terceira geração utilizavam circuitos integrados que eram ainda menores e mais velozes que os transistores comuns (256 KBytes e 3 MBytes de memória).

- **4ª Geração**

Passam a usar circuitos integrados com maior grau de intensidade. Eles utilizam a tecnologia de circuitos integrados de silício, com Large Scale Integration (LSI) e mais recentemente, a Very Large Scale Integration (VLSI) (em português, ILE e IEMA, respectivamente).

- **5ª Geração: Hoje e no futuro**

A proposta de computadores de 5ª geração, pressupõe múltiplas unidades de CPU construídas e interligadas por novas concepções de arquitetura, unidades de memória e arquivos que contém módulos pré-programados de conhecimentos para executar (sem programação) problemas de matemática, física, engenharia, etc. e que formam um banco de dados do conhecimento, unidades processadoras de imagens e figuras e unidades processadoras da voz humana e dos sons.

Conforme Santos (2001, p.27),

É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia.

O mundo digital faz parte do cotidiano da maioria das pessoas. Se pararmos para refletir o quanto a tecnologia da informação está presente no dia a dia, entenderemos que tudo está conectado e como essa engrenagem funciona: entrada de dados, processamento de dados e saída de dados.

Alguns sujeitos são importantes para a realização destas tarefas, um deles é conhecido como *peopleware*<sup>1</sup> sendo as pessoas a parte humana além da tecnologia, responsáveis por desenvolver, implementar, manter e utilizar *hardwares* e *softwares*.

Pensando em nosso projeto de intervenção e nos sujeitos que dele fazem parte, buscamos verificar suas identidades, quem seriam os sujeitos que iriam compor nossa pesquisa. Para dar início, trazemos como reflexão o que significa sujeito pós-moderno, onde Hall discorre sobre e afirma que sujeito é aquele que não possui apenas uma única ou permanente identidade, mas várias, das quais algumas são contraditórias e outras não são resolvidas, como descreve Hall (2006, p.13):

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Os sujeitos participantes da pesquisa-ação serão os professores do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde no ano de 2024, atuantes no Curso Técnico de Informática. O corpo docente da escola atualmente é composto por quarenta e seis professores, sendo que nove destes atendem o Curso Técnico. Contamos como sujeitos da nossa pesquisa a direção geral, e dentre as três vices diretoras, fizeram parte a diretora geral e a vice do turno da noite. Dentre as três coordenadoras pedagógicas que a escola teria, a do turno da noite não participou, pois estávamos sem coordenadora no turno da noite, portanto, fez parte da pesquisa a orientadora pedagógica.

---

<sup>1</sup> Peopleware: são pessoas que trabalham diretamente, ou indiretamente, com a área de processamento de dados ou mesmo com Sistema de Informação.

Nossos *peoplewares* foram os alunos do Curso Técnico em Informática, dos quais estavam matriculados e frequentando 6 alunos, distribuídos em duas turmas: etapa 2 e etapa 3. O curso foi realizado em um ano e meio, sendo dividido em três etapas de três semestres. O primeiro semestre foi teórico, em que os *peoplewares* conhecem a história da informática, lógica de programação, tem os fundamentos básicos de introdução ao laboratório através do componente de sistemas aplicativos direcionado ao pacote da Microsoft. Uma das características dos nossos alunos relevante de destacar é a curiosidade.

Pensando a grade curricular do Ensino Técnico Profissionalizante e seus componentes, eles se interligam no decorrer do curso, aprimorando a aprendizagem e desenvolvendo habilidades. É importante considerarmos o quanto é necessário conhecermos o antes, o agora, para então pensarmos o amanhã, construindo, reconstruindo novos conceitos. Mas sem esquecer que tudo está conectado para a construção de novos conhecimentos, e que precisamos estar abertos ao diálogo, a troca de experiências e a novas leituras. A verdadeira questão consiste, portanto, na interdisciplinaridade que conforme o PPP (2016, p. 14) “é o diálogo das disciplinas e áreas do saber, sem a supremacia de uma sobre a outra, trabalhando o conhecimento como totalidade”, para que a inclusão digital aconteça como nos afirma Oliveira, Borges e Lima (2021, p. 6),

Inclusão digital é o processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. A inclusão digital é a leitura e compreensão dos meios digitais, saber utilizá-los, manusear da melhor forma as ferramentas, usufruindo de todos os recursos que o mesmo disponibiliza com segurança, é a porta de entrada para o mundo digital.

Já os analfabetos digitais são os alunos que não leem e não dominam os conteúdos da informática ou não utilizam a Internet. O analfabetismo digital está associado à exclusão digital, em que nem todos têm acesso aos recursos tecnológicos. É de extrema importância que haja a preocupação em evitar a formação de uma massa de analfabetos digitais.

Segundo Mello (2016, p. 2),

A causa desse analfabetismo é associada à “exclusão digital”, denunciada em todo o mundo como a forma mais moderna de violência aos direitos de cidadão, e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades.

A evolução dos tempos tornou obsoletos e deixou em desuso recursos tecnológicos que, por muito tempo, fizeram parte do cotidiano escolar, como a máquina de escrever, o mimeógrafo, o quadro e o giz. Atualmente, outras ferramentas digitais passaram a ocupar esse espaço, sob a promessa de agilizar, dinamizar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, é preciso ter cautela diante da ideia de que a simples adoção das tecnologias mais modernas seja, por si só, sinônimo de qualidade na educação. A efetividade desses recursos depende diretamente de diversos fatores, como a formação adequada dos docentes, a participação dos discentes, o comprometimento da equipe diretiva e, sobretudo, o acesso real e equitativo aos equipamentos e instrumentos tecnológicos. Sem esses elementos, a tecnologia corre o risco de se transformar apenas em mais um recurso vazio, incapaz de promover, de fato, uma educação transformadora e inclusiva.

A informática está presente no nosso dia a dia, transferindo dados e promovendo a comunicação entre sistemas em diversos setores, como bancos, lojas, transporte, logística, serviços públicos, fábricas e agropecuárias. Atualmente, é difícil encontrar alguém que não utilize, direta ou indiretamente, esses serviços. No entanto, nem todos têm acesso aos *hardwares* que os possibilitam, recorrendo ao uso por meio de terceiros, seja por limitações financeiras ou por falta de conhecimento para utilizá-los. Essas pessoas são conhecidas como excluídas digitalmente.

É importante destacar que a tecnologia pode ser um grande aliado do professor, e nesse sentido Oliveira, Borges e Lima (2020, p.8) argumentam que:

Neste novo cenário educacional que se encontra o professor, é preciso reinventar-se em busca de novas práticas pedagógicas que despertem o interesse dos discentes na aprendizagem, por meio da interação aluno-computador-professor, um mundo digital que pode ser explorado construindo e reconstruindo novos conceitos com interação, pesquisa e segurança.

Como exemplo, trago minha experiência como docente nos cursos técnicos em Informática, na qual sempre procuro destacar aos alunos a importância de compreender a teoria e os conceitos fundamentais para avançar para a prática. Ressalto que os semestres estão interligados, assim como os componentes curriculares, pois um conhecimento leva naturalmente ao outro.

Da mesma forma que, ao estudarmos informática, é necessário iniciar com a introdução à área para entender sua história, também é fundamental dominar a lógica de programação antes de avançar para os algoritmos e, posteriormente, para as

técnicas de programação. Trata-se de uma sequência de etapas essencial para a construção do aprendizado e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

### 3.3 Políticas Públicas

No contexto escolar, contamos com as políticas públicas, que são ações e programas desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de assegurar e efetivar os direitos previstos na Constituição Federal e em outras legislações. Tratam-se de medidas elaboradas pelos governos para garantir o acesso à educação, à segurança, à assistência social, entre outros direitos fundamentais de todos os cidadãos. Para uma melhor compreensão das políticas públicas, é essencial entender que, acima das leis ordinárias, estão a Constituição Federal, Estadual e Municipal que balizam e fundamentam a elaboração dessas políticas.

Sendo importante conhecermos o que são as políticas públicas, segundo Souza (2006, p. 5):

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

É importante pensarmos a relação da legislação como efetivação da política nos perguntando a quem ela interessa, por quê e que diferença faz, assim passamos a entender sua história, a situação que se encontra e quais projetos podem vir a ser desenvolvidos para mudar a situação, então temos condições de analisar e decidir sobre política pública, bem como define Laswell (2011).

Quando falamos em políticas públicas, estamos falando das que incidem na educação como as assistências, segurança e saúde. Souza (2006, p.6) nos afirma que uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. Mas é importante termos ciência de que após todo o conhecimento, análise e projeto de uma lei e sua promulgação, ela deve passar a ser acompanhada e avaliada. Como nos afirma Souza (2006, p. 7):

Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Quando pensamos em educação é importante termos o entendimento que educação é do interesse de todos, que é um bem imaterial, um bem intelectual que existem políticas públicas que nos garantem o direito à escola, como nos traz Luce (1986, p. 23):

A política educacional de uma nação diz respeito aos valores, aos objetivos e às regras sobre educação que são de interesse da sociedade e decididas por ela; diz respeito ao que e como se vai fazer com a educação do povo e como fazê-la.

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser dada no lar e na escola. Luce (1986), nos chama atenção para o que expressa a Constituição brasileira vigente: que a educação é inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana.

Para que possamos fazer uma melhor compreensão sobre as políticas públicas que nos rodeiam e que embasam esta pesquisa-ação, suas idas e vindas, iremos fazer um círculo histórico. Começamos pela Política Nacional de Educação Digital Lei nº 14.533, de 2023 altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. A LDB nº 9.394 de dezembro de 1996 no TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar, aborda em seu Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de; inciso:

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do **caput** deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento.” (NR) (Lei nº 14.533, de 2023).

A inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ambiente educacional é assegurada por dispositivos legais que apontam para a alfabetização digital como um direito fundamental de todos, e não um privilégio de alguns. O artigo

4º, inciso V da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), reforça essa perspectiva ao prever o uso das TICs como ferramenta de apoio à aprendizagem em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, ampliando o acesso e promovendo a equidade no processo educacional.

Nesse contexto, os recursos tecnológicos, especialmente os *softwares* educacionais, têm se mostrado aliados valiosos no processo de ensino-aprendizagem, principalmente para as novas gerações, que são nativas digitais. Segundo Moran (2015), o uso pedagógico das tecnologias pode tornar as aulas mais interativas, contextualizadas e atrativas, integrando elementos como textos, gráficos, planilhas, *slides*, vídeos e animações.

Plataformas digitais como o Google Sala de Aula reúnem uma série de ferramentas como Gmail, Drive, Agenda, Documentos, Formulários, Meet e Grupos, que permitem dinamizar as práticas docentes, possibilitando aos professores acompanhar o desenvolvimento das atividades dos alunos em tempo real, oferecer *feedbacks* imediatos e promover um espaço de aprendizagem colaborativa e integrada.

O Moodle, enquanto AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), possui uma estrutura robusta que permite o uso de diversas ferramentas pedagógicas e administrativas, favorecendo a criação de espaços específicos de aprendizagem e o fácil acesso dos alunos. Sua flexibilidade permite a aplicação tanto na educação formal quanto na informal, abrangendo desde cursos totalmente a distância até o suporte a atividades presenciais. De acordo com Silva e Barbosa (2016), o Moodle é uma plataforma amplamente adotada por instituições de ensino justamente por seu caráter modular, colaborativo e adaptável às diferentes realidades educacionais.

Durante o período da pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 a 2022, plataformas digitais como o Moodle e o Google Classroom foram amplamente utilizadas por instituições públicas e privadas de ensino, como alternativa emergencial para garantir a continuidade das atividades escolares. A tecnologia passou a ser o principal recurso para a manutenção das aulas, realizadas de forma síncrona e assíncrona, nas casas de professores e alunos, promovendo a interação e a mediação do conhecimento. No entanto, muitos desafios emergiram: a falta de acesso a dispositivos (*hardware*), conexão de internet, e o desconhecimento sobre o uso das ferramentas digitais por parte de gestores, professores e estudantes.

Segundo Kenski (2012), esse cenário exigiu uma rápida adaptação e

apropriação tecnológica dos atores envolvidos no processo educacional. Como exemplo, na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, foi adotada a plataforma Google Classroom, acompanhada de uma formação emergencial para os professores, com o objetivo de capacitá-los quanto ao uso e exploração dos recursos disponíveis, sendo essa a ferramenta oficial utilizada pelo Curso Técnico em Informática durante o ensino remoto emergencial.

Atualmente, observa-se que parte dos professores e alunos já se familiarizou com o uso dessas plataformas e ferramentas digitais; no entanto, ainda persistem obstáculos significativos. Embora a recomendação institucional seja manter o uso do Google Classroom como ferramenta auxiliar no ensino presencial, muitas escolas ainda enfrentam a escassez de recursos tecnológicos básicos, como computadores atualizados, e uma conexão de internet estável e eficiente. Como destaca Lévy (2010) e Moran (2015), a inserção significativa das tecnologias no ambiente escolar requer não apenas infraestrutura, mas também políticas de formação continuada e investimentos consistentes que garantam a inclusão digital de todos os envolvidos no processo educativo.

Em 1992, o MEC criou o Programa Nacional de Informática na Educação (Proninfe), com o objetivo de instruir e levar a informática a todos os sistemas públicos de ensino. Um programa com proposta teórica muito bem elaborada, mas sem a realização palpável de nenhuma ação concreta.

Um dos objetivos do Programa Nacional de Informática Educativa - PRONINFE - busca, prioritariamente, incentivar a capacitação contínua e permanente de professores, técnicos e pesquisadores no domínio da tecnologia de informática educativa, em todos os níveis e modalidades de ensino.

De acordo com Valente (1995, p.161),

o uso da informática na educação tem basicamente duas grandes linhas. A primeira refere-se ao ensino de informática, cujos objetos de estudo são a informática e os computadores e visa preparar profissionais da área como programadores, analistas de sistemas, engenheiros de software, etc. A segunda grande linha trata do aprendizado de conceitos de quaisquer áreas de estudo através do uso de computadores.

Reconhecendo sua importância como instrumento capaz de enriquecer as estratégias pedagógicas e de estimular o surgimento de novas metodologias incentivadoras da participação, da criatividade, da colaboração e da iniciativa entre

alunos e professores, questionamos a equipe diretiva sobre a aplicação do PRONINFE na escola, tendo a direção relatado não ter nenhuma ação efetiva do programa no ano de 1992 (a informação foi registrada através de áudio).

Em 1997, foi criado por meio da Portaria nº 522 em 09/04/1997, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Este é um programa educacional, que tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

Dentre as políticas públicas voltadas para a inclusão digital no ambiente escolar, destaca-se o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criado pelo Ministério da Educação com o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas escolas públicas. Para que os municípios possam integrar-se ao ProInfo, seja na modalidade urbana ou rural, é necessário seguir três etapas fundamentais: adesão, cadastro e seleção das escolas.

A adesão representa o compromisso formal do município com as diretrizes do programa, sendo uma condição indispensável para o recebimento dos laboratórios de informática. Concluída essa etapa, realiza-se o cadastro da prefeitura no sistema do ProInfo, que viabiliza o passo seguinte: a inclusão das escolas participantes no programa, possibilitando, assim, o acesso aos recursos tecnológicos oferecidos.

Buscando informações sobre a adesão ao Programa ProInfo no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, entramos em contato com a direção da escola, que, por meio de áudio gravado, informou que a instituição aderiu ao programa. No entanto, foi relatado que os netbooks recebidos apresentavam um sistema precário, o que comprometeu seu uso adequado. Além disso, há uma evidente contradição no fato de que esses equipamentos foram destinados apenas ao Ensino Fundamental e Médio, não contemplando os cursos técnicos, justamente aqueles cuja formação está diretamente relacionada ao uso das tecnologias. Esse cenário evidencia uma incoerência na implementação da política pública, que, embora tenha como premissa a inclusão digital, acaba por excluir justamente os alunos que mais demandam recursos tecnológicos para sua formação.

Em 12 de dezembro de 2007, o Programa Proinfo ganha novos objetivos ampliando e especificando as ações por meio do Decreto 6.300, visando a formação

de professores, a disponibilização de conteúdos educacionais, infraestrutura dos laboratórios, suporte técnico e manutenção dos laboratórios. Para alcançar os objetivos propostos, o governo brasileiro criou um projeto denominado Um Computador por Aluno (UCA), cujo objetivo é distribuir um computador móvel para estudantes das escolas públicas:

Parágrafo único. São objetivos do ProInfo: I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais; II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação; III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa; IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas; V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais. **DECRETO Nº 6.300, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007**

O projeto um computador por aluno, o UCA, chega no Instituto Estadual de Educação, mas em pouco tempo os netbooks ficaram em desuso na escola. Mesmo com treinamento, os professores encontraram dificuldade para utilizar os equipamentos, e a internet não contemplava a todos, seu enorme potencial não foi até hoje completamente aproveitado, pois há um número pequeno de netbooks, que não consegue atender a todos os alunos. A direção optou por não os entregar aos alunos, sendo estes utilizados apenas nas dependências da escola. Além disso, o Curso Técnico não teve como usufruir deste programa, pois seu sistema operacional não permite a instalação dos *softwares* necessários para desenvolvimento dos programas desenvolvidos pelos alunos.

O projeto, para chegar em algumas cidades, levou de 2007 a 2010. O UCA - Total tinha as fases implementação, transformação da infraestrutura, capacitação dos professores. Infelizmente, não foi pensada a estratégia de monitoramento que permitisse acompanhar de forma sistemática os avanços do Projeto e medir o nível de convergência entre o planejado e o implementado.

Figura 6- Netbooks em desuso



Fonte: Acervo da Autora (2024).

Em 2011, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) identificou a necessidade de acompanhar e monitorar possíveis problemas no Programa ProInfo. Para isso, criou o Programa de Inclusão Digital Brasileiro, com o objetivo de desenvolver plataformas baseadas em mídias digitais como forma de apoiar ações educacionais. Dentro desse contexto, surgiu o PROINFODATA, um sistema voltado para o acompanhamento do funcionamento dos laboratórios do ProInfo nas escolas. Por meio desse monitoramento, o MEC busca detectar falhas e agir de forma preventiva nas unidades escolares.

No Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, o ProInfo foi implementado por meio do programa Um Computador por Aluno (UCA), que disponibilizou uma quantidade reduzida de netbooks. Para preservar os equipamentos e garantir seu funcionamento, a escola optou por restringir seu uso ao ambiente escolar. No entanto, mesmo com a criação do ProInfoData, a unidade não recebeu suporte técnico para manutenção dos equipamentos. Como consequência, os netbooks deixaram de ser utilizados, principalmente devido à falta de manutenção de *hardware* e às limitações do sistema operacional Ubuntu, que impedia a instalação de aplicativos amplamente utilizados, como o Pacote Office da Microsoft, disponibilizando apenas o LibreOffice como alternativa. Assim, os equipamentos tornaram-se obsoletos e passaram a ficar armazenados, sem uso, em armários da escola.

Em 25 de junho de 2014, a Lei nº 13005 redige em seu texto a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE que apresenta em sua íntegra propostas Educacionais no período de 10 anos entre 2014 a 2024, sendo 10 diretrizes e 20

metas a serem concretizadas nesse período.

Na Meta 11 busca-se triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino. (Plano Nacional de Educação, 2014, p.10).

11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude. (Plano Nacional de Educação, 2014, p.11).

11.5) ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico. (Plano Nacional de Educação, 2014, p.11).

11.8) institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas. (Plano Nacional de Educação, 2014, p.11).

11.14) estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. (Plano Nacional de Educação, 2014, p.11).

Houve aumento de 15,5% no número de matrículas na Educação Profissional e Técnica de nível médio entre 2013 e 2021. Contudo, para alcançar a meta em 2024 seria necessário um crescimento de 200% (para atingir o patamar de cerca de 3,2 milhões de matrículas) conforme dados da Agência Senado.

Os dados são atualizados a cada dois anos, de acordo com a conclusão dos relatórios dos ciclos de monitoramento das metas, atribuição do Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, conforme a Lei do PNE, disponível no site gov.br em Painel de Monitoramento do PNE.

Em 1º de julho de 2021, o Congresso Nacional decreta e sanciona a Lei nº 14.180, que institui a Política de Inovação Educação Conectada:

Art. 1º É instituída a Política de Inovação Educação Conectada, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

A universalização do acesso à internet visa promover ações como auxiliar que o ambiente escolar esteja preparado para receber a conexão de Internet, destinar aos professores a possibilidade de conhecerem novos conteúdos educacionais e proporcionar aos alunos o contato com as novas tecnologias educacionais.

Segundo Castro, Gauthier (2009, p.316),

Na sociedade atual onde o conhecimento passa a ser considerado fator relevante, cabe à coletividade mobilizar-se para a construção de ações e práticas coletivas que envolvam múltiplos sujeitos, que articulem modos de fazer e aprender permanentes, entendendo e defendendo a necessidade e emergência da dimensão social do acesso à educação, ao conhecimento e as TIC como fatores relevantes ao desenvolvimento social, humano e econômico.

A conexão de internet ofertada aos alunos, professores e equipe pedagógica, direção e funcionários no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde é contratada e paga com recursos do programa educação conectada (Lei 14.180/2021) recebidos do governo federal através do MEC, já o laboratório de informática é através do programa do governo de banda larga conectada (Decreto 6.424/2008) que é ofertado para todas as escolas.

O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado no dia 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424 que altera o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto nº 4.769).

Conforme site do MEC, o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País.

Com a assinatura do Termo Aditivo ao Termo de Autorização de exploração da Telefonia Fixa, as operadoras autorizadas trocam a obrigação de instalarem postos de serviços telefônicos (PST) nos municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte à conexão à internet em alta velocidade em todos os municípios brasileiros, bem como conexão de todas as escolas públicas urbanas com manutenção dos serviços sem ônus até o ano de 2025.

A gestão do Programa é feita em conjunto pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em parceria com o

Ministério das Comunicações (MCOM), o Ministério do Planejamento (MPOG) e com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

A norma da Computação foi inicialmente prevista nas Resoluções CNE/CP 02/2017 e CNE/CP 04/2018 em todas as etapas de ensino. Em 17 de fevereiro de 2022, o parecer da Norma sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Tabelas de Habilidades e Competências foram aprovadas com louvor e unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

A norma foi homologada no dia 30 de setembro de 2022 pelo Ministério da Educação (MEC) e publicada no Diário Oficial da União no dia 03 de outubro do mesmo ano.

A Resolução 01/2022 define a norma como complemento à BNCC e dá outros encaminhamentos, tais como: o desenvolvimento de currículos pelas redes, formação inicial e continuada de professores, prazo de implementação e o estabelecimento de políticas públicas. A resolução entrou em vigor no dia 01 de novembro de 2022 definindo um prazo de um ano para as redes de ensino se adequarem. Em outras palavras, a partir do dia 01 de novembro de 2023, a Computação na Educação Básica passou a ser um direito de todos e não privilégio de alguns.

A Resolução Nº 1, de 4 de Outubro De 2022, define normas sobre Computação na Educação Básica, em complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos traz como premissas na Educação Infantil:

A Computação permite explorar e vivenciar experiências, sempre movidas pela ludicidade por meio da interação com seus pares. Estas experiências se relacionam com diversos dos campos de experiência da Educação Infantil e devem considerar as seguintes premissas. 1. Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, construindo conjuntos de objetos com base em diferentes critérios como: quantidade, forma, tamanho, cor e comportamento. 2. Vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais. 3. Criar e testar algoritmos brincando com objetos do ambiente e com movimentos do corpo de maneira individual ou em grupo. 4. Solucionar problemas decompondo-os em partes menores identificando passos, etapas ou ciclos que se repetem e que podem ser generalizadas ou reutilizadas para outros problemas. Sendo estas trabalhadas através de eixos e objetivos. (Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC, 2022, p. 5).

Na Etapa do Ensino Fundamental temos competências sendo a primeira:

Compreender a Computação como uma área de conhecimento que contribui para explicar o mundo atual e ser um agente ativo e consciente de transformação capaz de analisar criticamente seus impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos, legais e éticos. (Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC, 2022, p. 15).

Sendo estas trabalhadas através de eixos, objetivo de conhecimento e habilidades.

No Ensino Médio tem como sua primeira competência:

Compreender as possibilidades e os limites da Computação para resolver problemas, tanto em termos de viabilidade quanto de eficiência, propondo e analisando soluções computacionais para diversos domínios do conhecimento, considerando diferentes aspectos. (Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC, 2022, p. 65).

Dentre outras competências sendo estas trabalhadas através de competência específica e habilidade.

Em paralelo, a Política Nacional de Educação Digital (PNED) tramitou no Congresso e foi sancionada pelo Presidente no dia 11 de janeiro de 2023. A Lei nº 14.533/23 tem o intuito de facilitar financiamento e formação adequada de professores, adequação das grades curriculares de cursos de licenciatura, oferta de cursos de Licenciatura em Computação, desenvolvimento de material didático, entrega de equipamentos adequados às escolas, entre outros.

O Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde oferta aos alunos do Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais e Ensino Médio a utilização do laboratório fixo e os chromebooks através de agendamento. Os alunos do Curso Técnico de Informática utilizam o laboratório conforme horário dos respectivos componentes que necessitam do recurso para desenvolvimento das habilidades.

Os professores tem como ferramenta o AVAMEC que é um Ambiente Virtual Colaborativo de Aprendizagem disponibilizado pelo MEC Ministério Da Educação e Cultura que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações formativas, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio educacional à distância ao processo ensino-aprendizagem.

E os professores da rede pública estadual contam com o [portal.educacao.rs.gov.br](http://portal.educacao.rs.gov.br) que disponibiliza cursos, material de apoio ao professor, trilhas formativas, conteúdo de formação continuada que pode ser acessado de modo

online e no tempo do professor ofertando assim qualificação e especialização do conhecimento.

Pensando em inclusão digital e letramento, o governo do estado do Rio Grande do Sul fez parceria com a plataforma Árvore Livros ela é uma plataforma que utiliza recursos típicos de jogos digitais para incentivar a prática da leitura. Voltada para instituições públicas e privadas, a iniciativa utiliza ferramentas tecnológicas com o objetivo de potencializar a educação disponibilizando mais de 50 mil livros e audiolivros para formar cada vez mais leitores.

Muitos recursos estão sendo disponibilizados para o aprimoramento do professor levando a atualização de suas práticas para a sala de aula, proporcionando a inclusão digital dos alunos.

Nossos alunos, curiosos e interativos, se encantam com o mundo virtual, navegando sem limites pela internet. Por outro lado, os alunos utilizam desde muito cedo os meios eletrônicos sem o devido cuidado, como proteção de suas identidades, muitas vezes ainda nem alfabetizados são, e manuseiam com destreza o celular, por exemplo, sem a supervisão de um adulto, colocando em risco a sua identidade e a de seu responsável. O professor tem um papel muito importante, auxiliando na mediação da aprendizagem segura na utilização dos meios eletrônicos.

Segundo Oliveira, Borges, Lima (2021, p.2):

[...] a principal ação não foi pensada, a preparação do usuário para que este pudesse usufruir a melhor maneira dos benefícios do produto que tinha em mãos. Assim, percebe-se que os alunos estão totalmente despreparados para cuidar de suas identidades e privacidades no mundo virtual.

Podemos observar até agora, que as leis e os programas instituídos pelo governo não atendem as necessidades do ensino técnico profissionalizante e as escolas que ofertam esta modalidade precisam utilizar seus próprios recursos para manter os laboratórios de informática.

Assim como as leis, os programas e ações do governo federal ainda são incipientes. Se observarmos nossas práticas, também o são, pois precisamos juntos repensar a dinâmica deste processo para que venhamos possibilitar a troca de saber através da comunicação de maneira rápida e eficaz, com um tempo mínimo para fazer trocas de conhecimento em relação a um meio e acontecimentos fazendo pesquisa e ciência desconstruindo e construindo novos saberes.

Em 10 de janeiro de 2024, o ensino técnico profissionalizante ganha um fôlego através da Lei 16.089/2024, que cria a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica (EPT) para assegurar a continuidade da política de expansão e de qualificação da oferta nesse segmento, além de determinar o monitoramento e as avaliações periódicas dos cursos de ETP.

A Lei 16.089/24 vem a agregar a Lei 11.123/98 que dispõe sobre a educação profissional e cria a superintendência da educação profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS e tem como os objetivos de expandir a oferta de cursos e qualificações técnicas na rede estadual de ensino, criar programas e ações para garantir a qualidade da oferta do ensino, e viabilizar a inclusão produtiva e a empregabilidade dos estudantes e egressos. Conforme site da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

No início do século XX, surgiram as primeiras escolas profissionais para suprir a demanda de mestres e contramestres. A Educação Profissional e Técnica (EPT) no Rio Grande do Sul se consolidou nos anos 60, com várias escolas agrícolas e industriais sendo criadas no estado. Esse período foi marcado por maior financiamento da EPT, parte de um projeto mais amplo para combater o analfabetismo e ampliar a representação da classe trabalhadora. Influenciada pela cultura das diferentes ondas de imigrantes, especialmente europeus e africanos, e pelos aspectos geográficos da região, o Rio Grande do Sul adotou um especial interesse na formação profissional e técnica, refletido em 157 escolas de educação profissional espalhadas pelo território gaúcho.

Após análise da lei e conversa com a direção da escola, através de áudio gravação, conclui-se que a SUEPRO (Superintendência da Educação Profissional do Estado) atende de forma positiva os artigos da Lei 16.089 onde propõe políticas, diretrizes e coordena ações para aprimorar a aprendizagem e os conhecimentos tecnológicos dos trabalhadores, incluindo a qualificação e requalificação de jovens e adultos, independentemente do nível de escolaridade, desde então passamos a ter calendário próprio e reuniões específicas para o ETP como também jornadas pedagógicas.

O município de Arroio Grande aprovou o plano municipal de educação para o decênio 2015-2025 através da lei ordinária nº 2826 de 2015. Em sua redação podemos analisar que traça metas e estratégias que indicam as responsabilidades e corresponsabilidades entre os diversos intervenientes da política educacional, tendo como base os princípios de garantia da participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração.

Dentro das metas e estratégias do Ensino Médio, menciona a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio que pode ser ofertada de forma concomitante, integrada ou subsequente, e trazem alguns dados segundo censo do IBGE (2010), onde 14% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola, e trazem como uma das estratégias estabelecer parceria com rede Estadual de ensino disponibilizando sempre que possível espaços públicos para a realização de atividades que venham melhorar a qualidade de ensino e assim garantir a permanência dos educandos nas instituições escolares.

O Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde é a única escola do município que oferta o Ensino Médio Diurno e Noturno e Ensino Profissional Técnico no turno da noite, na modalidade de subsequente e concomitante para alunos do terceiro ano do médio conforme aprova e regulamenta a Deliberação número 681/2024 de 13 de setembro de 2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3, nosso Curso Técnico não exige estágio para certificação.

Porém, acreditamos que seria uma forma de incentivar a permanência dos alunos no curso minimizando a evasão escolar além de proporcionar a prática da aprendizagem. Conforme descreve a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, federal que dispõe sobre os estágios de estudantes.

Art. 1º o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A Lei nº 11.788/2008, visa regulamentar os estágios objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Além desta lei, contamos com a Lei Estadual nº 16.089/2024 que institui a política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul que fomenta em seu art. 8º a importância do estágio como experiência prática e qualificação profissional.

No plano de curso em Técnico em Informática foi possível observar que o Curso não exige estágio para sua conclusão, mas em conversa com os alunos me foi relatado a oportunidade que a prefeitura oferta no início de cada ano que são estágios através de firma terceirizada que a prefeitura possui convênio onde os alunos do Curso Técnico em Informática e Curso Técnico em Administração por meio de

processo seletivo concorrem vagas na Prefeitura Municipal de Arroio Grande. Em 13 de setembro de 2024 a Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3, é assinada e aprova Regimento Escolar Parcial para Educação Profissional, que traz em sua redação em seu item 6 Parcerias: As parcerias são possíveis desde que estejam devidamente firmadas por meio de instrumento jurídico entre as instituições de ensino e suas mantenedoras, este item abre um leque de possibilidades que poderão vir a ser estudadas em um futuro o desenvolvimento e aplicação de estágio durante a realização do Curso.

Kuenzer (2001) menciona que os estágios devem ser uma mediação entre teoria e prática sendo parte de um projeto pedagógico que irá propor sua formação crítica e alerta para os riscos da sua utilização como mão de obra barata e desprotegida.

Ao analisar o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025, em sua Meta 1: Metas e Estratégias do Ensino Médio traz em sua redação como estratégia acompanhar os indicadores de qualidade educacional que correspondam a demanda da cidade proporcionando estágios com base no desempenho escolar.

Antunes (2018) na mesma perspectiva que Kuenzer, nos alerta que os estágios mal regulamentados funcionam como formas de flexibilização e exploração da força de trabalho jovem, quando o estágio é desvirtuado de seu papel pedagógico, ele pode vir a se tornar superexploração, sendo usado pelas empresas para reduzir custos e evitar encargos trabalhistas.

Ao analisarmos as legislações referentes ao estágio e as reflexões de autores como Acácia Kuenzer e Ricardo Antunes, sobre a natureza do trabalho no contexto da formação educacional e da precarização, observamos uma clara ambiguidade quanto ao papel do estágio: ora entendido como parte da formação pedagógica, ora como simples inserção no mercado de trabalho.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de a escola se apropriar criticamente desse processo, regulamentando e supervisionando os estágios por meio de documentos e parcerias que assegurem a efetiva aprendizagem dos alunos, preservando sua função educativa e protegendo-os da exploração. O Quadro Síntese 7, localizado no Anexo G, reúne as informações sistematizadas das políticas públicas.

#### **4 Revisão Sistemática de Literatura**

A revisão sistemática desempenha um papel fundamental na pesquisa acadêmica para compreender uma temática específica. Nesse caso, optamos por realizá-la especialmente para colaborar com a nossa pesquisa, que discute como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas, garantindo que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico, tendo como cenário o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.

Neste contexto, a revisão sistemática emergiu como uma ferramenta essencial para mapear trabalhos mais atuais, para analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre o assunto. E para o desenvolvimento desta revisão, partimos da pergunta: "Como o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde implementa as políticas públicas na inclusão digital no ensino técnico profissionalizante?".

O plano de revisão iniciou-se com utilização da plataforma Catálogo de Teses e Dissertações Capes, e da aplicação de filtros com palavras-chave específicas, como "Educação profissional e inclusão digital", "Ensino profissionalizante e inclusão digital", "Políticas públicas, educação profissional e inclusão digital", com um período de intervalo de quatro anos (2020-2024), o recorte temporal se deu à falta de obras que abordam diretamente o assunto sobre a Implementação das Políticas Públicas de Inclusão Digital no Ensino Profissionalizante. Realizou-se uma pesquisa criteriosa que gerou uma seleção de 10 dissertações. Este levantamento cuidadoso possibilitou uma análise do cenário em que encontra-se o ensino profissionalizante técnico, as políticas educacionais, a inclusão digital, bem como a avaliação da eficácia das estratégias de formação e da integração das tecnologias digitais no contexto escolar.

A aplicação de um segundo filtro, baseado na leitura dos materiais e apontamentos, permitiu aprimorar ainda mais a qualidade e a relevância dos materiais selecionados, garantindo que estivessem diretamente relacionados à temática do nosso trabalho. Realizamos esse filtro a partir da proximidade com a nossa temática, sendo que a revisão sistemática resultou em uma visão geral sobre a implementação das políticas públicas de inclusão digital no ensino profissionalizante, chegando na escolha final de 5 trabalhos, de dissertações de Mestrado, conforme pode-se observar no Quadro 02.

Para a definição desses trabalhos, utilizamos como critérios de inclusão aqueles estudos que abordavam diretamente o ensino técnico profissionalizante, a implementação de políticas públicas educacionais e a relação com a inclusão digital, privilegiando pesquisas que apresentassem análises consistentes sobre gestão

escolar e uso de tecnologias. Foram excluídos, por sua vez, materiais que tratavam de forma tangencial o tema, sem conexão direta com a realidade do ensino técnico, bem como trabalhos de caráter meramente descritivo ou que não apresentassem elementos de reflexão crítica relacionados à temática investigada, assegurando assim que os estudos considerados dialogassem efetivamente com os objetivos da pesquisa e contribuíssem para a construção de uma análise aprofundada.

O Quadro 02 nos apresenta uma síntese com dados de cada trabalho selecionado, como autor, ano, título do estudo, método de pesquisa/instrumento de coleta de dados, objetivos e conclusões dos referidos trabalhos. Após, realizamos uma síntese dos achados e das leituras realizadas. Apresentaremos uma visão geral dos trabalhos selecionados da revisão sistemática, a partir do Quadro síntese 8, anexo H.

As teses e dissertações analisadas apresentaram uma diversidade de pesquisas que abordam temas relacionados à educação profissional, currículo, prática docente e, principalmente, inclusão digital como direito e como política pública. Observa-se que, embora cada pesquisa tenha seu próprio foco, todas estão atravessadas por uma preocupação comum: a efetivação de uma educação pública de qualidade, democrática e inclusiva, especialmente frente aos desafios impostos pela transformação tecnológica.

Em relação aos métodos, percebe-se a predominância de abordagens qualitativas, o que demonstra a preocupação dos pesquisadores em compreender os fenômenos educacionais em sua profundidade, considerando as percepções, as práticas e os contextos. A exceção é o trabalho de Alexandre Marchiori, que além da abordagem qualitativa, também adota técnicas quantitativas por meio da bibliometria, o que enriquece a análise sobre o currículo na educação profissional técnica.

Outro aspecto que merece destaque é que duas pesquisas (Mateus Silva de Medeiros e Milene Cristina Da Costa Viella) fazem uma relação direta entre a inclusão digital e os direitos constitucionais à educação, tratando a inclusão digital não apenas como um recurso tecnológico, mas como um direito fundamental, condição indispensável para o exercício pleno da cidadania. Isso evidencia uma compreensão crítica e alinhada às demandas contemporâneas da sociedade digital.

Por outro lado, a pesquisa de Aline Bezerra da Silva chama atenção para um problema muito recorrente na educação técnica: o papel do professor reflexivo na tentativa de combater o desinteresse dos alunos. Embora sua atuação possa gerar

impacto positivo, a própria pesquisa conclui que isso não é suficiente para enfrentar problemas estruturais, como a evasão, revelando a limitação das ações individuais frente às ausências ou fragilidades das políticas públicas.

Na mesma linha crítica, observa-se que, mesmo com reformas curriculares, como apontado por Alexandre Marchiori, persiste a falta de consenso sobre a organização curricular na educação profissional técnica, o que revela uma instabilidade constante nas diretrizes educacionais, muitas vezes mais orientadas por interesses políticos do que pelas necessidades reais das instituições e dos sujeitos da educação.

O trabalho de Marcelo Silva Bolzan traz à tona a necessidade de revisão da prática docente, especialmente no que se refere ao uso das tecnologias. Essa reflexão é fundamental, pois desmistifica a ideia de que a simples inserção de ferramentas digitais representa avanço ou qualidade na educação. Pelo contrário, reafirma que a efetividade do uso dessas tecnologias depende diretamente da formação e da atuação crítica dos docentes.

A partir dos achados, apresentados acima identificamos algumas semelhanças nos títulos dos trabalhos selecionados, que geraram algumas palavras-chave tais como, “Educação profissional e inclusão digital”, “Ensino profissionalizante e inclusão digital”, “Políticas públicas, educação profissional e inclusão digital”, que está presente em vários títulos, indicando a ênfase na implementação das políticas públicas na inclusão digital no ensino profissionalizante. Enfim, essas palavras-chave são recorrentes nos títulos porque refletem os temas centrais da pesquisa, que envolvem a gestão escolar, políticas públicas e a inclusão digital.

Com base nas informações levantadas, foi possível fazer uma análise comparativa dos métodos de pesquisa, instrumentos e procedimentos de coleta de dados utilizados em cada estudo. O primeiro trabalho analisado se tratava de pesquisa qualitativa de natureza descritiva e abordagem teórica do materialismo dialético, utilizou o método de pesquisa de Análise Textual Discursiva, o instrumento de coleta de dados foi entrevista semiestruturada.

A escolha do tema proposto pela autora se mostra relevante devido à falta de obras que abordam diretamente o assunto “Políticas Públicas Na Educação Profissional: Contribuições Do Professor Reflexivo”, inicia seu parágrafo de Legislação na Educação Profissional, descrevendo como as políticas públicas voltadas para educação buscam de forma geral colocar em prática por meio de ações e programas

a garantia do acesso à escola para todos os cidadãos.

Este trabalho reafirma minha escrita quando descrevo em Conceitos centrais sobre Políticas Públicas que estas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. Em seu trabalho buscou romper o paradigma da dualidade, ao reconhecer que o ensino técnico não se limita apenas à formação de profissionais, mas também à formação integral de indivíduos para a vida, promovendo sua emancipação. Além de destacar a relevância social sobre a importância da formação do profissional técnico e suas contribuições para a sociedade no convívio pessoal e profissional, contribuindo assim para um melhor direcionamento das políticas públicas educacionais.

O segundo estudo analisado “A Produção Científica Sobre Currículo Na Educação Profissional Técnica De Nível Médio: Foco No Curso De Informática”, se tratava de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e quantitativa, que usou o método de pesquisa de Análise Bibliográfica e Documental, utilizando o instrumento de coleta de dados o método de estudo métrico por bibliometria que é um método estatístico e matemático na análise de obras literárias.

A pesquisa bibliográfica em análise surgiu a partir das inquietações do autor em saber o entendimento do conhecimento científico sobre o currículo na educação profissional técnica de nível médio no eixo do curso de Informática.

O trabalho em análise se entrelaça ao meu no capítulo Inclusão Digital quando relatei a importância dos componentes curriculares que estes se interligam no decorrer do curso aprimorando a aprendizagem e desenvolvendo habilidades, e observa-se a necessidade de uma maior integração entre a base comum e a parte diversificada no que se refere aos componentes curriculares de formação geral e profissional. Isso é essencial para que os estudantes compreendam a importância da interação entre os conteúdos abordados, contribuindo para a construção de sua identidade e promovendo sua inclusão como cidadãos ativos nas comunidades em que vivem.

Almeida (2020, p. 87) afirma que ao explorar os aspectos históricos da educação profissional técnica de nível médio, notou o cunho assistencialista à modalidade, antes mesmo do século XIX.

Entende-se, conforme amplamente discutido por diversos pesquisadores, que a educação profissional sempre foi destinada às classes menos favorecidas, que

precisam se qualificar para o mercado de trabalho, enquanto a educação propedêutica foi tradicionalmente direcionada àqueles que tinham a intenção de prosseguir com os estudos no ensino superior, ou seja, às classes mais privilegiadas.

Já o terceiro estudo selecionado “A Prática Docente e as Ferramentas de Aprendizagem”, se tratava de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo exploratório com o emprego de técnicas de revisão bibliográfica, para a elaboração do aporte teórico. Além da pesquisa-ação, no que tange a elaboração do produto final.

Bolzan (2023, p. 16) traz em sua introdução o seguinte afirmação:

A realidade dos ambientes escolares na atualidade é muito distinta do passado, crianças e adolescentes são nativos digitais e, mesmo que ainda não seja de forma democrática, possuem acesso mais facilitado a tecnologias e à informação.

Sua definição está alinhada com as minhas percepções, especialmente ao considerar que vivemos na era digital, com alunos pertencentes a uma nova geração que valoriza a rapidez, a agilidade, a interação virtual e o imediatismo nas suas relações e formas de aprender. Bolzan (2023, p.16) descreve que:

O uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem, tanto dentro quanto fora da sala de aula, não substitui o papel do professor. Pelo contrário, complementa sua atuação, enriquecendo a experiência dos alunos e aprimorando as práticas pedagógicas ao longo desse processo.

Em nosso capítulo Inclusão Digital, nossos conceitos se entrelaçam quando descrevemos como é importante destacar que a tecnologia pode ser um grande aliado do professor. Bolzan (2023, p.21) afirma que para o uso das plataformas digitais seria preciso um suporte os professores não estavam preparados para trabalhar com plataformas digitais bem diferente da realidade EAD, foi um processo longo de aprendizado.

Bolzan (2020, p.21) faz uma reflexão sobre o período pandêmico e o coloca como ponto negativo em relação a modalidade EAD como transmissão de conteúdo e a compara a Educação Bancária.

Para Freire (2013, p.60):

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição.

As necessidades que se tornaram ainda mais evidentes durante o período pandêmico, acentuadas pela profunda desigualdade social existente no Brasil, onde apresentam problemas de infraestrutura, sem as mínimas condições de acesso aos recursos tecnológicos.

No capítulo Gestão escolar relatamos em nossas análises a importância de infraestrutura adequada, atualizada em boas condições de uso e com pessoal qualificado, com o comprometimento da gestão para atualizar e qualificar os docentes.

O uso de tecnologia na educação abordado por Bolzan (2023, p.25) reafirma que as ferramentas tecnológicas sempre fizeram parte da educação, com o propósito principal de incentivar a aprendizagem dos estudantes. À medida que novas demandas surgem, novos recursos são criados para atendê-las.

No capítulo sobre constituição do curso técnico em informática descrevemos sobre a inclusão digital na instituição escolar através de ferramentas úteis que irão auxiliar no aprimoramento profissional, além de formar e desenvolver aspectos culturais, sociais e cognitivos.

Bolzan (2020, p. 54) conclui que fica evidente,

a necessidade de repensar a prática docente bem como a formação docente frente às novas ferramentas de aprendizagem na contemporaneidade adequando assim as técnicas e as metodologias do trabalho docente, por fazermos parte de uma sociedade marcada pela era digital.

Conforme mencionamos em Políticas Públicas muitos recursos estão sendo disponibilizados para o aprimoramento do professor levando a atualização de suas práticas para a sala de aula proporcionando a inclusão digital dos alunos, com auxílio da gestão escolar é preciso repensar as práticas para que esse processo de mediação do conhecimento digital aconteça e para que a comunidade escolar, professores e alunos usufruam de todos os benefícios ofertados a eles.

Já o quarto estudo selecionado “Políticas Públicas de Inclusão Digital na Educação: Um Método para Implementação no Município de São Borja/RS” se tratava de uma pesquisa com abordagem qualitativa utilizando o método Design Science Research (DSR), além da abordagem destaca-se a técnica de observação direta para uso no estudo, revisão bibliográfica de caráter exploratório e, por fim, a identificação dos artefatos busca soluções para problemas similares ao da pesquisa, que foram

desenvolvidas ou implementadas, a fim de subsidiar o desenvolvimento de um artefato específico que resolva o problema definido nas etapas anteriores.

A internet é um sistema que interconecta o mundo e é a primeira vez na história da humanidade que um conjunto de técnicas envolve o mundo. Como descreve Medeiros (2024, p.12) o acesso à internet vem se consolidando como um dos principais e mais importantes meios de comunicação para a sociedade e se torna cada vez mais presente e essencial no nosso cotidiano.

No capítulo inclusão digital, descrevemos um pouco sobre a exclusão digital a evolução dos tempos e o quanto a informática está presente no nosso dia a dia em simples tarefas e Medeiros (2024, p.12) reafirma o quanto é importante a inclusão digital em sua introdução:

Além disso, também reforçou as desigualdades existentes no contexto brasileiro, no qual parcelas da sociedade encontram dificuldades para acessar serviços oferecidos exclusivamente por meio digital, tais como auxílios financeiros, benefícios emergenciais do governo, cultura, lazer e atividades de ensino.

Podemos verificar que a internet é subsidiada pelo governo nas escolas em seus diferentes setores, mas que mesmo assim é considerada insuficiente para atender toda a comunidade escolar, tendo como causa principal a lentidão. O mesmo foi verificado por Medeiros (2024, p.13) em sua dissertação onde mesmo com essa cobertura da conexão observada nas escolas públicas brasileiras, o acesso à internet ainda é visto como um problema, consideraram a baixa velocidade de conexão à internet como fator que dificulta o uso das TIC.

Os Cursos Técnicos do IEEASC não recebem suporte da CRE para compra de equipamentos TIC e manutenção do laboratório de informática, sendo todo processo realizado pela equipe administrativa da escola, onde se busca junto a firmas do município uma melhor opção de compra e manutenção dos equipamentos não sendo realizada nenhuma pesquisa de preço nos municípios vizinhos, constata-se ser de extrema importância que o departamento da CRE especializado em TIC proporcionasse esse suporte orientando a seleção, contratação, aquisição e fiscalização de equipamentos, serviços e soluções tecnológicas, poderíamos ter uma melhor aproveitamento destes recursos oriundos das políticas públicas que subsidiam a Inclusão Digital.

Segundo Medeiros (2024, p.17) a realização desta análise técnica pelo departamento poderia permitir a racionalização dos recursos disponibilizados, com a

aquisição de equipamentos e contratação de serviços que atendam de maneira mais eficiente às necessidades.

Como descrevemos no capítulo de Políticas Públicas, ao longo dos anos, diversos programas e políticas foram implementados, substituídos ou extintos, voltados para apoiar e universalizar o acesso à internet nas escolas sem que, até o momento, tenham atingido plenamente seus objetivos. A Internet ainda é insuficiente, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, para atender adequadamente a comunidade escolar.

E por fim, o quinto estudo selecionado “Inclusão Digital Como Direito Fundamental À Educação” se tratava de uma investigação científica que teve caráter exploratório e investigativo. O método utilizado foi hipotético-dedutivo e baseado na revisão bibliográfica sobre inclusão digital e dados governamentais de direitos humanos, direito à educação e efetivação das políticas públicas.

No capítulo sobre a Constituição dos Cursos Técnicos descrevemos a importância da inclusão digital e seu objetivo é formar e desenvolver aspectos cultural, social e cognitivo e o quanto é importante que todos professores e a equipe diretiva pedagógica estejam engajados para que esse processo de mediação do conhecimento digital aconteça. Viella (2024, p.12) em sua introdução reafirma nossos estudos com a seguinte redação.

Pela educação, busca-se o desenvolvimento do indivíduo para que esteja apto ao exercício da cidadania e do trabalho. Mais do que uma formação escolar, a educação abarca dimensões familiar, social, científica e cultural, nas quais o indivíduo desenvolve e aperfeiçoa habilidades para viver em sociedade e trabalhar.

Bem como mencionamos, o artigo 205 da CF/88, ao estabelecerem que a educação é um direito social de todas e todos, bem como um dever do Estado e da família, promovido e incentivado com a colaboração da sociedade. Ao lado da Constituição Federal de 1988, está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE Lei nº 13.005/2014), com o objetivo de assegurar o cumprimento do direito à educação sendo estas continuamente monitoradas pelos órgãos responsáveis.

Viella (2024,p.16) ressalta em sua redação o direito à educação que esta ganha novos rumos nos dias atuais considerando o uso das tecnologias que as mesmas geram a necessidade de bens materiais, conhecimento para operação desses

equipamentos eletrônicos, atualização de categorias jurídicas tradicionais para lidar com as crescentes complicações de um mundo digital, destaco em meu trabalho o cuidado que os alunos curiosos e interativos devem ter com suas identidades ao navegar pela internet com segurança no capítulo sobre inclusão digital.

Contamos com o estado através das políticas públicas para assegurar e corrigir as desigualdades de recursos materiais (como equipamentos eletrônicos) e imateriais (conhecimento para operação desses equipamentos eletrônicos) como menciona Viella (2024, p. 16); no capítulo políticas públicas começo o parágrafo apresentando o âmbito escolar o qual contamos com as políticas públicas para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis.

Como nos afirma Viella (2024, p.19)

Enquanto direito social previsto na Constituição Federal de 1988, a educação objetiva promover a igualdade social e econômica, impondo ao Estado a responsabilidade pela sua efetivação, uma vez que, sem acesso à educação, o exercício de outros direitos (civis, políticos, econômicos e sociais) é prejudicado.

Sendo as políticas públicas medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o acesso à educação, segurança, assistência social dentre outros para todos os cidadãos quando implementadas de forma positiva garantem o direito social.

Viella problematiza ainda a grave situação de extrema pobreza enfrentada por muitos no Brasil, o que impede o acesso à educação e à informação. Sem esses elementos essenciais, essas pessoas não conseguem se tornar cidadãos autônomos e conscientes, dificultando sua participação no processo democrático como coloco em análise o analfabetismo digital está associado à exclusão digital onde nem todos têm acesso aos recursos tecnológicos. É importantíssimo que nos preocupamos em não criar uma massa de analfabetos digitais.

O Ensino Técnico Profissionalizante baseado em princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a articulação entre a área do conhecimento e os aspectos da vida cidadã; tem o enfoque de proporcionar acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade proporcionando a inclusão digital.

Viella (2024, p.27) afirma que,

Pela educação busca-se o desenvolvimento do indivíduo para que esteja apto ao exercício da cidadania e do trabalho. Mais do que uma formação escolar,

a educação abarca dimensões familiar, social, científica e cultural, nas quais o indivíduo desenvolve e aperfeiçoa habilidades para viver em sociedade e trabalhar.

Como reflexão ao Regimento Escolar do IEEASC e de encontro com Viella (2024) descrevemos a prática social e o trabalho como princípio educativo promovem o compromisso de construir projetos de vida, individuais e coletivos de sujeitos que se apropriam da construção do conhecimento e desencadeiam as necessárias transformações da natureza e da sociedade.

Para Kuenzer (2001), o trabalho como princípio educativo representa um desafio para a escola, que precisa construir uma proposta curricular capaz de valorizar o trabalho como elemento integrador da formação humana, superando a tradicional dicotomia entre a formação geral e a formação voltada ao mercado de trabalho.

No capítulo sobre inclusão digital abordamos a importância da internet onde nada seria possível sem a internet das coisas (a princípio isso parecia impossível, já que são coisas que transferem dados e se comunicam entre si), mas ela se popularizou. Viella (2024) aborda em sua dissertação o direito à informação incluindo o cidadão na sociedade.

O direito à informação além de ser Direito fundamental, está relacionado com outros direitos, para os seus efeitos, se encontra diretamente relacionado com o movimento dos cidadãos na sociedade, inserido nos direitos civis, políticos e sociais, por essa razão, é preciso levar em consideração que a informação deve ser pública, ou seja, acessível para todos, ainda, se faz importante esclarecer que informações públicas não se resume em informações de órgãos públicos governamental (Viella, 2024, p.36).

A Internet trouxe novas formas de comunicação e interação, descentralizando o acesso à informação e fortalecendo a ideia de um espaço democrático para a livre expressão de pensamentos, ideias e opiniões, além de possibilitar o recebimento dessas informações. Com o avanço das novas tecnologias, o direito de acesso à informação pode ser exercido de maneira mais eficaz do que o previsto originalmente na Constituição de 1988.

Com base nas informações levantadas, foi possível fazer uma análise comparativa dos métodos de pesquisa, instrumentos e procedimentos de coleta de dados utilizados em cada estudo.

Em uma visão geral, comparando os métodos e instrumentos de coleta de dados, pode-se observar que todos os estudos empregam métodos qualitativos e

utilizam questionários e/ou entrevistas como instrumentos de coleta de dados. Além disso, a análise de conteúdo (ou variações dela) é a técnica comum para a análise dos dados.

Portanto, há uma semelhança geral na abordagem qualitativa e nos instrumentos de coleta de dados usados na maioria dos estudos, mas diferenças nos métodos de análise específicos. Analisando os principais pontos em comum desses estudos, podemos observar que todos estão relacionados ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), Políticas Públicas, Ensino Profissionalizante Técnico.

Em resumo, esses estudos compartilham um interesse em entender como as políticas públicas podem fortalecer a inclusão digital, na infraestrutura das escolas, no aprimoramento das práticas pedagógicas despertando o interesse e assim evitando a evasão escolar, na organização curricular do ensino profissionalizante, na gestão da políticas públicas focando uma melhor administração dos recursos materiais.

Os resultados dessas pesquisas resultaram na criação de recursos educacionais valiosos servindo como referência para diversos domínios educacionais. Essas análises concentram-se em compreender a implementação das políticas públicas de inclusão digital no Ensino Profissionalizante Técnico.

Conclui-se que a inclusão digital na educação requer uma abordagem abrangente, envolvendo formação docente adequada, infraestrutura tecnológica, políticas públicas e uma compreensão sólida das potencialidades dessas tecnologias para aprimorar o ensino e a aprendizagem. As análises desses estudos a partir da revisão sistemática ampliam nossa compreensão sobre o impacto das políticas públicas na educação em tempos de crise, e o uso de ferramentas digitais em sala de aula, esses resultados complementam nosso próprio trabalho.

## **5 CAMINHOS DA PESQUISA**

Esta pesquisa teve como objetivo contribuir na execução das políticas públicas garantindo que a inclusão digital atenda demanda do ensino profissionalizante técnico, considerando a atuação da gestão escolar e a participação dos diferentes atores envolvidos. Inicialmente, realizou-se a caracterização dos participantes, permitindo compreender o perfil e as experiências dos envolvidos. A abordagem metodológica

adotada fundamentou-se na pesquisa-ação, que possibilitou não apenas observar, mas também intervir no contexto estudado.

A intervenção ocorreu em um ambiente cuidadosamente definido, por meio da realização de círculos dialógicos, que favoreceram a discussão colaborativa sobre as práticas escolares.

Para a coleta de informações, foram utilizados diferentes instrumentos e técnicas, que permitiram uma análise detalhada do contexto. A partir dos dados obtidos, realizou-se a elaboração das categorias, oferecendo subsídios para compreender os desafios, estratégias e contribuições da escola na promoção da inclusão digital e na formação técnico-profissional dos alunos.

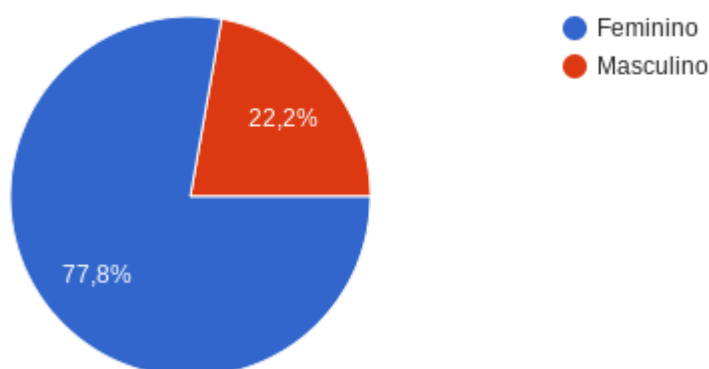
## **5.1 Caracterização dos Participantes**

### **5.1.1 Envolvidos na Pesquisa: Professores e Equipe Gestora**

Para identificar os participantes da pesquisa conduzida no IEEASC, empreguei um questionário online (Anexo) desenvolvido no Google Forms em 09 de outubro de 2024. Este questionário foi prontamente compartilhado no grupo do *WhatsApp* no mesmo dia, visando estabelecer uma comunicação direta e imediata com os professores e equipe diretiva, totalizando nove participantes entre professores e equipe diretiva. O formulário destinado à identificação dos colaboradores participantes no Projeto de Intervenção Pedagógica consistia em 19 perguntas variadas, compreendendo onze questões fechadas e oito indagações abertas. Os participantes, professores e equipe diretiva serão identificados por códigos a saber P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 com o intuito de preservar as identidades.

A primeira pergunta do formulário foi sobre o gênero dos participantes.

Figura 7- Gênero dos participantes

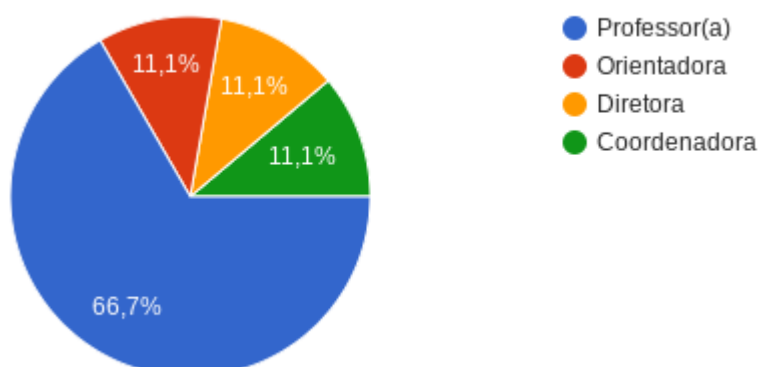


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos nove formulários preenchidos evidencia, conforme a figura apresentada, que a predominância entre os docentes é do gênero feminino, representando 77,8%, é possível constatar que as mulheres constituem a maioria no corpo docente responsável pelo ensino no Curso Técnico de Informática no Instituto Aimone.

Quando questionado sobre o tempo de magistério foi possível analisar que o IEEASC conta com uma equipe de docentes experientes, nosso corpo de professores reflete uma bela diversidade de trajetórias. Alguns estão há mais de duas décadas em sala de aula, como quem carrega 27, 25, 23 ou 21 anos de dedicação, enquanto outros, com 15 ou 14 anos de experiência, trazem consigo a vitalidade de uma longa caminhada com ainda muitos passos pela frente. Ao mesmo tempo, profissionais com 11 anos, e até aqueles que ingressaram há 2 anos e 5 meses, mostram como nossa equipe se renova com entusiasmo. Cada um desses educadores contribui com seu tempo e saber, criando um ambiente de ensino que se beneficia tanto da sabedoria quanto da inovação.

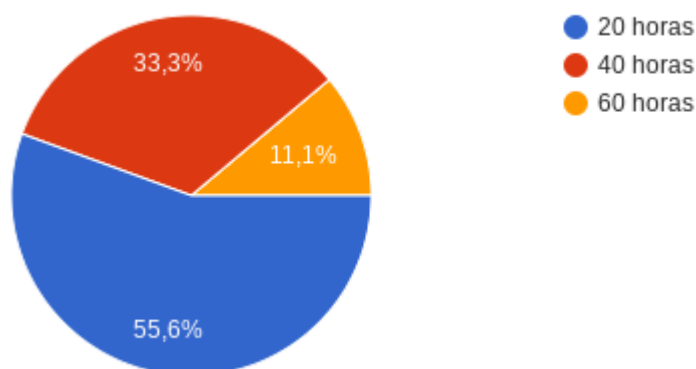
Figura 8- Função exercida na escola



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A figura acima apresenta que a maioria dos profissionais (66,7%) atua como professores, diretamente envolvidos com o dia a dia dos alunos e o desenvolvimento das turmas do Curso Técnico em Informática. Além disso, contamos com uma equipe de apoio essencial: 11,1% dos profissionais são orientadoras, que ajudam a guiar o desenvolvimento individual dos estudantes; outros 11,1% ocupam o cargo de diretora, responsável por liderar e coordenar as iniciativas da escola; e mais 11,1% são coordenadoras, que acompanham e alinham as práticas pedagógicas. Esse equilíbrio entre ensino e gestão é fundamental para que nossa instituição funcione de forma harmônica e centrada nos alunos.

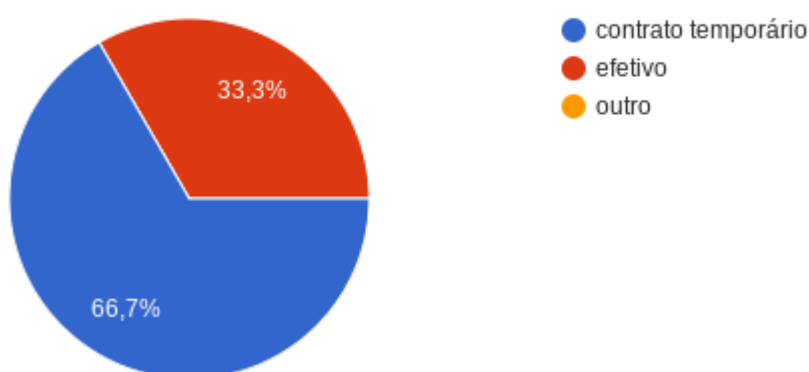
Figura 9- Regime de trabalho nesta escola



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na nossa escola, o regime de trabalho dos profissionais varia para atender de maneira flexível às necessidades pedagógicas e organizacionais. Metade da equipe (55,6%) trabalha 20 horas semanais, equilibrando o tempo em sala com outras atividades. Outros (33,3%) dedicam-se em regime integral de 40 horas, o que fortalece a presença e a continuidade no ambiente escolar. Além disso, há um grupo comprometido em 60 horas semanais (11,1%), demonstrando uma dedicação excepcional e intensiva às atividades escolares. Essa diversidade de regimes permite que a escola funcione de forma eficaz, garantindo um acompanhamento próximo dos alunos e uma gestão integrada.

Figura 10- Vínculo



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O vínculo empregatício em nossa escola é predominantemente temporário, com 66,7% dos profissionais contratados nesse regime. Isso reflete a enfermidade do curso e a demanda, além de evidenciar a precarização e inexistência de uma carreira profissional. Já 33,3% dos profissionais possuem vínculo efetivo, o que traz estabilidade e continuidade às práticas pedagógicas e administrativas.

Em nosso questionário procuramos saber sobre a formação acadêmica dos nossos professores e equipe diretiva onde averiguamos uma formação acadêmica diversificada, refletindo um leque amplo de conhecimentos e especializações que enriquecem o ambiente escolar. Entre as áreas de formação, temos profissionais graduados em Direito, Ciências Contábeis, Ciências Sociais e Administração de

Empresas, Matemática, trazendo uma visão abrangente e prática ao cotidiano da escola. Outros membros possuem licenciatura em Geografia, enquanto alguns são formados em Pedagogia e Orientação Educacional, essenciais para o desenvolvimento pedagógico. Além disso, contamos com um profissional que alcançou o nível de Mestre em Educação Profissional e outro com pós-graduação, o que eleva o nível de conhecimento e experiência no corpo docente. Essa diversidade acadêmica nos permite oferecer uma educação completa, integrando diferentes áreas e abordagens para o benefício dos nossos alunos.

### 5.1.2 Envolvidos na Pesquisa: Alunos

No primeiro momento do círculo, foi aplicado um questionário online disponibilizado no grupo de Whatsapp com perguntas abertas e fechadas para quatro alunos, no dia 09 de outubro de 2024, às 20 horas, ficando o mesmo aberto para respostas até 16 de outubro de 2024, obtendo retorno de 4 discentes. Os participantes alunos serão identificados por códigos a saber A1, A2, A3 e A4, com o intuito de preservar as identidades. No momento da apresentação do projeto de pesquisa no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, foi utilizado como recurso tecnológico o notebook e datashow.

Segundo Severino (2013, p.109):

QUESTIONÁRIO: Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.

Os questionários foram aplicados na escola de forma online e a devolução também ocorreu de forma online. Para iniciar, construímos uma apresentação com o título da pesquisa, finalidade e termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo B), para que os participantes declarem o aceite em participar da pesquisa e após isso, eles foram convidados a preencher o questionário.

Conforme Lakatos (2003, p. 201):

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

No questionário para os alunos constavam 10 perguntas, com os seguintes temas: perfil de identificação, políticas públicas, inclusão digital e gestão escolar. Para compor o questionário, foram escolhidas perguntas abertas e fechadas.

Segundo Lakatos (2003, p.204):

Perguntas abertas. Também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões. Perguntas fechadas ou dicotômicas. Também denominadas limitadas ou de alternativas fixas, são aquelas que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não.

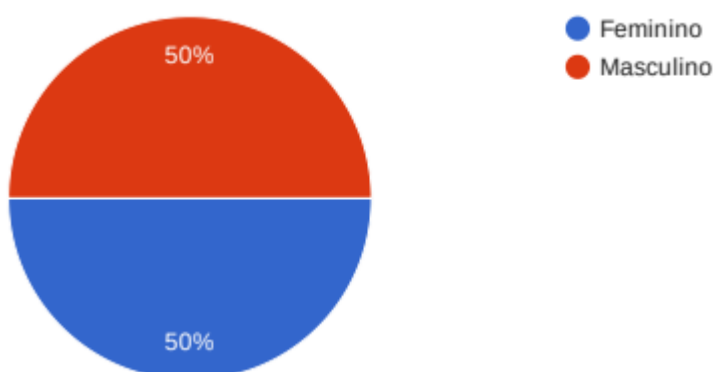
A coordenação e direção da escola auxiliaram na organização do local onde ocorreu nosso encontro “Mini Auditório da Escola”, assim como disponibilização da data do evento, garantindo com que todos os professores do Curso de Informática estivessem presentes, assim como os alunos das turmas de informática.

Ao elaborarmos o questionário, procuramos não sermos tão longos que causasse fadiga e também não sermos tão curtos que não trouxesse informações o suficiente (Lakatos,2003, p.203). Os questionários foram essenciais para a construção da pesquisa-ação, pois através dele pudemos obter informações para a continuação da pesquisa.

A análise seguiu na sequência dos questionamentos elaborados e das informações geradas. O diagnóstico buscou trazer elementos que contribuíram com a pesquisa-ação que foi realizada.

Iniciaremos com o perfil básico, que é o perfil de identificação sociodemográfica dos participantes da pesquisa. Nossa primeira análise é com relação ao gênero dos participantes.

Figura 11- Gênero dos participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A figura acima mostra a distribuição do grupo de participantes por gênero, dado importante uma vez que identificamos que a totalidade dos alunos é bem dividida entre os dois gêneros.

Conforme Dalle (2024) as pesquisas apontam a presença majoritariamente feminina nos cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio: 58,2% das pessoas matriculadas nessa modalidade eram mulheres, em 2022; conforme relatório do Ministério das Mulheres divulgado em Agência Gov.

Nosso curso acontece no turno da noite, na modalidade subsequente, e apresenta um perfil bastante diversificado em termos de gênero. Apesar das pesquisas indicarem uma predominância do público feminino, a composição das turmas reflete uma ampla variedade de identidades e experiências. Essa diversidade enriquece o ambiente de aprendizado, promovendo trocas de ideias e perspectivas que favorecem um desenvolvimento mais holístico dos alunos.

A interação entre diferentes vozes não só enriquece as discussões em sala de aula, mas também contribui para a formação de uma rede de apoio e colaboração entre os estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho de maneira mais inclusiva e inovadora.

## **5.2 Abordagem Metodológica**

A abordagem metodológica do trabalho foi desenvolvida dentro dos princípios e procedimentos da pesquisa-ação, na qual tem como finalidade alcançar realizações, ações efetivas e transformações no campo social (Thiollent,2011). A escolha da pesquisa-ação refere-se ao intuito da transformação da realidade do ambiente pesquisado e a participação coletiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

A pesquisa-ação se difere da pesquisa convencional segundo os princípios de participação dos pesquisadores junto aos usuários ou pessoas da situação observada. Na pesquisa convencional, no geral, os usuários não são considerados como atores. A pesquisa-ação propõe ação efetiva dos interessados. Não apenas ação e participação, também é necessário produzir conhecimentos, experiências, objetivando o avanço das questões abordadas (Thiollent,2011).

Segundo Thiollent (2011, p. 14),

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa possibilitou compreender a realidade da inclusão digital dos alunos do Curso Técnico em Informática, contribuindo para a melhoria das práticas pedagógicas e da gestão das políticas públicas que contemplam a escola na manutenção desse curso. Essa ação transformadora, proposta por Thiollent (2011), deve estar alicerçada em termos realistas, com considerações estratégicas e táticas para saber como alcançar os objetivos, superar ou contornar os obstáculos, neutralizar as reações adversas, entre outros.

Dentro dos princípios da pesquisa-ação, a fase exploratória consiste em descobrir o campo de pesquisa e realizar o primeiro levantamento, chamado diagnóstico. No diagnóstico, os pesquisadores tentam identificar: expectativas, problemas da situação, características da população, e também outros aspectos. Após, definem a estratégia metodológica: pesquisa teórica, pesquisa de campo e planejamento de ações.

Para uma análise de natureza qualitativa, nesse sentido, foram coletados os dados do diagnóstico através da aplicação de um questionário de perguntas abertas e fechadas com equipe diretiva pedagógica composta pela diretora geral, vice diretora do noturno, orientadora educacional, professores do Curso Técnico em Informática totalizando 9 participantes e seis alunos, que foram analisados, respeitando-os de forma minuciosa. Segundo Minayo (2011, p. 6) “a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico”.

Além do questionário que mescla perguntas abertas e fechadas, foram constituídos círculos dialógicos das leis e programas que constituem as políticas públicas que abordam o tema tecnologia. Nestes círculos, teve-se como objetivo analisar, identificar, diagnosticar e discutir os elementos relacionados à gestão escolar e às políticas públicas de inclusão digital.

Conforme Freire (2015, p.10):

O círculo se constitui assim em um grupo de trabalho e de debate. Seu interesse central é o debate da linguagem no contexto de uma prática social livre e crítica. Liberdade e crítica que não podem se limitar às relações internas do grupo, mas que necessariamente se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social.

Como recurso adicional, também utilizamos a gravação de áudio que permite revisar o processo de investigação quantas vezes forem necessárias, Gatti (2005, p. 24) ressalta que são importantes vários procedimentos de registros das reuniões realizadas com o grupo, porém a gravação de áudio é a mais usada.

Também foi realizado, em cada encontro da intervenção, um Diário de Bordo, porque, para Lacerda (2021), ele é uma ferramenta metodológica de registro escrito que serve como apoio à memória, permitindo a compreensão da experiência, a reflexão sobre a aplicação da intervenção, o replanejamento de ações e a adoção de novas estratégias.

Tendo como objetivo compreender como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas garantindo que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico, tendo como cenário o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, com base no PPP, Plano de Curso, Regimento Escolar, a Política de Inovação Conectada, o Programa Banda Larga nas escolas, a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica e o Plano Municipal de Educação de Arroio Grande; também contamos com a pesquisa documental que conforme Gil (2002, p.45), vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Como pesquisadora e participante do corpo docente desta instituição, exerci uma dupla função, onde a pesquisa-ação me possibilitou perceber como posso colaborar na implementação das políticas e inclusão digital no ensino técnico profissionalizante através de um produto que pretendemos desenvolver que será um plano de ação que apoie a gestão escolar na inclusão digital através de ações e monitoramento do uso das ferramentas digitais que a escola tem a oferecer aos alunos do curso técnico em informática.

Na fase de avaliação, tratamos dos dados obtidos, sistematizando os resultados na forma de dissertação, descrevendo os encontros pedagógicos e círculos dialógicos, que foram delineados através de um plano de ações, dividido em fases diagnóstica, exploratória e avaliativa, em que buscamos desenvolver atividades que

possibilitassem delinear os objetivos propostos, monitorando e registrando os resultados. Os mesmos ocorreram de maneira síncrona e assíncrona, contando com 4 encontros cada um com sua ação, objetivo, tarefa, monitoramento/controlado e resultados esperados.

### **5.3 Intervenção**

A intervenção no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carricone teve início no mês de agosto de 2024 onde foram propostos quatro encontros chamados de Círculos dialógicos, os quais tratavam das leis e programas que abordam o tema tecnologia. Os mesmos foram realizados com a turma do Curso Técnico em Informática, equipe diretiva pedagógica e professores com duração de aproximadamente duas horas.

Segundo Freire (2015, p. 11), nos círculos de cultura, o aprendizado ou a discussão das noções de “trabalho” e “cultura” jamais se separa de uma tomada de consciência, pois se realiza no próprio processo desta tomada de consciência. Nesse sentido, os círculos dialógicos realizados na presente pesquisa foram inspirados na proposta freiriana dos círculos de cultura, concebidos como espaços coletivos de escuta, diálogo e construção do conhecimento, voltados para a problematização da realidade e o exercício da consciência crítica.

A seguir, apresentaremos os Encontros de Intervenção/Círculos dialógicos das leis e programas, que, conforme definido por Moura e Barbosa (2011, p. 89), “abrange o conjunto de realizações que se pretende formalizar por meio de um projeto, a partir de um Plano de Ação”. Este plano delimita as ações, objetivos, tarefas e o monitoramento necessários para alcançar os resultados desejados.

Desta maneira, professores, alunos e equipe diretiva pedagógica do ensino técnico tiveram a oportunidade de se conectar ao conhecimento prévio sobre a legislação que os rodeia, auxiliando na ação/reflexão solidária e fundamentada na inclusão digital de seus alunos. Para Pranis (2018, p 39), “existe no ser humano um desejo humano universal de estar ligado aos outros de forma positiva”.

Assim, nos colocamos como mediadores e parceiros da caminhada, buscamos compreender, contribuir para a jornada, mediando conhecimento, auxiliando na

transformação do sujeito, reconhecendo nossas próprias dificuldades e o quão desafiadoras podem ser nossas próprias interações.

Os encontros pedagógicos foram momentos organizados com intenção e propósito, onde colegas se reuniram para compartilhar conhecimentos, trocar experiências e fortalecer vínculos. Sendo uma oportunidade para conhecer melhor o trabalho de cada um, aprender juntos e construir um ambiente de colaboração e crescimento mútuo.

Como nos diz Freire em *Pedagogia da Autonomia* (1996, p. 69),

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar o que não se faz sem abertura ao risco e aventura do espírito.

Os encontros propostos neste contexto específico fizeram parte do projeto de intervenção aplicado à equipe pedagógica, professores e alunos de informática do IEEASC, visando compreender as políticas públicas garantindo a inclusão digital do ensino profissionalizante.

Nossos encontros da intervenção pedagógica ocorreram no miniauditório e na sala da coordenação pedagógica, ambos ambientes acolhedores, que proporcionaram climatização, cadeiras confortáveis e uma mesa preparada com carinho, repleta de utensílios que tornaram os momentos de café e confraternização mais acolhedores e convidativos, “proporcionando um espaço tempo pedagógico de uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança” (Freire 1996, p.72).

Ao término de cada Encontro da Intervenção Pedagógica, providenciei a escrita do diário de bordo registrando assim detalhadamente através da coleta de dados realizada com a gravação dos áudios, abrangendo os acontecimentos discutidos durante a reunião e os acordos estabelecidos para os próximos encontros.

Para estruturar a análise de conteúdo no capítulo procedimentos, escolhemos uma organização mais eficiente do texto, dividindo-o em subtítulos que correspondem aos resultados e debates dos dados. Estes são: abordagem metodológica, intervenção, ambiente de intervenção do projeto de pesquisa, obtenção dos dados, elaboração das categorias, revisão e análise de registros documentais, produto final.

### 5.3.1 Ambiente de Intervenção do Projeto de Pesquisa

Visto que a intervenção é uma necessidade para realizar o projeto de pesquisa, comecei pela apresentação do projeto, relatando minhas inquietações e a intenção de buscar informações que respondessem ao problema relacionado a compreender como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas, de modo a garantir que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico, o que despertou o interesse e motivou a busca por respostas, criando um espaço propício para a troca de ideias e a estruturação do trabalho.

Em outubro de 2024, realizamos o primeiro encontro com a equipe diretiva, professores e alunos das duas turmas de informática, para apresentar o projeto de pesquisa e neste momento foi disponibilizado o formulário elaborado no Google Forms que permitiu a coleta de dados enriquecendo a pesquisa e possibilitando conhecer o cenário e os sujeitos que fizeram parte da pesquisa.

### 5.3.2 A Contribuição da Gestão na Apresentação da Proposta de Intervenção

No dia nove de outubro de 2024, nos reunimos com os alunos do Curso Técnico em Informática, professores e equipe pedagógica do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde no miniauditório, às 20h, onde apresentou o Projeto de Intervenção, com objetivo de compreender como a gestão escolar pode contribuir na execução das políticas públicas garantindo que a inclusão digital atenda a demanda do ensino profissionalizante técnico tendo como cenário o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, sendo este nosso primeiro círculo dialógico.

A reunião pedagógica foi uma troca de conhecimentos que possibilitou a apresentação do projeto, sendo esta almejada para que os participantes experimentassem uma satisfação em relação à proposta apresentada, sendo fundamental que os participantes estivessem abertos e motivados para o desenvolvimento e aplicação do projeto de pesquisa. Neste momento foi disponibilizado o formulário elaborado no Google Forms que permitiu a coleta de dados que permitiu enriquecer a pesquisa e possibilitou conhecer o cenário e sujeitos que fizeram parte da pesquisa. O mesmo foi disponibilizado através de dois grupos criados no *Whatsapp* dos participantes, um de alunos e outro da equipe diretiva e

professores. Neste momento foi colhida a assinatura no termo livre esclarecido dos optantes por fazer parte da pesquisa.

Então, houve início da apresentação do projeto, onde foi utilizado como recurso slides para apresentação e explanação. Como registro do momento, foram realizadas gravação de áudio e fotografia. Na apresentação, foi exposto o porquê da escolha do tema, algumas características do Curso Técnico em Informática, os conceitos centrais da pesquisa como gestão escolar, inclusão digital, políticas públicas, relação dos estudos selecionados e análise documental das leis que abrangem a inclusão digital no IEEASC.

Durante a apresentação algumas intervenções foram feitas, a P8 comentou: *“sobre o curso LOGO que os professores receberam em 1992 para aprender a manusear o computador o mesmo foi disponibilizado no auditório do IEEASC”*.

A participante P4 comentou: *“sobre o quanto é pouco o investimento para os Cursos Técnicos e comenta perceber diferenças nos diferentes governos”*, já a participante P8 afirma: *“perceber a diferença entre os recursos repassados para eixos diferentes”* já a participante P4 contribui relatando que: *“o mesmo eixo recebe bem mais em outra CRE”*.

A participante P8 comentou: *“que a única verba recebida foi para insumos no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) que a única coisa neste valor possível de comprar foi folhas de ofício sendo que naquele momento o que mais estávamos necessitando era de livros”*.

Quando abordamos o assunto sobre estágio a P8 descreveu: *“que quando o IEEASC ofertava o magistério este sim exigia estágio estava previsto no plano de curso, pois este era um curso que lidava com criança, eram três meses de estágios inclusive, além da supervisão que observa e avalia o plano de aula e o trabalho desenvolvido em sala, o curso ofertado era concomitante com o segundo grau. Hoje o Curso Técnico de Informática ofertado pelo IEEASC é subsequente”*.

Sobre a internet disponibilizada no laboratório de informática, a P8 relatou: *“que antes era subsidiada pela Política de Educação Conectada, mas agora este convênio foi encerrado e passamos a subsidiar através do recursos oriundos da Política de Inovação Conectada”*.

Em 2024 foi implantada a Lei Estadual sobre os Cursos Técnicos, em função desta lei a direção da escola recebeu um formulário questionando sobre os Cursos Técnicos como máquinas e softwares.

Quando foram abordados os documentos norteadores do IEEASC e do Curso Técnico de Informática a P8 falou: “*que o plano de curso estava aguardando aprovação e que naquela semana o mesmo havia sido aprovado e renovado por mais cinco anos, e aproveitava o encontro para marcar o próximo encontro, sendo este realizado para estudo dos novos documentos*”.

Neste momento o P1 questionou: “o que seria meu produto final”; então foi relatado que seria um capítulo sobre o Curso Técnico de Informática a ser inserido no PPP da escola e que seria de grande valia a sugestão e participação de todos com as contribuições do que consideravam importante que constasse neste capítulo.

Figura 12- Registro dos participantes no 1º Encontro da Intervenção Pedagógica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Figura 13- Registro dos participantes no 1º Encontro da Intervenção Pedagógica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

O nosso segundo encontro ocorreu com a equipe pedagógica e professores, onde foi possível apresentar e analisar os documentos da escola como: Projeto Político Pedagógico 2016, Regimento Escolar 2017 e Plano dos Cursos Técnicos 2018 e os novos documentos que normatizam e regulamentam o Curso Técnico em Informática conforme Comissão De Educação Profissional através da Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3 que renovam Regimento Escolar Parcial, Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática. Em nosso círculo dialógico foi possível realizar a leitura e estudar as mudanças que estavam sendo apresentadas no novo Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática e no Regimento Escolar Parcial Educação Profissional.

### 5.3.3 O Que Dizem os Documentos da Escola sobre a Educação Profissional (EP)?

No dia vinte e nove de outubro de 2024, realizamos nosso segundo círculo dialógico com os professores P1, P2, P3, P4, P5, do Curso Técnico em Informática e equipe pedagógica do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde P6, P7, P8 na sala da coordenação pedagógica às 20h, utilizamos como recurso um notebook, tendo a imagem reproduzida na TV *smart* que a sala disponibiliza, para apresentar e analisar os documentos da escola como: Projeto Político Pedagógico 2016, Regimento Escolar 2017 e Plano dos Cursos Técnicos 2018, onde observou-se

no Regimento escolar e no Projeto Político Pedagógico que os mesmos não trazem em sua redação os Cursos Técnicos, além de chamar atenção para a data da última atualização do PPP ano 2016. O Plano de Curso dos Técnicos também encontrava-se desatualizado até a data de minha qualificação 23/08/2024, na data de 17/09/2024 recebemos a sua renovação conforme Comissão De Educação Profissional através da Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3, recredenciado, por mais 5 anos, o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, situado em Arroio Grande, para ofertar o Curso Técnico em Informática – eixo tecnológico Informação e Comunicação, desenvolvido presencialmente de forma concomitante e subsequente.

Em nosso círculo dialógico, foi possível realizar a leitura e estudar as mudanças que estavam sendo apresentadas no novo Plano do Curso agora o mesmo passa a se chamar PPC (Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação) e o que mais foi comentado é a forma concomitante que passa a ser ofertada no IEEASC com os seguintes requisitos:

Para ingressar no Curso Técnico em Informática Subsequente, o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio.

Para ingressar no Curso Técnico em Informática Concomitante o aluno deverá estar matriculado no 3º (terceiro) Ano do Ensino Médio.

Para o próximo ano conforme nossa vice diretora do noturno relata que já será ofertada esta modalidade para os alunos do turno da manhã, pois o edital ainda não foi enviado para a 5º CRE autorizar as matrículas, pois as mesmas abrem em 11/11/2024 já o terceiro ano noturno o edital para ser aprovado já foi enviado não sendo possível a sua reedição.

Mas para o aluno sair com a certificação de Técnico em Informática terá de cursar mais 6 meses que equivale ao III Módulo.

Outra novidade será os componentes do curso técnico fazerem parte dos itinerários formativos do médio os alunos do ensino médio tanto do Aimone quanto de outra escola poderão matricular-se nos módulos ofertados sendo então mais uma possibilidade de qualificação profissional com certificação intermediária, no curso técnico.

- Módulo I 400 h: Assistente de Operação de Redes de Computadores
- Módulo II 400 h: Assistente de Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais

- Módulo III 400 h: Suporte Técnico

Os itinerários formativos conforme nossa vice-diretora ainda não entraram em vigor no ano letivo de 2025, pois aguarda orientação da 5ª CRE.

Os critérios de avaliação também tiveram uma mudança no subitem frequência que agora o aluno terá que ter para aprovação o índice mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) em cada módulo. No Plano de Curso anterior a frequência não era exigida.

Prazo máximo para integralização dos cursos: o aluno terá o prazo máximo de três anos para conclusão dos cursos técnicos em informática.

Juntamente com o Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação foi aprovado o Regimento Escolar Parcial Educação Profissional conforme Comissão De Educação Profissional através da Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3, recredenciado, por mais 5 anos, podemos observar que este documento comparado ao de 2001 traz algumas alterações como descrito abaixo:

**Crítérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores:** o Instituto pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional técnica, que tenha sido desenvolvido.

A avaliação, contínua e cumulativa, permeia o processo ensino aprendizagem, tendo como finalidade diagnosticar o estágio de desenvolvimento do estudante e da prática pedagógica, permitindo, assim, não só redirecionar a aprendizagem do aluno, como replanejar o trabalho do professor e do Instituto como um todo.

**Certificados e Diplomas a Escola expede e registra:**

- Diploma de Técnico ao aluno que conclui o Curso Técnico e comprova ter concluído o Ensino Médio.

- Certificado de Qualificação Profissional, de acordo com a habilitação, ao aluno que concluiu o Curso e não comprova o Ensino Médio.

- Certificação de Qualificação Profissional ao aluno que conclui etapas, conforme as qualificações previstas nos itinerários formativos dos cursos.

- O Histórico Escolar, que acompanha o Diploma e o Certificado, explicita as competências certificadas e os Componentes Curriculares de acordo com o curso.

Regimento Parcial de setembro de 2024, nos traz no item seis outra novidade sobre as parcerias onde estas passam a ser possíveis desde que estejam devidamente firmadas por meio de instrumento jurídico entre as instituições de ensino e suas mantenedoras.

Após analisar os documentos existentes e os novos observamos novas oportunidades de público, pois estaremos ofertando a partir de agora o concomitante e aguardando ansiosos a liberação dos itinerários formativos, desta forma ofertando para nosso ensino médio diurno e noturno a oportunidade de cursar o Técnico em Informática.

No final de nossa reunião, foi questionado aos professores o que eles consideravam importante dos estudos da noite que fosse incluído no capítulo do PPP da escola e todos os professores manifestaram-se colocando suas sugestões:

- Identificação do curso,
- Histórico de constituição do curso,
- Justificativa,
- Objetivos,
- Requisitos de acesso,
- Perfil profissional de conclusão,
- Itinerários formativos,
- Critérios de avaliação,
- Qualificações que irão constar no certificado,
- Frequência,
- Estudos compensatórios de infrequência,
- Prazo máximo para integralização do Curso,
- Perfil dos docentes que atuam no técnico.

A diretora geral da escola agradeceu e parabenizou com a seguinte fala” o quanto era importante aquele momento e o trabalho que seria desenvolvido, pois não entendia o porquê os Cursos Técnicos não constavam no PPP da escola”.

Os professores colocaram como sugestão que o Curso Técnico retome a participação em feiras técnicas, simpósios e congressos. Registraram também a importância de firmar parcerias com empresas locais, além de terem questionado a viabilidade do Curso exigir estágio para a sua conclusão.

Encerramos com um delicioso lanche. Renovados e enriquecidos de conhecimento que o círculo nos proporcionou.

Figura 14- Registro dos participantes no 2º Encontro da Intervenção Pedagógica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

#### 5.3.4 Construção do Capítulo da Educação Profissional Técnica no Projeto Político Pedagógico

No dia treze de fevereiro de 2025, realizamos nosso terceiro círculo dialógico com a presença dos professores P1, P3, P4, P5, P6, P7 do Curso Técnico em Informática e equipe pedagógica do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde na sala da coordenação pedagógica às 20h, utilizamos como recurso um chromebook, para apresentar a redação inicial do Capítulo do EPT - PPP conforme a última reunião realizada em 29.10.2024 com os professores e equipe pedagógica onde os professores elencaram os itens que consideravam importantes a serem incluídos no Capítulo do EPT conforme os documentos novos que regulamentam o Curso sendo eles: Deliberação 681/2024, PPP 2016, PPC 2024, RGP 2024.

Em nosso círculo dialógico foi possível realizar a análise e observar algumas alterações nos itens selecionados que irão compor o capítulo. No item critérios de avaliação letra B traz em sua redação o critério de NÃO APTO - para o aluno que não atingiu as competências essenciais. E observa que: O aluno que não atingir as

competências essenciais de cada módulo deverá repetir o módulo, sendo amparado nos componentes curriculares que foi aprovado; mas não menciona até quantos componentes ele pode ser amparado e como este processo ocorreria, ficando então combinado que no retorno da análise do Capítulo redigido já iremos tratar deste item para que ele venha a fazer parte do PPP da escola. Todos os professores presentes e direção consideram importante deixar esclarecido e documentado para que já se tenha resposta em eventual situação sendo então este item regulamentando e documentando no PPP da escola.

Figura 15- Registro dos participantes no 3º Encontro da Intervenção Pedagógica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

Figura 16- Registro dos participantes no 3º Encontro da Intervenção Pedagógica



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

O nosso quarto encontro com a equipe pedagógica e professores proporcionou a culminância do produto final que é a redação do capítulo sobre o curso técnico de informática a ser incluído no projeto político pedagógico da escola.

#### 5.3.5 Educação Profissional Técnica e o Projeto Político Pedagógico: a escrita

No dia dez de março de 2025 de forma assíncrona realizamos nosso quarto círculo dialógico com retorno das professoras (os) e equipe pedagógica, através do grupo de *Whatsapp* criado para a pesquisa, sobre os itens que iriam fazer parte do capítulo do Curso Técnico em Informática que irá constar no PPP da escola.

Referente a dúvida que surgiu durante o círculo dialógico anterior, sobre o critério de avaliação NÃO APTO, que descreve para o aluno que não atingiu as competências essenciais, que ele terá o direito de cursar até dois componentes curriculares, e repetir os devidos componentes, e avançará para a etapa seguinte e se o aluno que não atingir as competências essenciais a partir de três componentes curriculares deverá repetir toda a etapa; como descrito no Plano de Curso Técnico em Informática (2018, p.26), ficou a dúvida se este critério se mantinha mesmo com o novo Projeto Pedagógico, nossa vice-diretora do turno da noite, esclarece que não continua, no Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática, em sua redação, consta que *“o aluno que não atingir as competências essenciais de cada módulo deverá repetir o módulo, sendo amparado nos componentes curriculares que foi aprovado, devendo ser ofertado estudos de recuperação paralelamente ao desenvolvimento do processo de aprendizagem, a fim de que se retome de imediato, os conhecimentos não atingidos”*.

Esclarecendo então a dúvida que surgiu em torno da palavra “amparado” durante o encontro dialógico, o amparo se dará através de estudos de recuperação durante a realização do módulo, deixando de existir então o critério do Plano de Curso Técnico em Informática (2018). E sobre a redação do capítulo todos os participantes estavam de acordo, sem observações.

#### 5.4 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

O método de pesquisa-ação foi baseado nas informações relacionadas à

Implementação das Políticas Públicas de Inclusão Digital, realizado no Instituto Aimone Soares Carriconde. De acordo com Thiollent (2011, p.7),

o método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e ou políticas.

A pesquisa qualitativa dedica-se a aprimorar a compreensão e a aplicação das dinâmicas das relações sociais, nas quais os pesquisadores, ao mesmo tempo sujeitos e objetos de sua própria investigação, procuram explicar as razões dos fenômenos.

A coleta dos dados foi realizada utilizando um método analítico, desenvolvido e discutido com base na teoria da análise de conteúdo proposta por Bardin (2020). A técnica empregada foi a abordagem temática ou categorial, que forneceu uma estrutura robusta para interpretar os resultados, assegurando a confiabilidade dos dados obtidos e permitindo uma compreensão mais detalhada e completa dos elementos analisados.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2020, p. 44).

Segundo Bardin (2020, p. 33), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” trata-se de uma abordagem metodológica voltada para analisar e compreender o significado das comunicações, com foco na investigação de mensagens presentes em variados tipos de mídia, como textos, imagens, vídeos, entrevistas, entre outros. Essa metodologia possibilita aos pesquisadores obter informações relevantes e *insights* sobre as mensagens veiculadas em diferentes contextos.

A utilização do referencial teórico de Bardin (2020) garante validade e rigor ao processo de análise, fortalecendo a robustez da pesquisa. Assim, a integração de um método bem fundamentado, um embasamento teórico consistente e a seleção criteriosa da técnica de análise eleva a qualidade e a relevância do estudo, oferecendo uma base sólida para a interpretação dos resultados alcançados.

A análise das informações foi obtida seguindo as três etapas segundo Bardin (2020, p.128): a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados e interpretações.

Quadro 7- Possibilidades de Aplicação da Análise de Conteúdo Segundo Bardin

Pré-análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Leitura flutuante;</li> <li>● Escolha de documentos;</li> <li>● Formulação das hipóteses e objetivos;</li> <li>● Elaboração dos indicadores;</li> <li>● Preparação do material.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Revisar os documentos que serão analisados;</li> <li>● Selecionar aqueles que contenham informações relevantes para o problema identificado;</li> <li>● Formular perguntas ou hipóteses provisórias que pretendemos explorar;</li> <li>● Identificar mensagens explicitamente mencionadas;</li> <li>● Organizar e preparar o material para a análise (realizar ajustes e edições necessárias).</li> </ul>
Exploração do material	Execução organizada e consistente das decisões estabelecidas.	Uma etapa extensa que envolve a decodificação, fragmentação ou contagem, culminando na criação de categorias.
Tratamento dos resultados e interpretações	Processamento dos dados para torná-los relevantes e confiáveis.	Com resultados consistentes e confiáveis, torna-se viável sugerir intervenções e prever interpretações alinhadas aos objetivos estabelecidos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Por meio de uma adaptação que visa tornar prática a aplicação da análise de conteúdo proposta por Bardin (2020), foi elaborado um guia que facilita a realização desse processo de forma eficiente. Considerando que a essência da pesquisa qualitativa está em revelar os significados implícitos na mensagem, optou-se por “um

procedimento mais intuitivo, porém também mais flexível e adaptável a indicadores inesperados ou à evolução das hipóteses” (Bardin, 2020, p. 141). Nesse cenário, reforça-se que a abordagem qualitativa não se baseia na quantidade de participantes envolvidos.

Para a construção das categorias, seguimos um processo estruturado em etapas. Primeiro, realizamos a pré-análise, que envolveu a seleção do corpus a ser examinado. Em seguida, realizamos leituras exploratórias dos materiais, com atenção rigorosa aos documentos para evitar a perda de informações importantes. Posteriormente, avançamos para as etapas de codificação, categorização, quantificação, elaboração de inferências e, por último, a interpretação dos resultados obtidos.

Em um primeiro momento, todos os dados da transcrição que respondiam aos objetivos foram transcritos: 1º encontro para apresentação do projeto, formulário para conhecer os participantes professores e equipe diretiva, formulário para conhecer os alunos participantes da pesquisa, 2º encontro para análise documental das leis que abrangem a inclusão digital no IEEASC, documentos norteadores da escola, os temas foram organizados por diferentes cores onde 67 unidade de contexto (fragmentos ou recortes) surgiram sendo 22 descartadas devido à ausência de debates entre os participantes ou por estarem além do escopo, sendo as 45 restantes distribuídas em 6 Unidade de Registro e 2 Categorias por estarem alinhadas ao problema de pesquisa e serem provenientes das informações obtidas no Projeto de Intervenção Pedagógica conforme a frequência os dados foram reorganizados.

Então sintetizando alguns passos do meu processo de intervenção que se desdobra em quatro fontes de dados: questionário, círculos dialógicos, diário de bordo, gravação de áudio; após a intervenção e o contato com os dados realizei a descrição dos encontros e a retomada dos objetivos destacando com diferentes cores os temas que aparecem, listei as palavras destacadas, e selecionei cada tema direcionando a categoria pertencente, gerando assim a criação das categorias, o quadro das categorias e a quantidade de categorias de análise que irei abordar em meu projeto de pesquisa de intervenção: categoria 1 e categoria 2.

Após realizado o processo sintetizado acima, chegamos na lista de palavras destacadas. A unidade de contexto neste relatório dissertativo é construída a partir das transcrições dos áudios das rodas de conversa, das respostas aos questionários e das anotações do diário de bordo. Para organizar as informações em unidades de

registro, elas foram fragmentadas em partes menores e interpretadas, atribuindo-lhes significados específicos.

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro. Esta pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (Bardin, 2020, p. 133).

Abaixo, apresentamos as unidades de registro que contribuíram para a construção das categorias de análise:

Quadro 8- Construindo as categorias de análise através das unidades de registro

Unidades de Registro
Políticas Públicas de Inclusão digital
Documentos da escola
Inclusão do estágio para certificação
Perspectiva ao cursar o ETP
Incluído digitalmente
Desafios, prioridades e verbas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Após identificar a unidade de contexto, passamos à unidade de registro, analisando a frequência com que as unidades foram mencionadas pelos participantes. Essa etapa finaliza com a definição das categorias, que representa o último estágio do processo. “Categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (Bardin, 2020, p. 145).

Em anexo são apresentados os quadros de elaboração das categorias 1 e 2 estes reúnem as categorias identificadas durante os Círculos Dialógicos realizados nos Encontros da Intervenção Pedagógica. Esses quadros contêm informações sobre a unidade de contexto, a unidade de registro, a quantidade de ocorrências e a

categoria de análise. A coluna referente à frequência indica o número de vezes que a unidade de registro foi mencionada nos instrumentos de coleta, enquanto o percentual representa 100% das respostas associadas a cada categoria analisada.

## 5.5 Elaboração das Categorias

No parágrafo a seguir, são apresentadas as categorias resultantes da análise dos áudios transcritos dos Círculos Dialógicos, dos formulários e dos registros do Diário de Bordo, realizados durante os Encontros da Intervenção Pedagógica. A análise permitiu identificar as unidades de contexto, as unidades de registro, o número de citações e suas respectivas frequências. Nesse contexto, as duas categorias fundamentais que emergiram, de acordo com as necessidades do trabalho, são Estrutura e Organização dos Projetos Pedagógicos: Legislação e Diretrizes para Estágio e Políticas Públicas para Infraestrutura Educacional. A partir deste ponto, passamos à interpretação das categorias de análise, que inclui “a apresentação de um movimento dialético entre cada uma das Categorias de Análise e o referencial teórico sob a perspectiva dos objetivos e problemas norteadores da investigação” (Rodrigues, 2019, p. 39).

**Categoria 1- Estrutura e Organização dos Projetos Pedagógicos: Legislação e Diretrizes para Estágio**

Na categoria de análise em questão, conduzimos um diálogo abrangente, explorando as ocorrências distribuídas entre as três unidades de registro designadas como, conforme o quadro de categorias: políticas públicas de inclusão digital, documentos da escola, inclusão do estágio para certificação. Cabe destacar que, para a elaboração desta categoria de análise, realizamos diversas revisões, adequações e aprofundamentos dos dados, com o intuito de alcançar uma compreensão mais consistente por meio da revisão sistemática das informações obtidas.

No que se refere às políticas públicas de inclusão digital têm como objetivo principal garantir o acesso à tecnologia e à internet para toda a população, promovendo igualdade de oportunidades no uso de ferramentas digitais. Esses programas desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, ampliando o acesso à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à cultura

e à cidadania.

No decorrer da intervenção foi questionado sobre “O que você conhece sobre políticas públicas de inclusão digital na educação?” os participantes não em sua maioria não souberam opinar, A1 “*não sei responder*”, A3 “*nada*”, F1 “*desconheço*”, desconhecendo que no âmbito escolar contamos com as Políticas Públicas que são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e outras leis.

Ribeiro (2021) ao examinar o pensamento e a obra de Paulo Freire, percebe-se que, para ele, “o ato de educar e aprender é um ato político: seja para manter a estrutura social dominante e ou status quo”. Irei apresentar as respostas sobre o conhecimento de políticas públicas de inclusão digital na educação que revelam um entendimento variado entre os participantes.

Alguns demonstraram um conhecimento mais básico, mencionando apenas a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e a internet como referência. Outros associaram o tema a recursos financeiros destinados à aquisição de materiais e softwares, destacando o papel do financiamento para a infraestrutura digital.

Houve também quem tenha identificado a inclusão digital como ações e programas governamentais que buscam fornecer equipamentos digitais nas escolas.

Ainda assim, alguns admitiram ter pouco ou nenhum conhecimento, embora uma resposta indique o esforço pessoal para buscar mais informações sobre o tema. Isso sugere a necessidade de maior clareza e acesso a informações sobre as políticas públicas de inclusão digital para capacitar melhor os profissionais da educação.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 descreve em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo Art. 2º reafirma o compromisso para a formação de um cidadão preocupado em exercer a cidadania e qualificar-se para o trabalho.

Além do PNE (Plano Nacional de Educação) que determina diretrizes, objetivos e estratégias para a política educacional a cada 10 anos, procurei detalhar leis, decretos e programas durante a apresentação do projeto de pesquisa, promovendo

assim um breve conhecimentos sobre os direitos e deveres, ações, a quem beneficia, de quem é a responsabilidade e com quais recursos.

Como mencionado no capítulo Conceitos Centrais no contexto escolar, as políticas públicas representam ações e programas desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de assegurar e implementar os direitos previstos na Constituição Federal e em outras legislações. As políticas públicas estão vinculadas às políticas sociais, que tiveram sua base consolidada com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Assim, entende-se que a agenda de estudos sobre esse tema é orientada pelas próprias políticas públicas.

Segundo Neves; Cunha (2017),

Os sujeitos pesquisadores sobre inclusão digital na Educação estão preocupados com as formas de acesso, treinamento e formação, que envolvem os sujeitos investigados com as políticas públicas, os programas e os projetos de inclusão digital, assim como também como ocorrem estes aspectos no contexto escolar (Neves;Cunha, 2017,p2).

Podemos analisar o quanto é importante conhecermos as políticas públicas de inclusão digital na educação sendo elas essenciais para promover a equidade no acesso às tecnologias e à internet, garantindo oportunidades mais justas de aprendizado e desenvolvimento social. Verificando então o quanto é importante conhecermos o termo "política", pois este possui múltiplos significados e não pode ser limitado apenas ao processo eleitoral, às relações entre candidatos ao poder ou aos partidos políticos. Compreender a definição de política e explorar os diversos contextos e práticas associados ao seu conceito social, considerando seu desenvolvimento histórico, é fundamental. Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão digital vão além de garantir o acesso à tecnologia, contribuindo também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto dos círculos dialógicos da Intervenção Pedagógica, constatamos que a temática da Unidades de Registro aborda situações vinculadas aos documentos da escola, as quais foram avaliadas como altamente produtivas através de formulários preenchidos no final do círculo dialógico. Com base em algumas referências específicas, a intenção é realizar uma análise mais aprofundada, buscando compreender em detalhes as nuances relacionadas a esse tópico.

Ao responderem sobre quais documentos da escola eles conhecem, percebemos que os alunos não conhecem os documentos que regem, dirigem e

norteiam o Ensino Técnico Profissionalizante sendo coletadas as seguintes respostas: “nenhum, alguns como editais, plataforma educar, documentos de inscrição, boletins”. Ao estudarmos as leis identificamos e analisamos as que abrangem a inclusão digital no IEEASC como: Lei 14.180/2021 Política de Inovação Educação Conectada, Decreto 6.424/2008 Programa Banda Larga nas Escolas, Lei 16.089/2024 Política Estadual de Educação Profissional e Técnica, Lei 11.788/2008 Estágio de Estudantes, Lei Ordinária Municipal nº 2.826/2015 - Plano Municipal de Educação Regimento Escolar (2017), Projeto Político Pedagógico (2016), Plano dos Cursos Técnicos (2018); durante a apresentação do projeto de pesquisa foi possível comentar um breve resumo sobre as leis, decretos, programas, regimentos e plano de curso, onde os alunos agradeceram a oportunidade de poder conhecer um pouco de tais documentos, pois até o momento não tinham conhecimento da existência dos mesmos.

As leis, os decretos acima mencionados são federais ou estaduais, dentre eles temos a Lei Ordinária Municipal que trata do Plano Municipal de Educação, os demais documentos apresentados são da Escola como o Regimento, Projeto Político Pedagógico e Plano de Curso estes é de suma importância a participação da comunidade escolar para a sua escrita e atualização.

Segundo Vasconcellos, o projeto político pedagógico pode ser entendido:

como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

O projeto político pedagógico (PPP) expressa, de maneira ampla, a trajetória histórica da instituição, suas concepções filosóficas e as práticas pedagógicas que orientam suas atividades. Ele representa a identidade da escola, definindo seus objetivos, diretrizes, ações e métodos de avaliação dos processos de aprendizagem, além de traçar metas e buscar aprimoramentos.

O regimento escolar é o documento que registra o funcionamento, a estrutura, a organização e as normas de uma instituição de ensino. Nele estão estabelecidas as regras que regulam as áreas administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da escola. Este documento funciona como um guia de direitos e deveres para todos os membros da comunidade escolar.

Já o plano de curso é uma ferramenta de trabalho que tem como objetivo orientar os conteúdos, as metodologias, os procedimentos e as técnicas a serem aplicadas no processo de ensino-aprendizagem nas unidades escolares.

A elaboração destes documentos é uma tarefa desafiadora e complexa, pois exige uma constante coleta de propostas e debates, com o objetivo de integrar um trabalho educativo abrangente e autônomo, voltado para a formação cidadã. Também requer um entendimento coletivo das reais necessidades e ações da escola, levando em consideração o contexto em que está inserida por essa razão podemos destacar algumas características como: o PPP é sempre um processo em construção, o Plano de Curso tem uma particularidade deve ser atualizado de cinco em cinco anos e o Regimento Escolar deve ser sempre que necessário consultado por ser um documento da escola.

Consideramos importante ter conhecimento do quanto era sabido pelos participantes sobre os documentos escolares, o questionamento mostra uma diversidade de familiaridade entre os participantes. Alguns mencionaram documentos fundamentais, como o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP), indicando um conhecimento básico dos documentos que orientam o funcionamento da escola. Outros foram mais específicos, referindo-se a documentos relacionados aos Cursos Técnicos, como PPP específicos e Regimento dos Cursos Técnicos.

Algumas respostas, no entanto, revelaram desconhecimento ou conhecimento superficial, o que aponta para a necessidade de promover maior acesso e esclarecimento sobre os documentos escolares, fundamentais para garantir que todos os envolvidos compreendam as diretrizes e normas que orientam o ambiente educativo.

Esse cenário reforça a importância de ampliar a compreensão acerca da inclusão do estágio para a certificação, uma vez que eles estabelecem diretrizes que dialogam diretamente com a formação profissional. Nesse contexto, emerge a discussão sobre o estágio, temática relevante por relacionar-se tanto à legislação vigente quanto às expectativas dos estudantes em seu percurso formativo.

Durante a apresentação do projeto de pesquisa abordamos a Lei 11.788/2008 de Estágio de Estudantes como nosso curso não tem como exigência para certificação o estágio, mas a Lei 16.089/2024 sobre Política Estadual de Educação Profissional e Técnica sugere o estágio, consideramos importante saber a opinião dos alunos participantes da pesquisa sobre o tema estágio.

A pergunta realizada no formulário foi: Você considera importante que para certificação de conclusão do curso fosse exigido o estágio profissional? Se sim, por quê?

Dentre os quatro participantes, três consideram importante que o Curso inclua o estágio como requisito para certificação, conforme depoimentos abaixo.

A1: *“Sim, eu considero importante exigir o estágio profissional para a certificação de conclusão do curso. Acho que o estágio permite colocar em prática o que foi aprendido em sala, trazendo uma experiência que vai além da teoria”.*

A2: *“Além disso, acredito que essa vivência daria mais autonomia para resolver problemas reais, ajudando a gente a ganhar confiança e a aprender coisas novas que só o dia a dia profissional ensina”.*

A3: *“O estágio também seria uma ótima oportunidade para desenvolver habilidades práticas e avançar em nosso conhecimento, tornando o aprendizado mais completo e significativo”.*

A4: “Não”.

Dentre os professores, equipe pedagógica e diretiva, a maioria respondeu sendo totalmente favorável a realização de estágio para a conclusão do curso.

Com base nas respostas apresentadas, podemos concluir que a maioria das pessoas veem o estágio profissional como uma parte essencial para a certificação de conclusão do curso. Elas acreditam que o estágio proporciona uma experiência prática que complementa o aprendizado teórico, oferecendo uma oportunidade valiosa para ganhar autonomia, desenvolver habilidades, e aprofundar o conhecimento adquirido em sala de aula.

A Lei 16.089/2024 Política Estadual de Educação Profissional e Técnica (EPT) artigo 8º traz em sua redação no Capítulo III Da Inclusão Produtiva e Articulação com Setor Produtivo, o seguinte:

A Secretaria da Educação, por meio da Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul, fomentará e viabilizará a inclusão produtiva e a empregabilidade do estudante, por meio de programas de aprendizagem e estágio que proporcionem experiência prática e qualificação profissional, desde que não prejudiquem a matrícula, a frequência regular do estudante e o desenvolvimento da aprendizagem. (2024,p.5)

Essa percepção sugere que a inclusão do estágio como requisito para certificação não só contribuiria para a formação mais completa dos alunos, mas

também atenderia às expectativas deles em relação a uma preparação mais robusta e alinhada com a realidade profissional.

A síntese dessas respostas apresenta uma conscientização da importância do Curso Técnico em Informática, as Políticas Públicas de Inclusão Digital, os Documentos Norteadores da Escola, Inclusão do Estágio para a Certificação. Além disso, as respostas têm em comum a importância do aperfeiçoamento no uso da tecnologia e do conhecimento para a inclusão digital. Enfim, as respostas nos trazem informações preciosas quanto o que é necessário aperfeiçoar e quanto consideram importante a inclusão do estágio como requisito para certificação e prática das habilidades desenvolvidas, elementos importantes para continuidade da pesquisa-ação.

#### Categoria 2 - Políticas Públicas para Infraestrutura Educacional

Na categoria de análise em questão, conduzimos um diálogo abrangente, explorando as ocorrências distribuídas entre as três unidades de registro designadas como, conforme o quadro de categorias: Perspectiva ao cursar o ETP, Incluído digitalmente, Desafios prioridades e verbas. Cabe destacar que, para a elaboração desta categoria de análise, realizamos diversas revisões, adequações e aprofundamentos dos dados, com o intuito de alcançar uma compreensão mais consistente por meio da revisão sistemática das informações obtidas.

No que se refere à Perspectiva ao cursar o ETP, podemos observar nos recortes dos fragmentos que a busca está voltada principalmente para o aperfeiçoamento, o que nos conduz à análise do perfil dos alunos e de suas respostas ao seguinte questionamento: “Qual sua perspectiva ao cursar o Curso Técnico em Informática?”, um dos alunos participantes respondeu não saber qual sua perspectiva ao cursar o Curso Técnico de Informática, mas os demais afirmaram estar cursando por gostarem da área de informática, desejosos de aperfeiçoarem seus conhecimentos além de expressarem felicidade por estarem realizando o curso.

Conforme Freire (2000, p.26):

A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador.

Muitos são os obstáculos a serem superados quando se chega num Curso Técnico, muitas vezes os alunos além de estudar precisam trabalhar para ajudar a família, moram distante da escola, não possuem meios de transporte para o deslocamento, pois o governo oferta transporte até o ensino médio e enfrentam dificuldades na aprendizagem por estarem a algum tempo sem estudar ou por terem concluído o Ensino Médio através da modalidade EJA. Assim como nos diz Freire (1996, p.47) saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

É preciso conhecer nossos alunos para podermos despertar curiosidade pelo conhecimento, a teoria é importante sim e exige rigor, mas precisa ser de uma maneira leve que possibilite novas perguntas e respostas, construindo novos métodos de aprendizagem, assim então construindo novos conhecimentos, por isso a importância de se conhecer a realidade do aluno e construir a aprendizagem a partir do conhecimento já adquirido. Nesse sentido, compreender quem são nossos alunos também envolve identificar como se relacionam com as tecnologias e de que forma se percebem nesse processo de inclusão digital, aspecto fundamental no contexto da formação técnica.

Dando seguimento a nossa pesquisa, questionei nossos alunos se eles consideravam-se incluídos digitalmente, três dos quatro participantes disseram que sim, um deles respondeu que sim e justificou sua resposta dizendo que utiliza e-mail e senhas.

Para Sorj, Guedes (2025, p.103) identificar as pessoas incluídas, o critério geralmente utilizado é o número de computadores por domicílio e/ou de computadores por domicílio com acesso à Internet.

Durante a análise dos dados coletados a pergunta acima foi realizada e poderemos analisar as respostas ao questionamento, mas é importante esclarecermos o que é inclusão digital e quais critérios podemos definir para nos consideramos incluídos ou não digitalmente, pois temos de considerar que além de possuímos ou não computadores, celular podemos utilizar os espaços coletivos para acessar a rede mundial de computadores.

A inclusão digital é o uso democrático dos meios tecnológicos nos espaços públicos e privados possibilitando o acesso a bens, produtos e serviços de diferentes naturezas de forma segura e eficiente. Como nos esclarece Oliveira, Silva, Borges (2021, p.3):

[...] quando se fala em analfabetismo digital, fala-se em uma sociedade despreparada para ler o conteúdo digital, utilizar os softwares aplicativos como editores de texto, planilha de cálculos, apresentação de slides e manter em segurança seus perfis na rede web.

Estamos vivendo uma era em que o fluxo de informações está em constante crescimento, movimento e velocidade. Esse fluxo se espalha por diversos meios de comunicação, que surgiram no século XX e se expandiram no século XXI, impulsionados pelo advento e pela adoção das novas tecnologias digitais no nosso dia a dia. Essas inovações transformaram a forma como nos conectamos e interagimos, tornando a comunicação mais rápida e acessível, além de permitir que informações sejam compartilhadas instantaneamente, moldando a maneira como percebemos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

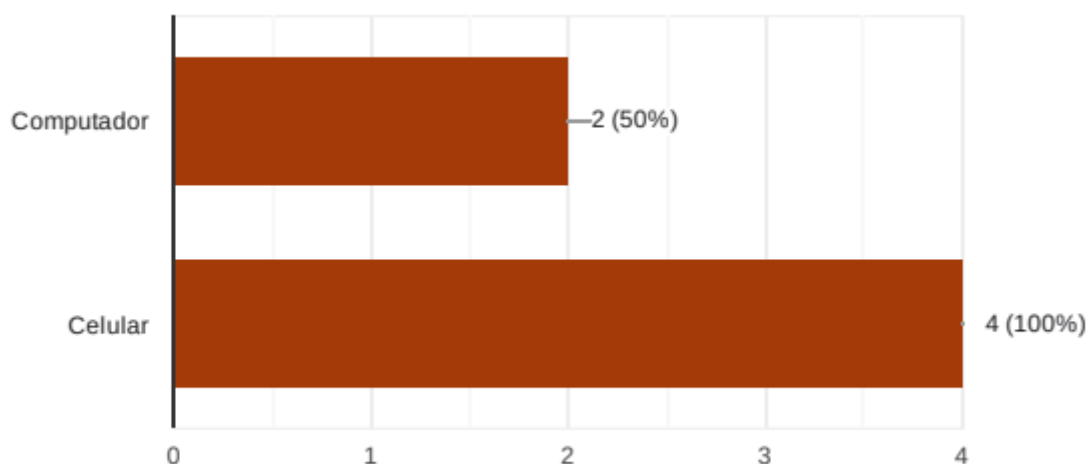
Muitos de nossos alunos sabem utilizar o computador ou celular, mas não sabem utilizar *softwares* e aplicativos para atividades escolares ou no trabalho, e navegam pela internet descuidando-se dos seus perfis.

Um dado importante que foi coletado: Quais dispositivos você utiliza para estudar?

Nossos alunos utilizam como ferramenta de estudo o computador e o celular, sendo duas ferramentas bem distintas para acessar os *softwares* aplicativos que possibilitam o desenvolvimento de planilhas eletrônicas, banco de dados, editores de textos; com sistemas operacionais bem diferentes impactando na aprendizagem e domínio dos mesmos.

Conforme a figura abaixo podemos analisar que esta utilização está bem dividida.

Figura 17- Quais dispositivos você utiliza para estudar?



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O IEEASC disponibiliza para os alunos do Curso Técnico em Informática laboratório de informática fixo e móvel para desenvolvimento das atividades escolares, o mesmo conta com 24 computadores de mesa com softwares aplicativos, e softwares para desenvolvimento de programas e internet; 60 chromebooks compõem o laboratório móvel onde seus armários de carregamento e armazenamento ficam na biblioteca.

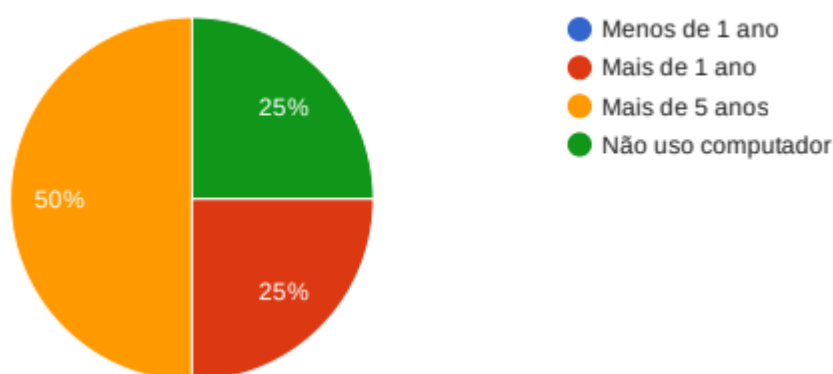
Os dispositivos mencionados podem ser utilizado durante as aulas ou em turno inverso para a realização de atividades escolares, mas é importante registrar que os chromebooks não possibilitam a instalação do software utilizado para desenvolvimento de programas utilizado pelo Curso, pois é um notebook concebido pela empresa Google e conta com o sistema operacional Chrome OS.

Com recursos simplificados para acessar a internet, o computador conta com um sistema de login integrado com as contas educacionais de professores e alunos na época da distribuição para as escolas, os mesmos tinham o uso específico para as aulas remotas na rede estadual de ensino. Com o equipamento, é possível acessar os serviços on-line de todas as ferramentas da plataforma Google Sala de Aula e das ferramentas do Google for Education.

Foi questionado sobre o tipo de dispositivo que a pessoa está a utilizar, sendo importante questionar há quanto tempo utiliza o computador para obter uma visão mais clara da sua experiência e familiaridade com o equipamento. Esta pergunta foi importante, pois ajudou a entender o nível de conforto do utilizador com o

equipamento, o que pode influenciar a forma como responde a questões técnicas ao usar este tipo de ferramenta. Como podemos observar na figura abaixo, metade dos nossos alunos manuseiam o computador a mais de cinco anos correspondendo a 50% dos participantes, 25% mais de um ano e 25% não usa computador.

Figura 18- A quanto tempo você faz uso do computador?



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O espaço escolar muitas vezes é o local onde o aluno terá acesso pela primeira vez com computadores de mesa, chromebook, pois muitos chegam ao laboratório sem saberem ligar ou desligar os computadores, não reconhecem o movimento do mouse na tela, abrir e fechar programas, armazenar seus documentos, localizá-los quando necessário, por não saberem realizar tais atividades sentem-se excluídos digitalmente, segundo Oliveira, Borges e Lima (2021, p.6) quem não lê e não domina os conteúdos da informática, não sabe ou não utiliza a Internet é considerado um analfabeto digital, e ele é uma consequência da exclusão digital.

A escola e o professor desempenham um papel fundamental como mediador na construção do conhecimento dos alunos, proporcionando o suporte necessário para que adquiram diversas competências tecnológicas. Desde a execução de tarefas simples, como a utilização de textos, planilhas, e slides, até à gestão de armazenamento em nuvem, esses conhecimentos não só desenvolvem habilidades práticas, mas também preparam os alunos para uma inclusão digital mais ampla e ativa.

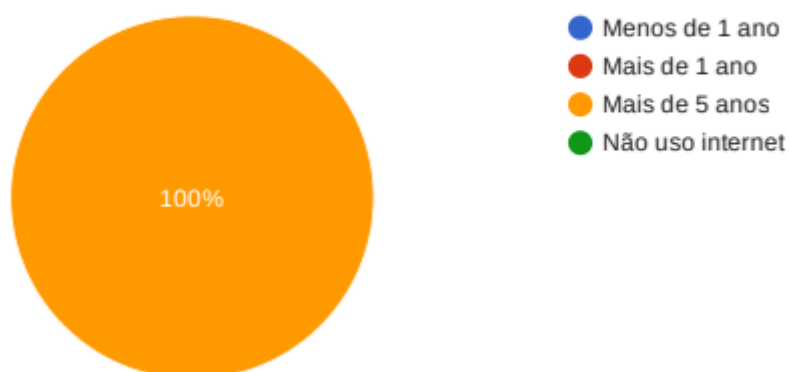
Segundo Oliveira, Borges e Lima (2006, p. 6):

Inclusão digital é o processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. A inclusão digital é a leitura e compreensão dos meios digitais, saber utilizá-los, manusear da melhor forma as ferramentas, usufruindo de todos os recursos que o mesmo disponibiliza com segurança é a porta de entrada para o mundo digital.

Sendo assim, a inclusão digital refere-se ao processo de garantir que todos os indivíduos tenham acesso e possam utilizar tecnologias digitais de forma eficaz. Este conceito abrange não apenas o acesso a dispositivos e à internet, mas também a capacidade de utilizar essas ferramentas para fins educativos, profissionais e pessoais. Considera-se, ainda, a importância das políticas públicas educacionais como instrumentos de promoção da inclusão digital, contribuindo para a construção de ambientes mais justos e equitativos, nos quais todos os alunos possam usufruir das oportunidades oferecidas pela era digital.

Conforme nos apresenta a figura abaixo todos os alunos têm acesso à internet há mais de cinco anos, o que ressalta o quanto ela se tornou parte integrante do dia a dia, influenciando e enriquecendo diversas atividades. A internet facilita o acesso ao conhecimento, conecta pessoas, apoia o desenvolvimento educacional e amplia horizontes, provando ser uma ferramenta essencial e transformadora em nossa rotina.

Figura 19- A quanto tempo você utiliza a internet?



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme Bolina e Oliveira:

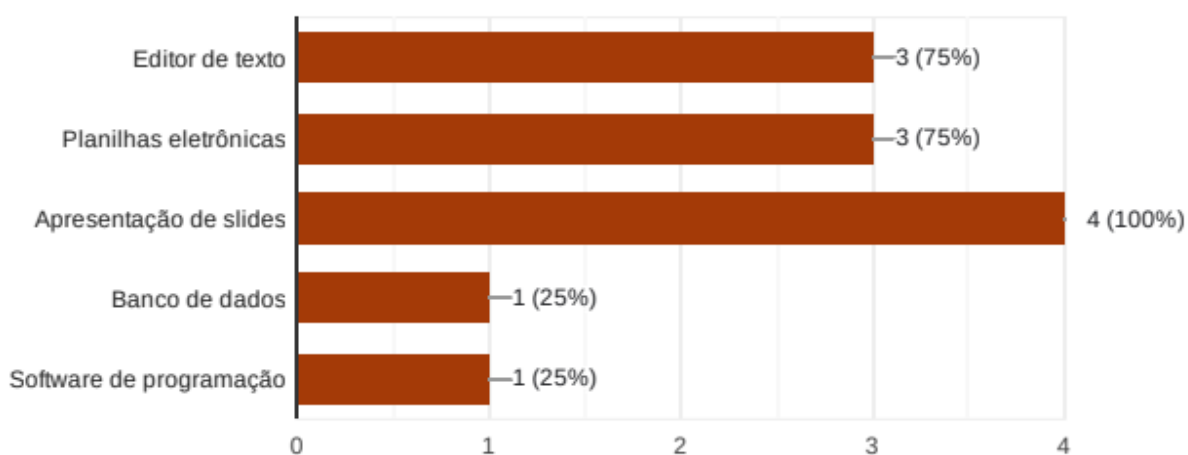
É necessário perceber que os espaços tecnológicos, nas escolas, configuram centros públicos de acesso às TIC e, portanto, de constituição da cultura digital, além da possibilidade de se constituírem efetivamente em espaços

pedagógicos com as tecnologias disponíveis para a mobilização das aprendizagens dos alunos. (2011, p.42).

Sendo a internet uma vasta rede global que possibilita que computadores e dispositivos se conectem em tempo real e explorem conteúdos e espaços desconhecidos, contribuindo com pesquisas e novos conhecimentos. Desde a sua criação, a internet revolucionou a forma como interagimos, trabalhamos, aprendemos e consumimos informações. Sendo utilizada nos espaços escolares como forma de pesquisa e aperfeiçoamento de algumas habilidades, consideramos importante conhecer a quanto tempo os alunos utilizam este instrumento.

Quando falamos em tecnologias estamos nos referindo aos diferentes tipos de hardwares (periféricos) e softwares (aplicativos, operacionais). Os Softwares aplicativos são um conjunto de instruções colocadas em ordem lógica que quando executada, a sequência de comandos presente nele controla o computador de modo a levá-lo a realização de tarefas de maneira eficiente e rápida, que para o ser humano seria de maneira difícil e morosa conforme figura abaixo.

Figura 20- Você conhece os aplicativos abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os softwares avaliados incluem, apresentação de slides: utilizado por todos os quatro participantes (100%), o que indica ser a ferramenta mais popular entre os avaliados. Já o editor de texto e as planilhas eletrônicas, ambos têm três usuários (75%), demonstrando uma alta preferência, embora ligeiramente menor que a de apresentação de slides. O Banco de dados e o software de programação cada um tem

apenas um usuário (25%), sugerindo um menor número de conhecimento da ferramenta entre os participantes.

A figura acima demonstra que as ferramentas de apresentação, edição de texto e planilhas eletrônicas são amplamente utilizadas, enquanto banco de dados e software de programação têm uso mais específico, não sendo de conhecimento dos alunos do Curso Técnico em Informática.

Conforme Oliveira, Borges e Lima:

Pensando na inclusão digital, na necessidade do uso de computadores nos espaços escolares, faz-se visível a aprendizagem dos alunos, para que estes possam estar atualizados diante das novas tecnologias e saberem como usufruir com qualidade e segurança todos os recursos que esta ferramenta oferece no seu conjunto dentre software, hardware e tecnologias de informação e comunicação (TCIs) e a capacitação dos discentes para a mediação desta aprendizagem. (2021,p.12)

O Curso Técnico em Informática tem como objetivo formar profissionais com habilidades no desenvolvimento de softwares de programação e traz em seu plano de curso o software como referência para desenvolvimento da programação o software de desenvolvimento Visual Basic (VB), este programa possibilita desenvolver uma linguagem de programação e foi desenvolvido pela Microsoft, originalmente criada para facilitar a criação de aplicativos Windows. Sendo compreensivo que apenas 25% dos participantes tenham conhecimento sobre este tipo de software, pois a utilização deste começa apenas na segunda etapa do curso e os participantes da pesquisa encontram-se na primeira etapa do curso.

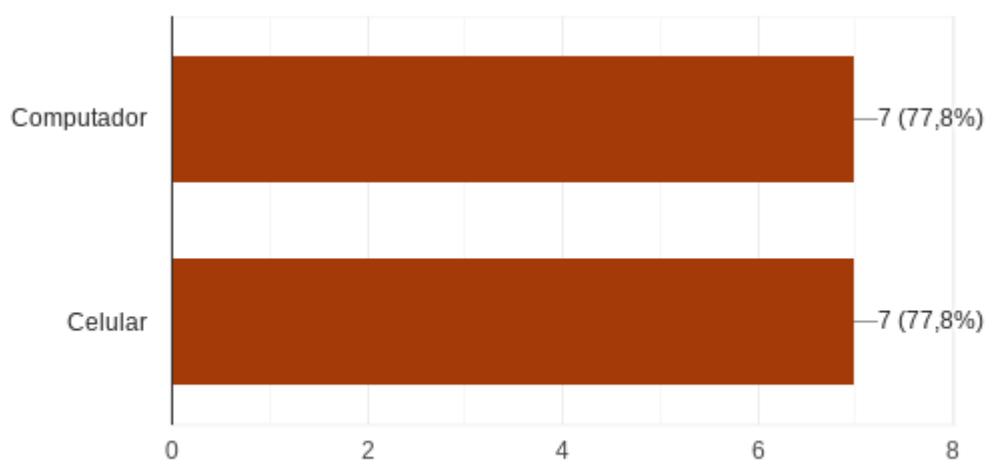
Para desenvolver outros componentes, ele utiliza o pacote da Microsoft, mais conhecido como Microsoft Office ou Microsoft 365. Essa suíte de aplicativos de produtividade, criada pela Microsoft, é voltada para diversas tarefas empresariais, educacionais e pessoais. O pacote é amplamente utilizado por sua funcionalidade completa e pela integração prática entre os programas, o que facilita a criação, edição, gerenciamento e compartilhamento de documentos. Com ele, é possível acessar ferramentas essenciais como editor de texto, planilhas, apresentações de slides e banco de dados – recursos que são considerados aplicativos indispensáveis para o dia a dia.

Já os demais aplicativos como apresentações com 100% são softwares utilizados desde o ensino fundamental mais explorado pelos participantes, os editores

de texto e planilhas eletrônicas oferecem uma ampla gama de recursos onde muitos ainda não conhecem ou dominam como apresenta a figura acima com 75%.

Na nossa equipe, o computador é o dispositivo mais utilizado para o trabalho, com 77,8% dos profissionais dependendo dele para suas atividades, o que facilita o desenvolvimento de materiais, planejamento de aulas e tarefas administrativas, como nos apresenta a figura abaixo.

Figura 21- Qual dispositivo utiliza para trabalho?

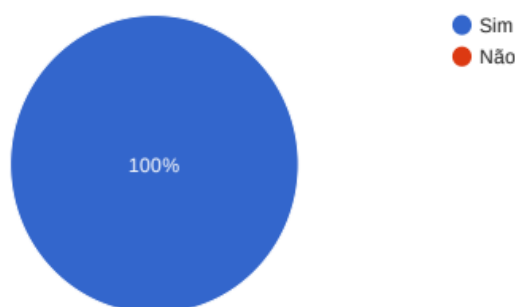


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O celular também é uma ferramenta comum, usada por 77,8% dos colaboradores, mostrando-se especialmente útil para comunicação rápida e acesso imediato a informações e recursos digitais. Essa combinação de dispositivos permite que nossa equipe mantenha uma comunicação ágil e uma organização eficiente, atendendo às necessidades da escola com praticidade e versatilidade.

A utilização da internet por 100% dos professores e da equipe diretiva transforma a dinâmica educacional, proporcionando acesso contínuo a recursos didáticos, ferramentas de comunicação e plataformas de gestão escolar. Esse uso completo da internet facilita o planejamento colaborativo, a pesquisa por novas metodologias e a troca de boas práticas entre os educadores. Como análise deste dado temos a resposta ao questionamento como nos mostra a figura abaixo.

Figura 22- Você utiliza internet?

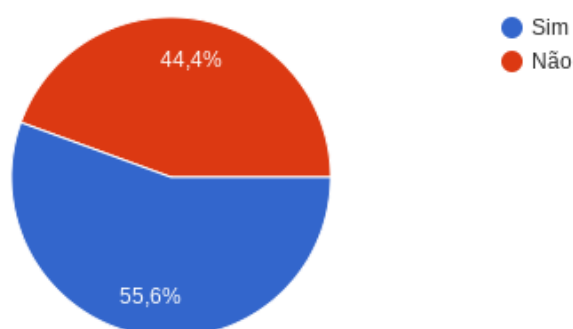


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Além disso, possibilita a implementação de aulas mais interativas e atualizadas, conectando alunos a conteúdos multimídia e recursos digitais em tempo real. A internet, assim, torna-se uma ferramenta essencial para uma educação mais conectada, acessível e relevante para as demandas do mundo atual.

Perguntamos aos professores e à equipe diretiva se, em sua formação inicial, tiveram oportunidade de estudar sobre o uso da tecnologia digital na educação. As respostas revelaram um cenário interessante: 55,6% disseram que sim, enquanto 44,4% responderam que não (figura 23).

Figura 23- Em sua formação inicial você estudou sobre o uso da tecnologia digital na educação?



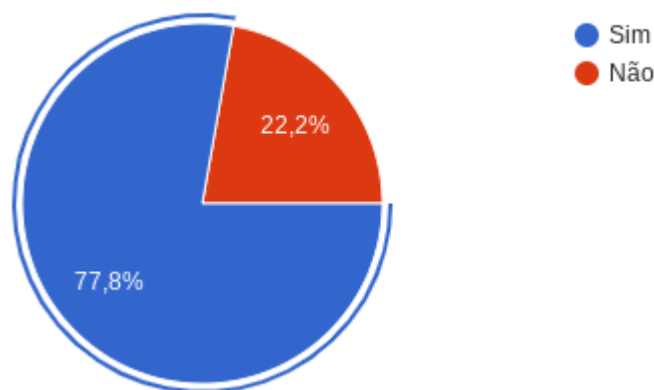
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses dados mostram que, embora a maioria tenha tido algum contato com a tecnologia digital em sua formação, ainda existe uma parcela significativa que não

teve essa experiência. Em seguida questionamos se possuía alguma formação anterior, em recursos digitais, e os percentuais foram os mesmos reafirmando e refletindo a importância de investir na formação contínua, para garantir que todos se sintam preparados e à vontade para incorporar ferramentas digitais no ambiente educacional. Além disso, outro dado importante analisado é a realização das formações disponibilizadas pelo governo estadual, referentes ao letramento digital quando questionado os professores e equipe diretiva 66,7% responderam que sim, enquanto 33,3% disseram que não, esse dado destaca a importância de incentivar a adesão a esses programas, que são essenciais para fortalecer o uso das tecnologias digitais na educação e contribuir para um ensino mais conectado e atualizado.

Perguntamos se, além das formações de letramento digital, os professores e a equipe diretiva buscaram outros cursos de aperfeiçoamento, e os resultados foram animadores: 77,8% responderam que sim, enquanto 22,2% disseram que não como dado analisado trouxemos a figura 24.

Figura 24- Além do letramento digital, você foi em busca de outros cursos de formação?

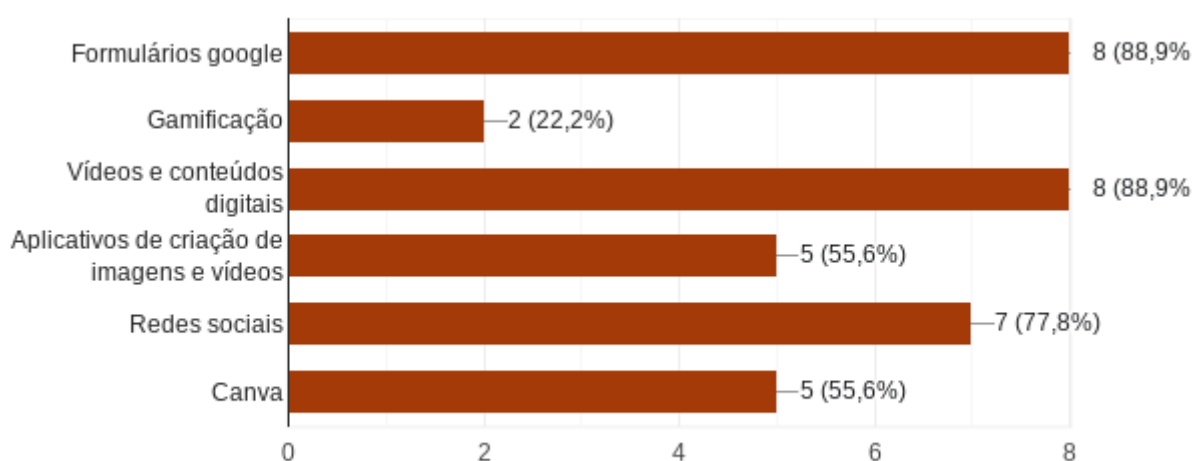


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses dados indicam que a maioria está comprometida com o desenvolvimento profissional e com o aprendizado contínuo, buscando aprimorar suas práticas pedagógicas para melhor atender às demandas atuais. No entanto, ainda há uma parcela que não recorreu a essas oportunidades, reforçando a importância de apoiar e incentivar a formação contínua para todos os profissionais da educação.

A figura abaixo mostra o nível de utilização de diferentes ferramentas e recursos digitais pelos professores e equipe diretiva. Observa-se que os "Formulários Google" e os "Vídeos e conteúdos digitais" são os mais populares, com 88,9% de adesão cada um, indicando que esses recursos são amplamente usados para coleta de dados e suporte audiovisual nas aulas.

Figura 25- Quais ferramentas tecnológicas de ensino abaixo você já fez uso?



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Já as "Redes sociais" também têm alta adesão, com 77,8%, sugerindo que são utilizadas para comunicação e engajamento com os alunos. Já os "Aplicativos de criação de imagens e vídeos" e o "Canva" foram utilizados por 55,6% dos participantes, mostrando que a metade dos educadores busca aprimorar a apresentação visual do conteúdo. Por outro lado, a "Gamificação" é a menos explorada, com apenas 22,5% de uso, indicando uma oportunidade para expandir essa abordagem e tornar as aulas mais interativas e envolventes.

A reflexão sobre a inclusão digital dos alunos evidencia avanços importantes, mas também aponta para lacunas que não podem ser ignoradas. As respostas sobre os maiores desafios enfrentados pela escola atualmente revelam preocupações que vão desde problemas de infraestrutura até questões de tecnologia e engajamento dos alunos, mostrando que a efetiva inclusão tecnológica depende tanto da familiaridade dos estudantes com os recursos digitais quanto do suporte institucional para garantir condições adequadas de aprendizagem.

A conclusão das obras de infraestrutura é uma prioridade apontada por vários, o que sugere que a estrutura física da escola ainda precisa de melhorias. Além disso, a falta de recursos para aquisição de equipamentos tecnológicos e de um técnico especializado para manutenção dos computadores foram destacados como obstáculos para a inclusão digital e a qualidade das aulas, especialmente no curso de informática. O sinal de internet fraco como resposta ao questionário: sinal da internet péssimo P8, P9; que limita o acesso dos alunos, é outro desafio mencionado, refletindo a dificuldade em oferecer uma experiência de aprendizado conectada e atualizada.

A motivação dos alunos e o incentivo para que frequentem e concluam sua formação também surgem como uma preocupação, indicando a necessidade de estratégias para aumentar o comprometimento e a permanência dos estudantes. Esses desafios mostram a importância de investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia e apoio aos alunos para que a escola consiga atender plenamente às suas demandas educacionais.

As respostas sobre as prioridades da escola em termos de recursos e orçamento refletem uma percepção limitada e, em alguns casos, uma falta de clareza sobre o planejamento financeiro disponível. Algumas respostas indicam que a escola recebeu valores modestos, como R\$ 700,00 usados para materiais básicos como folhas de ofício; a participante P8 comentou que a única verba recebida foi para insumos no valor de R\$ 700,00 que a única coisa neste valor possível de comprar foram folhas de ofício sendo que naquele momento o que mais estávamos necessitando era de livros.

A participante P8 compartilhou suas impressões, afirmando: "*nós não recebemos livros para ser utilizado no curso técnico a gente tem comprar*"; dentre outras prioridades está a internet, onde P8 contribui afirmando que: "*a internet utilizada no laboratório é paga com o recurso da política de educação inovação conectada*". No entanto, a maioria das respostas indica desconhecimento ("Não sabemos" e "Não"), revelando uma possível necessidade de maior transparência ou comunicação sobre o orçamento escolar, conforme participante P5: "*o recurso é insuficiente*". Essa falta de conhecimento sobre os recursos disponíveis pode impactar o planejamento e a execução de melhorias essenciais, mostrando a importância de um diálogo mais claro entre a administração e a equipe para alinhar as necessidades com as prioridades orçamentárias.

O Curso Técnico em Informática é visto como uma perspectiva de *upgrade* para os alunos aberto a toda comunidade Arroio Grandense sendo um curso técnico reconhecido pelo MEC que proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências na área de informática de forma que possam conquistar melhores oportunidades, além de atuar de maneira crítica na sociedade, contribuindo, inclusive, para sua transformação.

Assim, o Curso Técnico promove uma educação profissional que, além de proporcionar formação técnica, também atenda o papel social da escola, capacitando os egressos desses cursos a atuarem como profissionais com autonomia, pensamento crítico e o compromisso de transformar a sociedade em que estão inseridos.

Quando abordado o tema sobre inclusão digital, percebe-se que os professores possuem conhecimento que atendem as necessidades burocráticas de suas funções, mas que este recurso é pouco utilizado nas salas de aula. Os desafios, prioridades e verbas impactam diretamente na aprendizagem impossibilitando a atualização da infraestrutura do laboratório de informática utilizado para as aulas práticas do Curso Técnico de Informática, causando frustração por parte dos professores e alunos.

## 6 O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS DA ESCOLA?

Dentre algumas leis que foram analisadas na escrita de meu projeto algumas merecem uma atenção maior, pois são elas que auxiliam e regulamentam o Ensino Profissionalizante Técnico como: Lei nº 14.180, Decreto 6.424/2008, Lei 16.089/2024, Lei ordinária Municipal nº 2826/2015, Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, Plano dos Cursos Técnicos.

Quadro 9– Análise documental das leis que abrangem a inclusão digital

Quem participa	Ação	Atender a quem	Quais recursos
Lei 14.180/2021 Política de Inovação Educação Conectada	Recurso que subsidia a internet no ambiente escolar	Comunidade escolar: professores, alunos, equipe diretiva pedagógica	Federal

Decreto 6.424/2008 Programa Banda Larga nas Escolas	Recurso que subsidia a internet do laboratório de informática	Alunos	Federal
Lei 16.089/2024 Política Estadual de Educação Profissional e Técnica	Qualificar, monitorar e avaliar o Ensino Técnico Profissionalizante	Alunos	Estadual
Lei 11.788/2008 Estágio de Estudantes	Estabelece as condições e regras para a realização de estágios, buscando garantir a complementação educacional e a inserção dos estudantes no mercado de trabalho.	Alunos	Instituição pública ou privada
Lei Ordinária Municipal nº 2.826/2015 - Plano Municipal de Educação	Parceria com a rede Estadual para melhorar a qualidade de ensino e garantir a permanência do aluno.	Alunos	Municipal
Regimento Escolar (2017)	O Regimento escolar apenas menciona que oferta Cursos Técnicos, mas não descreve nada sobre os mesmos.	Equipe diretiva pedagógica, professores e alunos	Normativo e Administrativo
Projeto Político Pedagógico (2016)	O PPP não apresenta a portaria que autoriza o curso, apenas menciona no subitem níveis e modalidades como ensino oferecido.	Equipe diretiva pedagógica, professores e alunos	Documento norteador da escola

Plano dos Cursos Técnicos (2018)	O PCT encontra-se desatualizado, pois o mesmo deve ser atualizado de 5 em 5 anos.	Equipe diretiva pedagógica, professores e alunos	Normativo e Administrativo
----------------------------------	---	--	----------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após realizar a análise de conteúdo dos documentos que compuseram os círculos dialógicos de política que foram os temas de nossos encontros síncronos e assíncronos com equipe diretiva pedagógica, alunos e professores, irei organizá-los para serem analisados no grupo em nossos encontros. Para isso, utilizarei a metodologia de Análise de Conteúdo que Bardin (1977, p. 42) define como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na análise de conteúdo dos documentos foram identificadas algumas demandas tais como: a internet da escola não é suficiente para toda comunidade escolar, a internet do laboratório não é suficiente para o número de computadores de mesa existente no espaço físico, o Curso Técnico não exige estágio para sua certificação mesmo a legislação a propondo como forma de preparação para o trabalho produtivo em contraponto o município propõe como estratégia a contratação de estagiários através de firma terceirizada. O Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) contemplam muito pouco em sua redação sobre os Cursos Técnicos. Além disso, o PPP encontra-se desatualizado, tendo sua última versão elaborada em 2016. O Plano de Curso dos Técnicos também encontra-se desatualizado, pois o mesmo deve ser renovado de cinco em cinco anos e sua última atualização foi em 2018 e para sua aprovação alguns itens devem ser observados como descrevo na Constituição dos Cursos Técnicos de Informática a biblioteca deve ter um acervo físico ou virtual específico e atualizado, um laboratório de informática com hardwares e programas específicos com softwares para desenvolvimento de programas e internet, um laboratório de montagem e reparação de computadores e periféricos.

## 7 PRODUTO FINAL

Nossa pesquisa teve início com o propósito de compreender como o IEEASC implementa as políticas públicas na inclusão digital no ensino técnico profissionalizante. Inicialmente, a proposta era elaborar um plano de ação que apoie a gestão escolar na inclusão digital através de ações e monitoramento do uso das ferramentas digitais que a escola tem a oferecer aos alunos do Curso Técnico em Informática.

No entanto, ao longo do processo investigativo que incluiu a análise de legislações pertinentes ao ensino profissionalizante, como a Lei nº 14.180, o Decreto nº 6.424/2008, a Lei nº 16.089/2024, a Lei Ordinária Municipal nº 2826/2015, bem como documentos internos da escola, como o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano dos Cursos Técnicos, identificou-se uma importante lacuna: a ausência de um capítulo específico e atualizado sobre o Curso Técnico em Informática no PPP da instituição.

Essa constatação revelou uma fragilidade na representação institucional do curso, comprometendo sua visibilidade e, potencialmente, o alinhamento pedagógico com as diretrizes da educação técnica e profissional. A partir dessa constatação, e com base nas sugestões apresentadas pela Banca de Qualificação, em especial a indicação de que *“a revisão do projeto político-pedagógico da escola seja apontada como resultado, inclusive como produto da pesquisa”*, decidimos então redirecionar o foco do produto final da dissertação.

Assim, optamos por elaborar um capítulo específico para o PPP, dedicado ao Curso Técnico em Informática, que agora se configura como o produto final desta pesquisa. Esse capítulo foi construído com base nas discussões teóricas, nos dados empíricos obtidos e nas contribuições dos sujeitos envolvidos no estudo, representando uma resposta concreta às necessidades da instituição e um instrumento de fortalecimento da identidade e qualidade do curso ofertado.

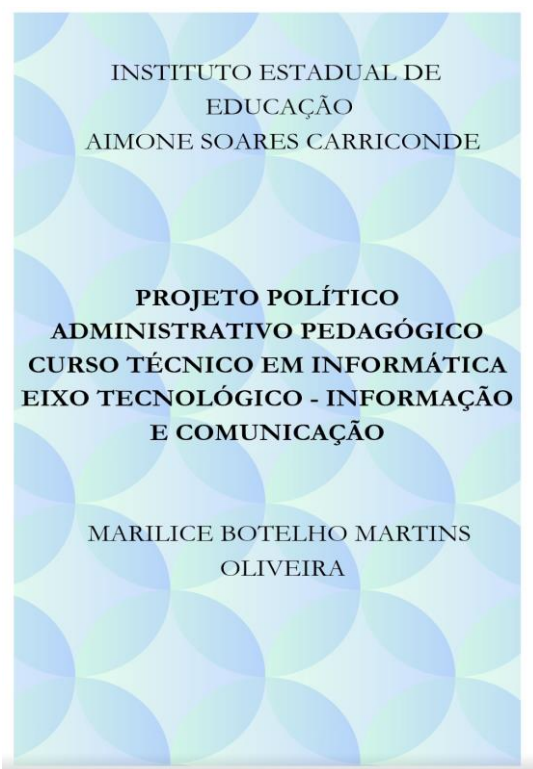
Acesse o E-book pelo LINK:

[https://www.canva.com/design/DAGyNr8EfEM/ZQ3uckGlgfF7YSSjKkZCSA/view?utm\\_content=DAGyNr8EfEM&utm\\_campaign=designshare&utm\\_medium=link2&utm\\_source=uniquelinks&utm\\_id=hea836c79af](https://www.canva.com/design/DAGyNr8EfEM/ZQ3uckGlgfF7YSSjKkZCSA/view?utm_content=DAGyNr8EfEM&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utm_id=hea836c79af)

Acesse o E-book pelo QR CODE:



Figura 26- Capa E-book



Fonte: elaborado pela autora (2025)

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa desenvolvida possibilitou a compreensão acerca da contribuição da gestão escolar para a efetivação das políticas públicas de inclusão digital no contexto do ensino técnico profissionalizante. A abordagem qualitativa adotada fundamentou tanto a investigação teórica quanto a prática. Destaca-se, ainda, a releitura crítica das abordagens da Pedagogia Tradicional Liberal e da Pedagogia Crítica, que

proporcionou uma base sólida para a reformulação e fortalecimento do produto final.

O estudo foi conduzido no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde, onde se buscou compreender como o curso técnico em informática, instituído em 2002, vem enfrentando os desafios contemporâneos da inclusão digital. A análise evidenciou que a gestão escolar exerce um papel estratégico ao articular recursos, práticas pedagógicas e diretrizes institucionais, favorecendo a consolidação de políticas educacionais voltadas à formação técnica.

Os dados coletados permitiram constatar que são muitos os limites acerca da inclusão digital, mas também evidenciou o compromisso da gestão escolar neste processo, como elemento fundamental. A investigação evidenciou avanços e limitações na implementação das políticas públicas de inclusão digital, apontando desafios como a precariedade da infraestrutura tecnológica, as desigualdades socioeconômicas que afetam o acesso dos estudantes aos recursos digitais e a insuficiência de formação continuada voltada ao uso pedagógico das tecnologias. A análise dessas questões revelou a centralidade da gestão escolar como mediadora entre as demandas locais e as orientações das políticas públicas, sendo essencial a atuação conjunta entre gestão, docentes e comunidade escolar para garantir a efetividade dessas ações.

A reflexão empreendida no decorrer da pesquisa permitiu compreender que a gestão escolar, ao assumir uma posição central nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, contribui de maneira decisiva para a construção de um ambiente educacional democrático, inclusivo e comprometido com a aprendizagem. A inclusão digital, nesse cenário, assume um papel essencial, entendida como a garantia do acesso equitativo às tecnologias da informação e comunicação, promovendo não apenas o uso técnico, mas o desenvolvimento da cidadania e a participação crítica na sociedade digital.

As políticas públicas educacionais analisadas revelaram-se como instrumentos fundamentais para a promoção da equidade, da permanência e da qualidade na educação. No entanto, os desafios ainda persistentes como a escassez de recursos, a falta de conectividade adequada, e a carência de investimentos estratégicos reforçam a necessidade de ações estruturais que priorizem o fortalecimento da educação profissional como via de emancipação social.

A investigação também evidenciou que, apesar dos avanços conquistados, a realidade educacional ainda convive com contradições marcadas pela exclusão,

evasão escolar e dificuldades no acesso pleno aos direitos sociais básicos. Esse contexto reforça a urgência de políticas mais integradas e sensíveis às realidades locais, capazes de garantir a todos os estudantes o direito à educação digital de qualidade.

O produto educacional desenvolvido ao longo da pesquisa responde a uma necessidade concreta identificada no processo investigativo. Elaborado com base em escuta ativa, fundamentação teórica consistente e análise dos dados empíricos.

Configura-se como uma proposta prática de intervenção, orientada pelos princípios da pesquisa-ação. Trata-se, portanto, de uma contribuição efetiva ao cenário educacional estudado, reafirmando o compromisso com a transformação social por meio da educação e da inclusão digital.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018

ALMEIDA, Alexandre Marchiori de. **A produção científica sobre currículo na educação profissional técnica de nível médio**: foco no curso de informática. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2020. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9348811](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9348811). Acesso em: 27 fev. 2025.

ARROIO GRANDE. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 2.826. 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação, para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.arroiogrande.rs.gov.br/legislacao/leis-municipais/13/2015>. Acesso em: 14 abr. 2024.

**Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. ISBN: 978-65-87878-08-9. Edição: 7º ed.09.2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/arroz>. Acesso em: 16 jun 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOLZAN, Marcelo Silva. **A prática docente e as ferramentas de aprendizagem**. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2023. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13770063](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13770063). Acesso em: 30 out. 2024.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. **Inclusão digital, polêmica contemporânea**: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (org.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

BOYER, Carl B.; MERZBACH, Uta C. **História da matemática**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos AVAMEC**. 2022. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/curso/listar> . Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 4.024. 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm) . Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei no 9.394. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) . Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 06 jun. 2024.

BRASIL. **Parecer Homologado Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 3/10/2022**. Seção 1, Pág. 55. Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category\\_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Digital** - Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 14.180/2021. **Política de Inovação Educação Conectada**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14180.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14180.htm). Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 26 set. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 9 jun. 2025. BRASIL.

Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. **Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Computação na Educação Básica: complemento à BNCC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2022-pdf/236791-anexo-ao-parecer-cneceb-n-2-2022-bncc-computacao/file>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que dispõe sobre incentivos fiscais para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 66, p. 2, 7 abr. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6424.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6424.htm). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 41, 26 dez. 2017. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/17676704](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/17676704). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 49, 18 dez. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55821513](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55821513). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#estrutura>. Acesso em: 10 jun. 2025.

**BRASIL**. Ministério da Educação. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT*. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=82>. Acesso em: 6 mar. 2024.

**BRASIL**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.769, de 27 de junho de 2003. Regulamenta o art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que dispõe sobre incentivos fiscais para empresas que realizem reinvestimentos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 122, p. 2, 30 jun. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4769.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4769.htm). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Banda Larga nas Escolas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/15808-programa-banda-larga-nas-escolas>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CARIBÉ, Roberto; CARIBÉ, Carlos. **Introdução à Computação**. 1º ed. FTD, 1996.

CASTRO, Andréa Direne da Matta; GAUTHIER, Leliana de Sousa. **Coordenação Pedagógica E Mediação Tecnológica - Interface Na Perspectiva De Uma Educação Inclusiva**. DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 314-321. ISBN: 978-85-232-0928-5. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-29.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

**Computacional Educação em Computação:** Computação na Educação Básica. Disponível em: <https://www.computacional.com.br/> . Acesso em: 24 nov. 2023.

COSTA, Lúcia Margarete. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) - Expansão, democratização e inserção das tecnologias na Rede Pública.** Quanta V.01 N.01 Disponível em: <https://www.aedb.br/publicacoes/index.php/comunicacao/article/view/4/5>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DALLE, Isaías. **Mulheres são a maioria no ensino técnico profissionalizante.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/mulheres-sao-a-maioria-no-ensino-tecnico-profissionalizante>. Acesso em: 30 out. 2024.

DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel.; GALVÃO, Nelma.; MIRANDA, Theresinha (org.) **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social:** questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 354p. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/08/EDUCA%C3%87%C3%83O-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: Ensaio** / Paulo Freire. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. ISBN 978-85-7753-228-5 (recurso eletrônico)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura). ISBN 85-219-0243-3.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002, 176p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 11 mai. 2024.

GRITTI, Silvana Maria. **Técnico em Agropecuária: servir à agricultura familiar ou ser desempregado da agricultura capitalista.** Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10306>. Acesso em: 16 jul. 2024

GUASRESCHI, Pedrinho. **Paulo Freire e - além:** Desafios de uma Pedagogia Crítica. Porto Alegre: Evangraf, 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Projeto Político Pedagógico – PPP.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2014

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Catálogo de Políticas Públicas:** Programa nacional de tecnologia educacional (proinfo). Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/196/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>. Acesso em: 16 nov. 2023.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Projeto Político Pedagógico.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2016

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Regimento Escolar.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2017

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Regimento Cursos Técnicos.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2001

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Plano de Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2018

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Regimento Escolar Parcial Educação Profissional.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2024

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2024

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º Grau:** O trabalho como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2001

LACERDA, Maykon Albuquerque. **O Diário de Bordo na formação docente: um instrumento de reflexão diária, sobre a identidade do professor de História.** Revista Educação Pública, v. 21, n. 24, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/24/o-diario-de-bordo-na-formacao-docente-um-instrumento-de-reflexao-diaria-sobre-a-identidade-do-professor-de-historia> . Acesso em: 07 jul. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASWELL, Harold Dwight. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 2011.

Libâneo, José Carlos. **Democratização da Escola Crítico-social dos conteúdos**. São Paulo, Brasil, 2006. 21ª edição. ISBN: 85-15-00181-0

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

Luce, Maria Beatriz Moreira. **Definição e Gestão da Política Educacional**. IX Conferência Brasileira de Educação. Educação e Constituinte. Anais. Tomo 1. Editora Cortez. São Paulo, 1986.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e sociedade, vol. 27, n.94, p.47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 26 jun. 2024.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDEIROS, Mateus Silva de. **Políticas públicas de inclusão digital na educação: um método para implementação no município de São Borja/RS**. 2024. 128 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2024. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/9550/1/Mateus%20Silva%20de%20Medeiros%202024.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MELO, Angela Fernandes. **A inclusão digital na escola para a erradicação do analfabetismo tecnológico**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/26618/18985>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado Patrimonial E Gestão Democrática Do Ensino Público No Brasil<sup>1</sup>**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dxChfBYZjdfgPRc3v3wYZXS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em : 3 jul. 2024.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2015.

MOURA, Dácio Guimarães de; BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Trabalhando com projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. revisada e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NEVES, Barbara Coelho; CUNHA, Maria Couto. **Políticas públicas educacionais: foco na inclusão digital**. *Revista Educativa - Revista de Educação*, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 527–546, 2017. DOI: 10.18224/educ.v20i3.6840. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/6840/3797> . Acesso em: 22 dez. 2024.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **A implementação de políticas educacionais no nível micro: uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática**. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12972>. Acesso em: 22 nov. 2023.

OLIVEIRA, Marilice Botelho Martins ; BORGES, Elizabete Velter; LIMA, Terezinha Bazé de. **Inclusão Digital e as Políticas Públicas: Qual o Papel da Escola e do Professor?** Disponível em: <https://www.unigran.br/revistas/interletras/trabalho/903>. Acesso em: 6 mar. 2024.

**Painel de Monitoramento do PNE**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2017. Recurso online. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524926136/epubcfi/6/18\[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody009!\]/4](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524926136/epubcfi/6/18[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody009!]/4). Acesso em: 26 jul 2024.

PRANIS, K. **Processos circulares de Construção de Paz**. Palas Athena, 2018

PRONINFE. **Programa Nacional de Informática**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002415.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PROINFO. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PROINFODATA. **Proinfodata - Acompanhamento automático das escolas públicas brasileiras**. Disponível em: <https://www.c3sl.ufpr.br/linhas-de-pesquisa/4-6/> Acesso em: 16 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Institui a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul e altera a Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Educação Profissional e cria a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul –**

**SUEPRO/RS, e dá outras providências.** Lei nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-16089-2024-rio-grande-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-educacao-profissional-e-tecnica-do-estado-do-rio-grande-do-sul-e-altera-a-lei-no-11-123-de-27-de-janeiro-de-1998-que-dispoe-sobre-a-educacao-profissional-e-cria-a-superintendencia-da-educacao-profissional-do-estado-do-rio-grande-do-sul-suepro-rs-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 320, de 18 de janeiro de 2012.** Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 3 ago. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Dispõe sobre a educação profissional e cria a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul – SUEPRO/RS, e dá outras providências.** Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11123-1998-rio-grande-do-sul-dispoe-sobre-a-educacao-profissional-e-cria-a-superintendencia-da-educacao-profissional-do-estado-do-rio-grande-do-sul-suepro-rs-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 6 mar. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado da Educação RS. **Portal Educação RS, Cursos.** Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Home/Index/>. Acesso em: 14 abr. 2024

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação / RS. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3, **Projeto Pedagógico do Curso; Regimento Escolar Parcial para Educação Profissional.** Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/deliberacao-n-681-2024>. Acesso em: 6 fev. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Superintendência da Educação Profissional do Estado: Educação Profissional Gaúcha.** Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RIBEIRO, Sérgio. **Breve apresentação para entender o pensamento e a produção de Paulo Freire.** *EcoDebate*, 6 maio 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/06/breve-apresentacao-para-entender-o-pensamento-e-a-producao-de-paulo-freire/>. Acesso em: 7 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 320, de 18 de janeiro de 2012.** Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. Porto Alegre: Conselho Estadual de Educação, 2012. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17165652-20181211104616reso-0320.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

RODRIGUES, Márcio Urel (org.). Contextualizando a análise de conteúdo como análise de dados em pesquisas qualitativas. In: RODRIGUES, Márcio Urel (Org.).

**Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática.** Curitiba: CRV, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARMENTO, Dirléia Fanfa; CASAGRANDE, Cledes Antonio. **Processos constitutivos das políticas educacionais no âmbito municipal:** a pesquisa-ação colaborativa como postura epistemológica, metodológica e política. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 531-552, 23 maio 2014.

Scielo Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SCHMITZ, Taís. **A Constituinte Escolar no Rio Grande do Sul como política pública de um governo democrático popular:** um estudo sobre o Instituto Estadual de Educação Professor Pedro Schneider (São Leopoldo/RS). 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1938/constituente%20escolar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SENADO NOTÍCIAS. **As 20 metas do PNE e a avaliação do Inep Fonte: Agência Senado** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/17/as-20-metas-do-pne-e-a-avaliacao-do-inep>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Aline Cristina Galindo Almeida; SILVA, Bruno Lopes Oliveira da. **A Origem e a Evolução dos Números:** Uma Breve História. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/990/A%20Origem%20e%20a%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20n%C3%BAmeros%20-%20uma%20breve%20hist%C3%B3ria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SILVA, Aline Bezerra da. **Políticas públicas na educação profissional: contribuições do professor reflexivo.** 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11598871](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11598871). Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Maria Abádia da. **Qualidade Social Da Educação Pública:** Algumas Aproximações. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/9dskHZ5yhjhYbXfGNNvm4VK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SILVA, Marco; BARBOSA, Jorge. **Moodle para além da plataforma: práticas interativas no ensino presencial e a distância.** São Paulo: Loyola, 2016.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vZ6fSRKr6SDKBHP6vdxGTP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

SOUSA, Antonio. **A informática e a exclusão digital** [livro eletrônico]. 2. ed. Dourados, MS: edição do autor, 2017. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/inform%C3%A1tica-Exclus%C3%A3o-Digital-Antonio-Sousa-ebook/dp/B075HJ1R25> .Acesso em: 16 nov. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Disponível em: [https://territoriosinsurgentes.com/wp-content/uploads/2021/03/Danilo\\_R.\\_Streck\\_Dicion\\_rio\\_Paulo\\_Freirez-lib.org\\_.epub\\_.pdf](https://territoriosinsurgentes.com/wp-content/uploads/2021/03/Danilo_R._Streck_Dicion_rio_Paulo_Freirez-lib.org_.epub_.pdf). Acesso em: 31 jan. 2023.

**TORRES, Carlos Alberto.** Educação, democracia e neoliberalismo: ensaios sobre o capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 18ªed. Cortez Editora: São Paulo, 2011.

VALENTE, José A. (org.). **O Professor no Ambiente Logo: formação e atuação.** Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

VIELLA, Milene Cristina da Costa. **Inclusão digital como direito fundamental à educação.** 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania) – Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2024. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=14741993](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14741993). Acesso em: 27 fev. 2025.

## ANEXOS

### ANEXO A-Solicitação de autorização para a realização da pesquisa

À Luciana Freitas

Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde

Prezada Diretora,

Entramos em contato para pedir o apoio para o desenvolvimento da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), do Campus de Jaguarão da UNIPAMPA. O projeto atualmente tem como título “A Implementação Das Políticas Públicas De Inclusão Digital No Ensino Profissionalizante Do Instituto Estadual De Educação Aimone Soares Carriconde”, que tem por objetivo analisar a implementação das políticas públicas de inclusão digital no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.

Solicitamos autorização para a realização da pesquisa serão propostos cinco encontros chamados de Círculos dialógicos das leis e programas que abordam o tema tecnologia, os mesmos serão realizados com a turma do Curso Técnico em Informática, equipe diretiva pedagógica e professores. Posteriormente após a análise dos dados pretendo desenvolver um plano de ação que apoie a gestão escolar na inclusão digital através de ações e monitoramento do uso das ferramentas digitais que a escola tem a oferecer aos alunos do curso técnico em informática.

Diante disso, aguardamos a sua resposta para o nosso pedido.

Atenciosamente,

Jaguarão, 19 de julho de 2024.

---

Marilice Botelho Martins Oliveira

Mestranda do PPGEdu

---

Silvana Maria Gritti

Orientadora do Projeto de Mestrado

## **ANEXO B – Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE)**

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE**, desenvolvida por **MARILICE BOTELHO MARTINS OLIVEIRA**, discente do Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA, sob orientação da Professora Dra. Silvana Maria Gritti.

O objetivo central do estudo será analisar a implementação das políticas públicas de inclusão digital no Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.

O convite a sua participação se deve por ser professor ou (a) atuante no Curso Técnico de Informática. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

Sua participação consistirá em participar das atividades (discussões, escritas e construções) proporcionadas durante a realização da intervenção, podendo ser somente gravada, caso seja preciso, se houver autorização do entrevistado.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A remuneração/pagamento para participantes de pesquisa é atividade proibida no Brasil, ressalvadas as pesquisas clínicas de Fase I ou de bioequivalência.

No entanto, caso o participante tenha que se deslocar ao local da pesquisa especificamente para participação deverá receber ressarcimento para o transporte e, caso demande tempo suficiente deverá receber alimentação também, para si e para seu acompanhante, quando necessárias. Ambos os pagamentos devem ser entendidos como ressarcimento de gastos específicos para participação na pesquisa. Se houver algum dano, decorrente da presente pesquisa, você terá direito à indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS e orientações do CEP/Unipampa e com o fim deste prazo, será descartado.

O benefício é direto relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de trocar experiências com colegas da mesma área, inovar as prática pedagógica, melhorar a relação com os alunos, obter autoconhecimento profissional, melhorar a produtividade, dinamizar os processos de ensino e aprendizagem e por fim, melhorar o rendimento dos alunos, portanto seu benefício é social.

Os resultados serão apresentados aos participantes em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, distribuição de folders explicativos ao grupo participante, etc.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 8025

E-Mail: cep@unipampa.edu.br ou <https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592

Prédio Administrativo – Sala 7A

Caixa Postal 118Uruguaiana – RS

CEP 97500-970

**Contato com o(a) pesquisador(a) responsável:**

**Tel (53)997015284**

**e-mail marilice.aluno@unipampa.edu.br ou marilice.mb@gmail.com**

**Arroio Grande, .....de.....de 20.....**

---

Marilice Botelho Martins Oliveira

Informo que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “XXXX” e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista / autorizo o registro de imagem por foto/filmagem. (ESPECIFICAR)

Não autorizo a gravação da entrevista/autorizo o registro de imagem por foto/filmagem. (ESPECIFICAR)

---

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

**ANEXO C - Questionário de conhecimento de equipe pedagógica e professores**

07/03/2025, 10:17

Formulário para conhecer os participantes

## Formulário para conhecer os participantes

\*Indica uma pergunta obrigatória

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. Gênero

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

2. Tempo de magistério:

\_\_\_\_\_

3. Função exercida na escola: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Professor(a)

Orientadora

Diretora

Coordenadora

4. Regime de trabalho nesta escola: \*

*Marcar apenas uma oval.*

20 horas

40 horas

60 horas

07/03/2025, 10:17

Formulário para conhecer os participantes

5. Vínculo: \*

**Marcar apenas uma oval.** contrato temporário efetivo outro

6. Formação acadêmica:

---

7. Qual dispositivo utiliza para trabalho? \*

*Marque todas que se aplicam.* Computador Celular

8. Você utiliza internet? \*

**Marcar apenas uma oval.** Sim Não

07/03/2025, 10:17

Formulário para conhecer os participantes

9. Em sua formação inicial você estudou sobre o uso da tecnologia digital na educação? \*

**Marcar apenas uma oval.**

- Sim  
 Não

10. Possui alguma formação anterior, em recursos digitais? \*

**Marcar apenas uma oval.**

- Sim  
 Não

11. Você realizou as formações disponibilizadas pelo governo estadual, referentes ao letramento digital? \*

**Marcar apenas uma oval.**

- Sim  
 Não

12. Além do letramento digital, você foi em busca de outros cursos de formação? \*

**Marcar apenas uma oval.**

- Sim  
 Não
-

07/03/2025, 10:17

Formulário para conhecer os participantes

13. Quais ferramentas tecnológicas de ensino abaixo você já fez uso? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Formulários google
- Gamificação
- Vídeos e conteúdos digitais
- Aplicativos de criação de imagens e vídeos
- Redes sociais
- Canva

14. O que você conhece sobre políticas públicas de inclusão digital na educação? \*

---

15. Quais documentos da escola você conhece? \*

---

16. Você saberia descrever quais são os maiores desafios que a escola enfrenta atualmente? \*

---

17. Você saberia descrever quais são as prioridades que a escola tem em termos de recursos e orçamento? \*

---

---

---

---

---

07/03/2025, 10:17

Formulário para conhecer os participantes

18. Você sabe se o Curso Técnico recebe verba específica para sua manutenção? \*  
Se sim, quais são elas?

---

---

---

---

19. Qual a sua opinião sobre o curso incluir como exigência para certificação, estágio profissional? \*

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## ANEXO D - Questionário de conhecimento de Alunos

07/03/2025, 10:21

Formulário para conhecer os participantes

### Formulário para conhecer os participantes

\*Indica uma pergunta obrigatória

**\* Indica uma pergunta obrigatória**

1. Gênero  
*Marcar apenas uma oval.*  
 Feminino  
 Masculino
2. Qual sua perspectiva ao cursar o Curso Técnico em Informática? \*
3. O quê você conhece sobre políticas públicas de inclusão digital? \*
4. Quais documentos da escola você conhece? \*
5. Você considera-se incluído digitalmente? \*

<https://docs.google.com/forms/d/18JYLLWXCLBwCG86rkb7eGgSgAeuxjK3ByXaP1YlX9I/edit>

1/3

07/03/2025, 10:21

Formulário para conhecer os participantes

6. Quais dispositivos você utiliza para estudar? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Computador  
 Celular

7. A quanto tempo você faz uso do computador? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1 ano  
 Mais de 1 ano  
 Mais de 5 anos  
 Não uso computador

8. A quanto tempo você utiliza a internet? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1 ano  
 Mais de 1 ano  
 Mais de 5 anos  
 Não uso internet

07/03/2025, 10:21

Formulário para conhecer os participantes

9. Você conhece os aplicativos abaixo: \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Editor de texto
- Planilhas eletrônicas
- Apresentação de slides
- Banco de dados
- Software de programação

10. Você considera importante que para certificação de conclusão do curso fosse exigido o estágio profissional? Se sim, por quê? \*

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

### ANEXO E - Criação da Categoria de Análise 1

Unidade de Registro	Unidade de Contexto (fragmentos ou recortes)	Nº de citações e frequência*	Categoria 1
Políticas Públicas de Inclusão digital	Não sei responder A1	(3) 17,64%	Estrutura e Organização dos Projetos Pedagógicos: Legislação e Diretrizes para Estágio
	Nada A3		
	Desconheço F1		
Documentos da escola	Desconheço F1	(3) 17,64%	
	Nenhum F1		
	Os cursos técnicos não consta no projeto geral da escola mas no projeto dos cursos técnicos ele consta P8		
Inclusão do estágio para certificação	Experiência A1	12(70,58%)	
	Conhecimento avançado A2		
	Mais profissional A3		
	Totalmente favorável F1,F2,F3,F4,F5,F6,F7,F9		

	O estágio na educação profissional nós tínhamos só no magistério. P8		
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

## ANEXO F - Criação da Categoria de Análise 2

Unidade de Registro	Unidade de Contexto (fragmentos ou recortes)	Nº de citações e frequência*	Categoria 2
Perspectiva ao cursar o ETP	Aperfeiçoar A2	3(11,58%)	Políticas públicas para infraestrutura educacional
	Aperfeiçoar A3		
	Aperfeiçoar A4		
Incluído digitalmente	Sim A1,A2,A3	6 (23,07%)	
	Sim, pois possui email e senhas A4		
	Nós recebemos um curso de logo básico de informática. P8		
	Esse curso era para aprender a manusear. P8		
Desafios, prioridades e verbas	Sucateamento do laboratório F2,F3,F4,F5,F7	17 (65,38%)	
	Sinal da internet péssimo F8,F9		

	Livros F1		
	Internet F6,F8		
	Verba insuficiente F5		
	A internet agora é dentro da política de educação inovação conectada e banda larga no caso foi extinta. P8		
	O tempo que eu era aluna tinha muito mais recurso. P4		
	Na época que eu era aluna vinha mais verbas. P4		
	Hoje não vem nada não é porque questão da escola e sim questão de governo P4		
	Pelo que vejo no grupo da CRE outros cursos estão recebendo investimento P8		
	... o governo Tarso Genro era um governo a favor dos cursos técnicos e este governo Eduardo Leite não investe nos cursos. P4		

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

## ANEXO G - Quadro Síntese 1

Quadro 10– Relação dos estudos seleccionados

<b>Autores</b>	<b>Instituição a qual pertence</b>	<b>Conceitos explorados</b>	<b>Conclusões</b>
Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos	LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública	O referido artigo e seu inciso indicam a inclusão de TIC como forma de alfabetização digital em todos os níveis do ensino fundamental ao superior sendo direitos de todos e não privilégio de alguns. O IEEASC tem laboratório fixo e móvel para todos os níveis de ensino.
Ministério da Educação e Cultura	Programa Nacional de Informática Educativa - PRONINFE	Objetivo de instruir e levar a informática a todos os sistemas públicos de ensino.	Programa conceitualmente muito elevado, mas sem a realização de nenhuma ação no ano 1992 no IEEASC.
Ministério da Educação e Desporto	Portaria nº 522 em 09/04/1997 Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)	O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais.	Os netbooks tinham um sistema precário e não vieram para os cursos técnicos somente fundamental e médio.

<p>Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos</p>	<p>Decreto 6.300 de 2007 Programa Proinfo (ampliação)</p>	<p>É um projeto denominado Um Computador por Aluno (UCA), cujo objetivo é distribuir um computador móvel para estudantes das escolas públicas.</p>	<p>O Curso Técnico não teve como usufruir deste programa, pois seu sistema operacional não possibilita a instalação dos softwares necessários para desenvolvimento dos programas desenvolvidos pelos alunos.</p>
<p>Ministério da Educação e Cultura</p>	<p>PROINFODATA</p>	<p>O programa de Inclusão Digital Brasileiro que visa o desenvolvimento de plataformas baseadas em mídias digitais como forma de apoiar ações de educação. O PROINFODATA tem como objetivo acompanhar o estado de funcionamento dos laboratórios PROINFO deste programa.</p>	<p>O programa UCA ofertou poucos netbooks e para manter o bom funcionamento dos mesmos a escola optou em manter seu uso pelos alunos apenas dentro das dependências da escola. Seu sistema operacional era limitado chamado UBUNTU ele impossibilita a instalação de softwares aplicativos os netbooks</p>

			acabaram ficando obsoletos, guardados em armários. Não houve acompanhamento por parte da CRE.
Ministério da Educação e Cultura	Lei nº 13.005/2014 Plano Nacional de Educação - PNE	Apresenta em sua íntegra propostas Educacionais no período de 10 anos entre 2014 a 2024. Iremos observar a Meta 11 que trata do ETP que fomenta aumentar o número de vagas.	A Meta visa em suas estratégias triplicar noas matrículas da educação profissional técnica de nível médio, mas infelizmente não conseguiu atingir a meta.
Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos	Lei 14.180/2021 Política de Inovação Educação Conectada	Também conhecido como Programa Educação Conectada; visa a conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar condições necessárias à inserção da tecnologia como	A política de Inovação Educação Conectada prepara a escola para receber a internet e proporcionar aos professores e alunos o contato com novas tecnologias educacionais, é através deste programa que o IEEASC contrata e paga a internet da escola.

		ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.	
Ministério da Educação e Cultura	BNCC Computação complemento à BNCC Parecer CNE/CEB 2/2022	Define normas sobre Computação na Educação Básica	Este complemento a BNCC dá um direcionamento dos objetivos e habilidades a serem alcançados na EI,EF e EM, mas não traz nenhuma referência ao ETP.
Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos	Decreto 6.424 de 2008 Programa Banda Larga nas Escolas	Objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País.	A conexão ofertada no laboratório de informática do IEEASC é paga com recursos do programa.
Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos	Lei nº 14.533/23 Política Nacional de Educação Digital PNED	Art. 1º Potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas	Após análise da lei podemos observar que já podemos contar com formações continuadas e

		<p>acesso da população brasileira a recursos, através de ferramentas e plataformas online, práticas digitais, com assim como prioridade para os laboratórios fixos e populações mais móveis para as aulas vulneráveis. práticas e de pesquisa no IEEASC.</p>	<p>especializações de</p>
Lei Estadual do RGS	Lei 16.089/2024 Política Estadual de Educação Profissional e Técnica (EPT)	<p>Art.1º Os objetivos de expandir a oferta de cursos e qualificações técnicas na rede estadual de ensino, criar programas e ações para garantir a qualidade da oferta do ensino, e viabilizar a inclusão produtiva e a empregabilidade dos estudantes e egressos.</p> <p>Art 8º Importância do estágio.</p>	<p>A SUEPRO atende de forma positiva os artigos da Lei 16.089 onde propõe políticas, diretrizes e coordena ações para aprimorar a aprendizagem e os conhecimentos tecnológicos dos trabalhadores, incluindo a qualificação e requalificação de jovens e adultos, independentemente do nível de escolaridade. Desde então passamos a ter calendário próprio e reuniões específicas para o ETP.</p>

<p>Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos</p>	<p>Lei 11.788/2008 Estágio para estudantes</p>	<p>Art. 1º § 2º O estágio devisa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.</p>	<p>Nosso curso não exige estágio para certificação.</p>
<p>Lei Municipal Arroio Grande/ RS</p>	<p>Lei ordinária nº 2.826 de 2015</p>	<p>Plano municipal de educação para o decênio 2015-2025</p>	<p>Pode ser ofertada de forma concomitante, integrada ou subsequente, trazem como uma das estratégias estabelecer parceria com o Estado para oferecer ao aluno além do ensino atividades para melhorar a qualidade de ensino e permanência dos educandos nos espaços escolares.</p>
<p>Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde</p>	<p>Projeto Política Pedagógica</p>	<p>Projeto Pedagógico, fundamentado na gestão compartilhada, onde sejamos sujeitos que</p>	<p>O PPP é um plano global da instituição onde podemos conhecer, traçar</p>

		<p>analisam, compreendem sua história, sendo agentes participantes no processo de transformação social: escola cidadã, de qualidade social.</p>	<p>metas, acompanhar e avaliar resultados sempre em busca de melhorias. O mesmo encontra-se desatualizado não consta nele a portaria de autorização dos Cursos Técnicos apenas sendo mencionado que o IEEASC realiza a oferta dos Cursos.</p>
<p>Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde</p>	<p>Regimento Escolar</p>	<p>Documento que estrutura e estabelece todo funcionamento e organização da instituição de ensino.</p>	<p>O Regimento da escola proporcionou refletir sobre as características da escola e suas normas de funcionamento, garantindo a segurança quanto aos procedimentos e diretrizes das ações educacionais. Nele não consta a metodologia dos Cursos Técnicos.</p>
<p>Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde</p>	<p>Plano do Curso Técnico em Informática Eixo</p>	<p>Conhecer o instrumento de trabalho seu objetivo, conteúdos,</p>	<p>Após análise do plano de curso foi possível observar que os componentes se</p>

	Informação Comunicação	em metodologias, procedimentos e as técnicas.	comunicam entre si e que por vezes algumas bases tecnológicas se repetem. O mesmo encontra-se desatualizado.
--	---------------------------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

## ANEXO H - Quadro Síntese 2

Quadro 11- Trabalhos selecionados

AUTOR/ano/ Tipo de pesquisa	Título do Estudo	Método de Pesquisa/instrume nto e coleta de dados/	Objetivos	Conclusões
Aline Bezerra Da Silva (2022) Mestrado em Educação	Políticas Públicas Na Educação Profissional: Contribuiçõe s Do Professor Reflexivo	Análise de documentos legais, análise bibliográfica e entrevista semiestruturada para coleta de dados, adotando uma metodologia qualitativa de natureza descritiva e abordagem teórica do materialismo dialético. Após a transcrição das entrevistas, sua análise foi baseada no método de Análise Textual Discursiva (ATD).	Analisar se o professor do ensino técnico reflete sobre a própria prática, diante do desinteresse dos estudantes em suas aulas, visando corroborar com políticas públicas educacionais no contexto das Classes Descentrali- zadas em um centro educacional de ensino médio e técnico no Oeste Paulista.	Conclui-se que a atuação do professor reflexivo consegue despertar o interesse do estudante, mas não a ponto de reduzir significativament e a evasão.
Alexandre Marchiori De Almeida (2020) Mestrado em Educação	A Produção Científica Sobre Currículo Na Educação Profissional Técnica De Nível Médio: Foco No Curso De	A metodologia aplicada na pesquisa é exploratória, de abordagem qualitativa e quantitativa, com análise bibliográfica e de conteúdo. Como	Identificar e analisar a produção acadêmico- científica relacionada à educação profissional técnica de nível médio e	Conclui-se que o currículo da educação profissional técnica de nível médio passou por diversas modificações ao longo da história, com uma série

	Informática	método o estudo de bibliometria (método estatísticos e matemáticos na análise de obras literárias)	currículo a partir da análise de dissertações e teses de autores brasileiros.	de legislações e arranjos curriculares. No entanto, mesmo com a atual Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, ainda não há consenso sobre a forma mais adequada de organização curricular.
Marcelo Silva Bolzan (2023) Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação	A Prática Docente e as Ferramentas de Aprendizagem	É uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo exploratório com o emprego de técnicas de revisão bibliográfica, para a elaboração do aporte teórico. Além da pesquisa-ação, no que tange a elaboração do produto final.	Compreender as potencialidades das tecnologias educacionais como ferramentas pedagógicas dirigidas para o processo de ensino e aprendizagem, tendo como premissa o modo remoto de ensinar e os desafios dessa modalidade de ensino enfrentados pelo corpo docente.	Os resultados apresentados no estudo demonstram a necessidade de repensar a prática docente, bem como a formação docente frente às novas ferramentas de aprendizagem na contemporaneidade.
Mateus Silva de Medeiros (2024) Mestrado em Políticas Públicas	Políticas Públicas de Inclusão Digital na Educação:	Abordagem qualitativa que utilizou o método design science research (DSR)	Trata-se da proposição de um método que aprimore o processo de	O trabalho cumpre seu objetivo, servindo de referência para

	Um Método para Implementação no Município de São Borja/Rs	fundamentado na design science, pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e análise ambiental e a observação direta. Meio da abordagem abdução.	implementação das políticas públicas de inclusão digital nas escolas municipais de ensino fundamental de São Borja/RS	outras pesquisas e análises, e, ao disponibilizar o artefato para o município, contribui com o aprimoramento do processo de implementação local das políticas públicas de inclusão digital nas escolas.
Milene Cristina Da Costa Viella(2024) Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania	Inclusão Digital Como Direito Fundamental À Educação	A pesquisa possui caráter exploratório e investigativo, o método utilizado é o hipotético-dedutivo e baseado na revisão bibliográfica	Analisar a inclusão digital como direito fundamental à educação	Destaca-se a interpretação e a defesa da inclusão digital enquanto uma faceta indissociável do direito constitucional à educação. Evidencia-se, que o maior desafio é reduzir a desigualdade, incluindo o planejamento de metas de médio e longo prazo para fortalecer no Brasil a inclusão digital na educação, por meio de programas sustentáveis, capacitação profissional com foco em novas tecnologias, promoção do desenvolvimento da infraestrutura

				nacional de comunicação e tecnologia da informação.
--	--	--	--	---

Fonte: Catálogo de Teses da Capes. Elaborado pela autora (2025)

**ANEXO I - Produto Final**

**INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE**

**PROJETO POLÍTICO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICO  
CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA  
EIXO TECNOLÓGICO - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**ARROIO GRANDE, FEVEREIRO DE 2025**

## **SUMÁRIO**

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	<b>3</b>
1.1 INTRODUÇÃO	4
1.2 FILOSOFIA	5
1.3 FINALIDADE DO ESTABELECIMENTO	6
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	6
1.5 DOCENTES	9
1.6 DISCENTES	11
<b>2 JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS</b>	<b>12</b>
2.1 JUSTIFICATIVA	12
2.2 OBJETIVOS	13
2.3 REQUISITOS DE INGRESSO	13
2.4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	14
2.5 ITINERÁRIOS FORMATIVOS	14
2.6 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ANTERIORES	14
2.7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	15
2.8 CERTIFICADOS E DIPLOMAS	16
2.9 PRAZO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	16
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>16</b>

## 1.IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CNPJ	<b>92.941.681/0006-15</b>	
Razão Social	<b>Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde</b>	
Nome de Fantasia	<b>Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde</b>	
Esfera Administrativa	<b>Estadual</b>	
Endereço (Rua, nº)	<b>Rua Leonel Fagundes nº 63</b>	
Cidade/UF/CEP	<b>Arroio Grande</b>	<b>CEP 96.330-000</b>
Telefone/Fax	<b>(53) 262-1198</b>	
E-il de contato	<b>iee.aimonesoarescarriconde@gmail.com</b>	
Eixo Tecnológico	<b>Gestão e Negócios</b>	
<b>Habilitação, qualificações e especializações</b>		
<b>Habilitação: Técnico em Informática</b>		
Carga Horária:	<b>1200 horas</b>	
<b>CARGA HORÁRIA DO MÓDULO I – 400 h</b>		
<b>Qualificação:</b> Assistente de Operação de Redes de Computadores		
<b>CARGA HORÁRIA DO MÓDULO II – 400h</b>		
<b>Qualificação:</b> Assistente de Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais		
<b>CARGA HORÁRIA DO MÓDULO III – 400h</b>		
<b>Qualificação:</b> Suporte Técnico		

## 1.1 INTRODUÇÃO

O Curso Técnico em Informática foi criado em 11 de setembro de 2002 a partir da necessidade da comunidade escolar do IEEASC conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática, onde define as metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais por área, bem como as necessidades do mercado de trabalho e os suportes básicos para o exercício da cidadania, a escola busca atender a demanda social instalada e a capacidade de resposta institucional dando forma ao desenvolvimento do Curso, harmonizadas com as expectativas da comunidade atendida.

Conforme o Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação (2024, p. 4),

a presença da Informática em todos os campos da vida moderna é hoje constante e uma realidade. Essa realidade traz consigo a necessidade de que os conhecimentos e a operacionalização da Informática sejam oferecidos à comunidade satisfazendo os anseios do mercado de trabalho desse município.

Tanto a organização quanto o desenvolvimento do Curso, estão embasados no Regimento Escolar, tendo em vista a natureza e as características da proposta pedagógica da Escola que é a formação de profissionais conscientes de seu papel, enquanto cidadãos críticos e competentes.

Atendendo às orientações da Superintendência da Educação Profissional - SUEPRO órgão que promove a educação profissional regionalizada do Estado orienta algumas parcerias que mobilizam diferentes atores sociais, políticos e econômicos da comunidade, de modo a evidenciar que o curso interessa à sociedade e ao mercado de trabalho onde a comunidade local e regional deve estar envolvida no debate com a Coordenadoria Regional de Educação, o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência - COMUDE, os sindicatos, associações patronais e de trabalhadores da Região, Prefeituras e suas associações regionais, Câmaras de Vereadores, Associação Comercial e Industrial ou similar, Cooperativas locais e regionais, Universidades ou campus local, Conselhos Profissionais e outras Instituições que julgar conveniente.

Após atender as orientações solicitadas pela SUEPRO em 11 de setembro de 2002, o Conselho Estadual de Educação através do parecer de autorização nº 1.038 autoriza a abertura e funcionamento do Curso Técnico em Informática sua organização curricular está redigida no Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação. Ele se dará da seguinte forma, baseado em princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a articulação entre a área do conhecimento e os aspectos da vida cidadã.

O curso ofertará seu currículo em três etapas, assim distribuídas conforme a Deliberação nº 681/2024 - fl. 3, que altera o currículo do Curso Técnico em Informática. Ele está organizado em três Módulos, assim distribuídos: 400 horas no Módulo I, 400 no Módulo II e 400 no Módulo III, constituindo um total de 1200 horas.

Prevê qualificação profissional com certificações intermediárias no curso técnico, considerando ocupações previstas na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): MÓDULO I (400 h) - Assistente de Operação de Redes de Computadores; MÓDULO II (400 h) - Assistente de Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais.

MÓDULO III (400 h) - Suporte Técnico, constituindo um total de 1200 horas e respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, onde estão expressas as competências, habilidades, conhecimentos, valores e bases curriculares.

Para ingresso no Curso Técnico Subsequente, o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio, além de submeter-se a processo de seleção, cujas normas, prazos, programas, critérios de classificação e desempate, condições para matrícula e demais informações necessárias são publicadas em edital.

## 1.2 FILOSOFIA

Conforme Regimento Escolar Parcial Educação Profissional<sup>2</sup> (2024, p. 5,6) a escola constrói sua prática baseada numa pedagogia crítica que inaugura novas e mais amplas possibilidades de formação - atuação do “homem cidadão”, de modo a permitir-lhe captar, compreender e agir na dinamicidade da realidade e na totalidade da ação social, enquanto sujeito político e produtivo, com consciência de suas potencialidades e conhecimentos que o tornam capaz de estabelecer relações interativas com os outros e com o mundo. a filosofia de nossa escola tem como princípios básicos a:

- democratização da gestão;
- democratização do saber;
- valorização profissional;
- qualidade social.

---

<sup>2</sup> Regimento Escolar Parcial Educação Profissional: este documento refere-se apenas ao Curso Técnico de Informática e não aos demais cursos da escola.

Na Gestão Democrática, todo o processo de tomada de decisões e planejamento acontece de forma coletiva. As ações são definidas, executadas, acompanhadas, fiscalizadas e avaliadas com a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar, garantindo um ambiente mais colaborativo e transparente.

A democratização do saber refere-se ao processo de garantir que o conhecimento seja acessível a todas as pessoas, independentemente de sua origem, classe social, gênero ou qualquer outra condição, promovendo assim bem-estar e a educação de qualidade para todos os alunos. Para isso, apoia-se em políticas públicas que promovem a inclusão social e fortalecem a democracia dentro da escola, assegurando o acesso e os direitos dos estudantes.

O IEEASC visa a valorização do profissional do aluno através do reconhecimento da importância do seu trabalho, garantindo condições adequadas para seu desenvolvimento, crescimento e bem-estar. A qualidade social na educação significa garantir não apenas o acesso ao ensino, mas também a inclusão, a equidade e a formação cidadã. Esse conceito busca promover a justiça social, valorizar a diversidade e democratizar o conhecimento, assegurando oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento para todos.

A democratização fortalece a participação coletiva na construção de uma sociedade mais justa. Valorizar os profissionais é essencial para garantir um ambiente de trabalho digno e motivador e quando o conhecimento é acessível a todos, a qualidade social se eleva, promovendo a inclusão e a equidade. Dessa maneira, damos voz e oportunidade reais de crescimento a cada indivíduo.

Segundo Regimento Escolar Parcial Educação Profissional (2024, p.4),

Acreditando no acesso, na permanência e, sobretudo, no sucesso do aluno, a escola coloca-se a serviço da construção da qualidade do processo político-pedagógico buscando a formação de cidadãos, homens críticos capazes de manter a dinamicidade da sociedade, com vigor democrático; com valores humanistas de solidariedade, justiça social e honestidade, responsabilidade e respeito às diferenças, individuais no seu pensar e coletivos na busca de transformações.

De acordo com o Regimento Escolar Parcial Educação Profissional (2024, p.4), a prática social e o trabalho, quando usados como base da educação, incentivam as pessoas a desenvolverem projetos de vida tanto pessoais quanto em grupo. Isso acontece porque elas passam a se envolver ativamente na construção do conhecimento, o que impulsiona mudanças importantes na sociedade e no meio ambiente. Dessa forma, contribuem para um processo de humanização que valoriza a ética, a justiça social e a solidariedade.

### 1.3 FINALIDADE DO ESTABELECIMENTO

O instituto tem por finalidade promover o ensino de acordo com a legislação vigente e garantir aos alunos as condições necessárias para o desenvolvimento pleno de sua cidadania.

#### 1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Conforme Projeto Político Pedagógico o Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde (2016) está localizado na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião da Lagoa Mirim, Município de Arroio Grande, na Rua Leonel Fagundes, nº 63. A área do Município é de 2.544,8 Km<sup>2</sup> e sua população é de aproximadamente 19.156 habitantes, encontra-se a 353 Km da capital, tem a base de sua economia no setor primário (monocultura do arroz e pecuária) e em expansão no setor terciário.

A cidade de Arroio Grande é conhecida como cidade simpatia (figura 1).

**Figura 1 – Localização Geográfica do Município de Arroio Grande/RS**



Fonte: <https://www.bing.com/images/search?q=arroio+grande+localiza%C3%A7%C3%A3o&form=HDRSC2&first=1&cw=1366&ch=599>. Acesso em: 01 fev. 2025

**Figura 2 - Entrada Principal do Município de Arroio Grande/RS**



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/2506332209648950/>

Nossa Escola está situada na zona urbana, centro da cidade, na Rua Leonel Fagundes, nº 63, como descreve o Projeto Político Pedagógico tendo como origem:

- A Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aimone Soares Carriconde é formada pelo Ginásio Estadual de Arroio Grande e pela Escola Estadual Nossa Senhora da Conceição, que obteve autorização para o funcionamento das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau, através da Portaria nº 3.166, de 22 de fevereiro de 1979, unificados pela Portaria nº 11.499, de 28 de fevereiro de 1980, publicada no Diário Oficial de 06 de março de 1980.
- O Ginásio Estadual de Arroio Grande foi criado como Ginásio Municipal, por Lei nº 149, de 12 de junho de 1953, autorizado a funcionar pela Portaria nº 341, de 19 de abril de 1954, da Diretoria do Ensino Secundário, tendo sido encampado pelo Governo do Estado por Decreto nº 1.284, de 13 de abril de 1959.
- A Escola Estadual de 2º Grau Nossa Senhora da Conceição foi criada pelo Decreto nº 23.392, de 23 de outubro de 1974, publicado no Diário Oficial de 23 de outubro de 1974, autorizada a funcionar pela Portaria nº 4.612, de 09 de maio de 1975, com base nos Pareceres nº 229/75 do Conselho Estadual de Educação e nº 98/75 da Equipe de Legislação de Ensino, Est. e Aprovação de Regimentos Escolares e denominada pelo Decreto nº 28.737, de 10 de maio de 1979, publicada no Diário Oficial de 10 de maio de 1979.
- Pela Portaria nº 00117 de 2000 a Escola passou a designar-se Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde.
- Parecer de Autorização – Técnico em Gestão Administrativa - Área Gestão Conselho Estadual de Educação 489 30/04/02.

-Parecer de Autorização – Técnico em Informática Conselho Estadual de Educação 1.038 11/09/02.

-Parecer de Autorização – Curso Normal e Curso Normal Aproveitamento de Estudos Conselho Estadual de Educação 365 24/05/06.

O Instituto Estadual de Educação Aimone Soares Carriconde conforme redação acima teve seu início com o funcionamento das quatro primeiras séries do ensino de 1º Grau, após passou a ofertar o ginásio da 1º a 8º série e após o segundo grau a educação infantil. Em abril de 2002 é autorizado o primeiro Curso Técnico em Gestão Administrativa que após atualização do plano (2018) passou a chamar-se Técnico em Administração, em setembro de 2002 recebemos a autorização para funcionamento do Curso Técnico em Informática e em maio de 2006 foi autorizado o Curso Normal conhecido como Magistério hoje já extinto.

Figura 1 - Frente do Instituto Estadual de Educação Aimone Soares



Fonte: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100070407223504>. Acesso em: 01 fev. 2025.

O prédio da escola é dividido estruturalmente em dois blocos. No Bloco I funcionam o ensino fundamental Anos Finais (de 6º ao 9º ano), ensino médio, Técnico em Administração e Técnico em Informática e no Bloco II, o ensino fundamental Anos Iniciais (de 1º ao 5º ano) e ensino médio. Quanto às suas condições físicas, a Escola necessita de reparos nos Blocos I e II: é necessária a reforma dos pisos, pois apresentam situação de risco para os alunos e professores, reforma elétrica e hidráulica, reformas nos hidrossanitários, reformas das quadras esportivas e pátio da escola, todas com demandas encaminhadas à Coordenadoria Regional de Educação, sediada em Pelotas.

Quadro 1 - Condições Físicas, Técnicas e Materiais da Escola

<b>Dependências da Escola</b>	<b>Bloco I</b>	<b>Bloco II</b>
Arquivo	01	-
Audiovisual/Auditório	02	01
Hidrossanitário dos professores	01	01
Hidrossanitário	03	03
Biblioteca	01	01
Cozinha	01	01
Depósito	03	-
Laboratório de Ciências e Informática	03	-
Porão	01	-
Refeitório	01	-
Sala da Coord. Pedagógica	01	01
Sala da Direção	01	-
Sala de Aula	11	08
Sala de Ed. Física e Ed. Artística	01	-
Sala de AAE	01	-
Sala dos professores	02	01
Secretaria	01	-
<b>Total de ambientes</b>	<b>35</b>	<b>17</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Escola.

Quadro 2 - Quadro geral do Corpo Docente e Servidores

<b>Setores</b>	<b>Quantidade de profissionais</b>
Direção	4
Secretaria	2
Assistente financeiro	1
Coordenação Pedagógica	2
Monitoria/Atendimento Educacional Especializado	5
Alimentação/Limpeza e Manutenção	8
Professores de Classe	46
Professores no Curso Técnico	06

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Escola.

## 1.5 DOCENTES

O Curso Técnico de Informática no Instituto Aimone conta com uma equipe de docentes experientes, nosso corpo de professores reflete uma bela diversidade de trajetórias, refletindo um leque amplo de conhecimentos e especializações que enriquecem o ambiente escolar. O vínculo empregatício em nossa escola é predominantemente temporário, com 66,7% dos profissionais contratados nesse regime. Isso reflete a enfermidade do curso e a demanda, além de evidenciar a precarização e inexistência de uma carreira profissional. Já 33,3% dos profissionais possuem vínculo efetivo, o que traz estabilidade e continuidade às práticas pedagógicas e administrativas.

Quadro 2 - Formação do corpo docente dos professores do Curso de Informática<sup>3</sup>

P1	Bacharel em Administração e Licenciatura em Geografia em curso
P2	Ciências Contábeis e Formação Pedagógica Docentes
P3	Tec. em Proc. de Dados e Formação Pedagógica Docentes
P4	Téc. em Administração e Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
P5	Técnico em contabilidade, Curso de direito, especialização em auditoria e perícia contábil
P6	Tecnóloga em Processamento de Dados Licenciatura Plena em Informática

<sup>3</sup> Com o intuito de preservar as identidades dos professores envolvidos na pesquisa, estes serão identificados por códigos, a saber: P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

	Pedagoga Orientadora Educacional Mestranda em Educação
--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Escola.

## 1.6 DISCENTES

Os alunos da Educação Técnica Profissional Subsequente na maioria provêm do Ensino Médio Regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) outros são jovens que buscam retornar seus estudos para qualificar, aperfeiçoar e especializar seus conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para o exercício profissional na área de informática qualificando assim seu currículo com uma formação técnica.

A Educação Técnica Profissional Concomitante é constituída pelos alunos que estão matriculados no 3º ano do ensino médio, onde os mesmos terão a Certificação de Qualificação Profissional quando concluído os módulos, conforme as qualificações previstas nos itinerários formativos do curso e o Diploma de Técnico quando o aluno comprovar ter concluído o Ensino Médio.

O Curso Técnico em Informática, pertencente ao Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, é ofertado com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC). Esse curso foi estruturado para atender às demandas do mercado de trabalho na área da tecnologia da informação, proporcionando uma formação sólida e atualizada aos estudantes. É importante destacar que, para a conclusão do curso, não é exigido o cumprimento de estágio obrigatório. No entanto, a prática profissional supervisionada pode ser estimulada como forma de enriquecer a formação dos alunos.

Apesar da não obrigatoriedade do estágio, é relevante considerar a Lei nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024, que institui a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul e altera a Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998. Essa legislação trata da organização da educação profissional no estado, criando a Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO/RS) e promovendo diretrizes importantes. Em especial, o artigo 8º reforça o papel do estágio como um instrumento de qualificação e experiência profissional. A lei também destaca que a realização do estágio não deve, em hipótese alguma, comprometer a matrícula, a frequência ou o processo de aprendizagem do estudante.

A Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-0013146-3, aprova Regimento Escolar Parcial para Educação Profissional, que traz em sua redação em seu item 6 Parcerias:

As parcerias são possíveis desde que estejam devidamente firmadas por meio de instrumento jurídico entre as instituições de ensino e suas mantenedoras.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS**

### **2.1 JUSTIFICATIVA**

A presença da Informática em todos os campos da vida moderna é hoje constante e uma realidade. Essa realidade traz consigo a necessidade de que os conhecimentos e a operacionalização da Informática sejam oferecidos à comunidade satisfazendo os anseios do mercado de trabalho desse município.

As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados com competências para atuar em empresas que se utilizam das novas tecnologias da informação, equipamentos e instalações complexas, requerendo a identificação de novos perfis profissionais.

A Constituição Federal e a LDB, documentos legais, são pontes de referência na formulação de planos e ações administrativas e pedagógicas na criação do Curso Técnico em Informática dessa Escola, sendo que a Constituição Federal destaca a Educação Profissional como um direito de cidadania e no Parágrafo único do artigo 39 da LDB define que “o aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o trabalho em geral contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional”.

Estes princípios legais regulam práticas e procedimentos e apontam para metas que impulsionam para efetivação dos direitos de cidadania e dos compromissos sociais e políticos com a Educação Profissional de Nível Médio. A conjugação desses fatores fez com que a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) organizasse um movimento pela criação de um Curso Técnico em Informática, nesta Escola.

### **2.2. OBJETIVOS**

- Garantir ao cidadão a construção de conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis para o competente desempenho do exercício profissional na área de informática.
- Oportunizar uma educação profissional que conduza o aluno ao permanente desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva, adquirindo competências para:

- a educação e cidadania numa sociedade tecnologicamente desenvolvida e interdependente;
- as novas formas de construção do conhecimento nos ambientes escolares, através de uso adequado das novas tecnologias da informação e da comunicação;
- a continuidade de estudos em cursos afins, de atualização, aperfeiçoamento e especialização;
- qualificar o aluno da escola, lançando no mercado profissionais competentes, dominando o campo da informática.

### 2.3 REQUISITOS DE INGRESSO

Para ingresso no Curso Técnico em Informática Subsequente, o aluno deverá ter concluído o Ensino Médio. Para ingresso no Curso Técnico em Informática Concomitante, o aluno deverá estar matriculado no 3º (terceiro) Ano do Ensino Médio. Submeter-se a processo de seleção, cujas normas, prazos, programas, critérios de classificação e desempate, condições para matrícula e demais informações necessárias são publicadas em edital, conforme orientações da mantenedora. Caso o número de inscritos for maior que o número de vagas será realizado sorteio público conforme edital

### 2.4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O técnico em informática será habilitado para:

- Desenvolver sistemas computacionais utilizando ambiente de desenvolvimento;
- Realizar modelagem, desenvolvimento, testes, implementação e manutenção de sistemas computacionais;
- Modelar, construir e realizar manutenção de banco de dados;
- Executar montagem, instalação e configuração de equipamentos de Informática;
- Instalar e configurar sistemas operacionais e aplicativos em equipamentos computacionais;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática;
- Instalar e configurar dispositivos de acesso à rede e realizar testes de conectividade;
- Realizar atendimento help-desk;

- Operar, instalar, configurar e realizar manutenção em redes de computadores;
- Aplicar técnicas de instalação e configuração da rede física e lógica;
- Instalar, configurar e administrar sistemas operacionais em rede de computadores;
- Executar as rotinas de monitoramento do ambiente operacional;
- Identificar e registrar os desvios e adotar os procedimentos de correção;
- Executar procedimentos de segurança, pré-definidos, para ambiente de rede

## 2.5 ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Possibilidades de qualificação profissional com certificações intermediárias, no curso técnico, considerando ocupações previstas na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações):

MÓDULO I 400 h: Assistente de Operação de Redes de Computadores;

MÓDULO II 400 h: Assistente de Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais;

MÓDULO III 400h: Suporte Técnico

## 2.6 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.

O Instituto pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e experiência anteriores desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão das respectiva qualificação ou habilitação profissional técnica, que tenham sido desenvolvidos:

I- Em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnologia regularmente concluídos em outros cursos;

II- Em cursos técnicos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimentos ou conclusão de estudos;

III- Em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante;

IV- Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

## 2.7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo de verificação contínuo, global e cumulativo da apropriação das competências. O processo de avaliação é feito a partir de competências e habilidades trabalhadas em cada módulo do curso, avaliando-se cada habilidade que forma a competência.

A Avaliação será realizada sistematicamente durante os módulos com acompanhamento permanente do processo educativo, podendo ser usado como instrumentos avaliativos: trabalhos, seminários, pesquisas e provas.

Nas atividades de planejamento, coordenação e execução no processo de avaliação serão observadas as disposições legais e regulamentares referentes à matéria, especialmente, as previstas na legislação vigente.

Para se operacionalizar o sistema de avaliação serão promovidas reuniões sistemáticas com os professores envolvidos, reunião de professores com alunos para que se dê conhecimento dos resultados obtidos e previamente estabelecidos no conselho de classe, o qual exercerá papel de aglutinador de professores, alunos e apoio pedagógico na perspectiva de obter a visão total do educando e da turma. O conselho de classe será integrado por todos os professores da etapa, coordenador do curso, alunos, direção de escola.

Ao final de cada módulo será emitido o conceito:

- a) **APTO** - para o aluno que atingiu, todas as competências previstas no módulo e tiver 75% (setenta e cinco) de frequência.
- b) **NÃO APTO** - para o aluno que não atingiu as competências essenciais.

O aluno que não atingir as competências essenciais de cada módulo deverá repetir o módulo, sendo amparado nos componentes curriculares que foi aprovado.

A escola oferecerá ao aluno estudos de recuperação, realizada paralelamente ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, mediante acompanhamento contínuo do aproveitamento do aluno, oportunizando atividades de reforço para suprir falhas de aprendizagem, a fim de que se retome de imediato, os conhecimentos não atingidos.

## 2.8 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Ao aluno que concluir as três etapas, previstas na organização curricular do curso, a apresentar o Certificado de Conclusão do Ensino Médio será conferido o **Diploma de TÉCNICO EM INFORMÁTICA**, o qual será acompanhado do Histórico Escolar. Certificado de Qualificação Profissional ao aluno que conclui módulo conforme o

itinerário do curso.

MÓDULO I 400 h: Assistente de Operação de Redes de Computadores;

MÓDULO II 400 h: Assistente de Desenvolvimento de Aplicativos Computacionais;

MÓDULO III 400h: Suporte Técnico

No Histórico Escolar constarão as competências profissionais definidas pelo perfil profissional de conclusão e elencadas na organização curricular deste Curso, carga horária, aproveitamento de estudos.

## 2.9 PRAZO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

O aluno terá o prazo de três anos para concluir o Curso Técnico em Informática.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 4.024. 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 de nov. 2023.

BRASIL. **Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul** - Lei nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024. Institui a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul e altera a Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Educação Profissional e cria a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-16089-2024-rio-grande-do-sul-institui-a-politica-estadual-de-educacao-profissional-e-tecnica-do-estado-do-rio-grande-do-sul-e-altera-a-lei-no-11-123-de-27-de-janeiro-de-1998-que-dispoe-sobre-a-educacao-profissional-e-cria-a-superintendencia-da-educacao-profissional-do-estado-do-rio-grande-do-sul-suepro-rs-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Educação Profissional** - Lei nº 11.123 de 27 de Janeiro de 1998. Dispõe sobre a educação profissional e cria a superintendência da educação profissional do Estado do Rio Grande Do Sul - Suepro/RS e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11123-1998-rio-grande-do-sul-dispoe-sobre-a-educacao-profissional-e-cria-a-superintendencia-da-educacao-profissional-do-estado-do-rio-grande-do-sul-suepro-rs-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 6 mar. 2024.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Projeto Político Pedagógico**. Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2016

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Regimento Escolar**. Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2017

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Regimento Cursos Técnicos**. Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2001

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Plano de Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico - Informação e Comunicação**. Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2018

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE. **Regimento Escolar Parcial Educação Profissional**. Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2024

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AIMONE SOARES CARRICONDE.  
**Projeto Pedagógico Curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico -  
Informação e Comunicação.** Rio Grande do Sul, Arroio Grande, 2024

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação / RS. COMISSÃO DE  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Deliberação no 681/2024, Processo SE no 23/1900-  
0013146-3, **Projeto Pedagógico do Curso; Regimento Escolar Parcial para  
Educação Profissional.** Disponível em: [https://www.ceed.rs.gov.br/deliberacao-n-  
681-2024](https://www.ceed.rs.gov.br/deliberacao-n-681-2024). Acesso em: 6 fev. 2025.